



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

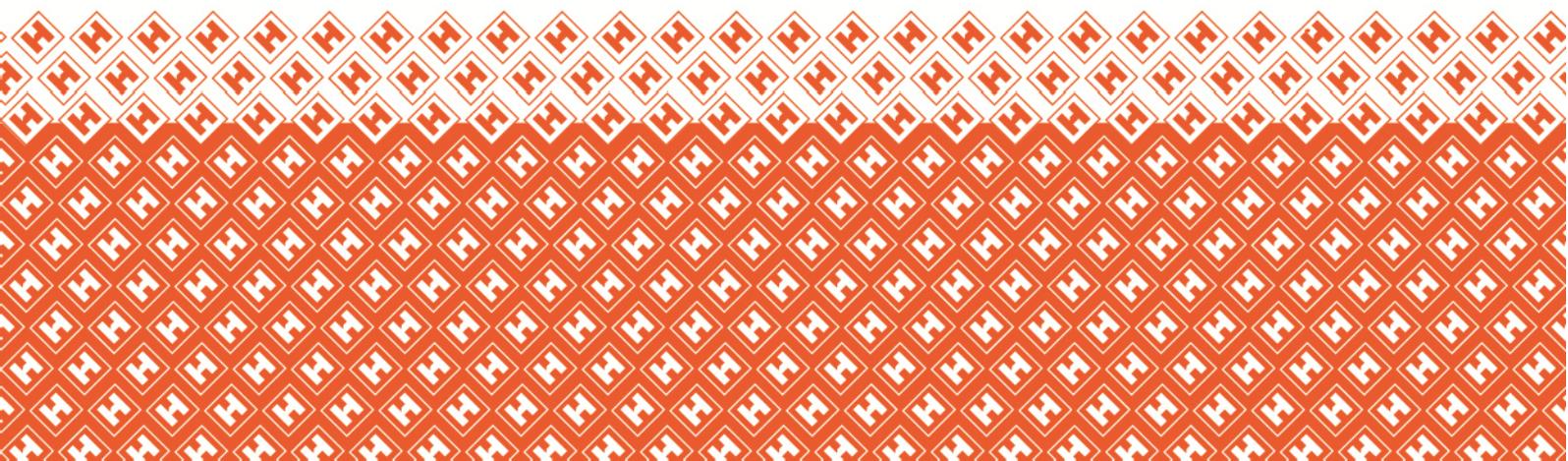
---

MARCUS DIAS GIMENES

FERRAMENTAS DIDÁTICAS PARA O(A)  
PROFESSOR(A) DESIGNADO(A) DE MINAS GERAIS.

Ensino de História, Mundos do Trabalho e  
Patrimônio Cultural em Uberlândia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
JUNHO / 2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/UFU-MG  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA- PPGEH  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

MARCUS DIAS GIMENES

**FERRAMENTAS DIDÁTICAS PARA O(A) PROFESSOR(A)  
DESIGNADO(A) DE MINAS GERAIS.**

**Ensino de História, Mundos do Trabalho e Patrimônio Cultural  
em Uberlândia.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História, ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia.

Área de concentração: Ensino de História

Linha de Pesquisa: Saberes históricos em diferentes espaços de memória

Orientadora: Prof. Dra. Mara Regina do Nascimento

**Uberlândia/MG  
2024**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G491 2024	<p>Gimenes, Marcus Dias, 1986- FERRAMENTAS DIDÁTICAS PARA O(A) PROFESSOR(A) DESIGNADO (A) DE MINAS GERAIS. [recurso eletrônico] : Ensino de História, Mundos do Trabalho e Patrimônio Cultural em Uberlândia. / Marcus Dias Gimenes. - 2024.</p> <p>Orientadora: Mara Regina do Nascimento. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado Profissional em Ensino de História. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.436">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.436</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. História. I. Nascimento, Mara Regina do, 1963-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4395 - profhistoria@inhis.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 17, PPGEH				
Data:	vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	09h30	Hora de encerramento:	12h00
Matrícula do Discente:	12212HRN008				
Nome do Discente:	Marcus Dias Gimenes				
Título do Trabalho:	Ferramentas Didáticas para o(a) Professor(a) Designado(a) de Minas Gerais. Ensino de História, Mundos do Trabalho e Patrimônio Cultural em Uberlândia				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Saberes históricos em diferentes espaços de memória				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Proposições Pedagógicas para Temas Sensíveis: a história da morte na Educação Básica				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, assim composta: Professores Doutores: Mara Regina do Nascimento - INHIS/UFU, orientadora do candidato; Jean Luiz Neves Abreu - INHIS/UFU e Cristiano Nicolini - UFG.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Mara Regina do Nascimento, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mara Regina do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/06/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Membro de Comissão**, em 28/06/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini, Usuário Externo**, em 28/06/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5486310** e o código CRC **60C6A6AF**.

---

**MARCUS DIAS GIMENES**

**FERRAMENTAS DIDÁTICAS PARA O(A) PROFESSOR(A)  
DESIGNADO(A) DE MINAS GERAIS.**

**Ensino de História, Mundos do Trabalho e Patrimônio Cultural  
em Uberlândia.**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mara Regina do Nascimento (orient.)  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Cristiano Nicolini  
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai, meu Senhor e Amigo, que permitiu uma oportunidade de cursar o Mestrado, me dando forças nas horas difíceis e discernimento na condução do processo acadêmico.

À minha querida esposa Lidiane Gimenes, que, com seu amor incondicional, tem abdicado do conforto em família para me apoiar em um projeto tão grandioso.

Aos meus pais e meu irmão, meus heróis, por tudo. Pelo amor incondicional e sacrificial, pelo suporte, pela dedicação, pela educação e exemplos de caráter. Pelos conselhos e ensinamentos que nortearam a minha vida.

À minha orientadora Mara Regina do Nascimento, que tem acompanhado a minha trajetória acadêmica e oferecido apoio, orientações, conselhos e direção. E, sem dúvida, a sua grandeza não está apenas no seu conhecimento, mas também na sua humildade e no seu caráter, que transforma e inspira os que estão ao redor a sair da mediocridade e buscar a excelência.

Aos professores Dr. Cristiano Nicolini e Dr. Jean Luiz Neves Abreu pelas valiosas contribuições apresentadas no Exame de Qualificação e por aceitarem o convite para a banca de defesa da dissertação.

Aos professores do curso e colegas da turma de 2022 do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFU, pelos constantes diálogos durante as aulas que me ajudaram a compreender melhor o Ensino de História; além dos estímulos e apoio que me fortaleceram em tempos difíceis.

## RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre as condições precárias dos contratos temporários de docentes de História das escolas públicas estaduais em Uberlândia/Minas Gerais e desenvolver ferramentas didáticas para auxiliá-los(as) a trabalhar com mais qualidade temas importantes no Ensino Médio. Para isso, critica as políticas públicas neoliberais mercantilistas-privatistas que surgiram na década de 90 do século XX que procuram sucatear a educação pública e favorecer as Organizações da Sociedade Civil. Posto que esse(a) profissional não possui tempo hábil para o planejamento de suas aulas, é necessário ter um material de apoio de fácil acesso e bem organizado para lhe servir de suporte no planejamento de suas aulas e, por conseguinte, primar pela qualidade da educação. O material didático volta-se para o ensino patrimonial, a fim de estabelecer uma relação entre História - memória - patrimônio e temas importantes ministrados no Ensino Médio. Metodologicamente, no primeiro momento é realizado um levantamento bibliográfico sobre as condições de trabalho do(a) professor(a) temporário(a), dialogando com a legislação vigente no Estado de Minas Gerais. Em seguida, desenvolve-se a proposta de um material didático para que os(as) professores(as) possam trabalhar com conceito de patrimônio histórico e cultural da cidade de Uberlândia, a partir da história de um dos primeiros bairros da cidade, o Bairro Patrimônio. Conclui-se que a precarização do trabalho docente no Estado de Minas Gerais guarda semelhanças com as condições de vida de ex-escravizados no pós-abolição, apesar da distância temporal e contextos históricos que os separam.

**Palavras-Chaves:** Ensino de História; Espaços de memória; Saberes e mundos do trabalho; Professor designado; Precarização do trabalho; Uberlândia/Minas Gerais.

## ABSTRACT

This work aims to reflect on the precarious conditions of temporary contracts for History teachers in public state schools in Uberlândia/Minas Gerais and to develop didactic tools to help them work with important themes in High School education more effectively. To achieve this, it criticizes the neoliberal mercantilist-privatist public policies that have emerged since the 1990s, which seek to undermine public education and favor Civil Society Organizations. Given that these professionals do not have sufficient time for lesson planning, it is necessary to have supporting material that is easily accessible and well-organized to assist them in planning their classes and, consequently, to prioritize the quality of education. The intended didactic material focuses on heritage education, aiming to establish a connection between History, memory, heritage, and important topics taught in High School. Methodologically, in the initial stage, a bibliographic survey is conducted on the working conditions of temporary teachers, in dialogue with the current legislation in the State of Minas Gerais. Subsequently, the proposal for didactic material is developed so that teachers can work with the concept of historical and cultural heritage of the city of Uberlândia, starting from the history of one of the city's first neighborhoods, the Patrimônio Neighborhood. The work concludes that the undermining of the work of public education in the state of Minas Gerais holds a resemblance to the living conditions of the previously enslaved in the post-abolition period, despite the chronological distance and historical contexts that separate them.

**Keywords:** History Education; Spaces of Memory; Memory and Identity; Designated Teacher; Precariousness of work; Uberlândia/Minas Gerais.

## Sumário

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO .....	5
ABSTRACT.....	5
LISTA DE SIGLAS .....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	8
INTRODUÇÃO .....	9
1. ENSINO DE HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS-PRIVATIVISTAS 15	
1.1 A Reforma do Ensino Médio e o aprofundamento da precarização do Ensino de História ..	23
2. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DESIGNADOS DE MINAS GERAIS .....	38
2.1 – As condições de trabalho dos moradores do Bairro Patrimônio em Uberlândia/MG no contexto do pós abolição.....	52
2.1.1 Desenvolvimento Urbano da Cidade de Uberlândia .....	53
2.1.2 O Bairro Patrimônio: trabalho e cultura afro-brasileira .....	63
3. PROPOSIÇÃO DIDÁTICA: UM SITE DEDICADO AO PROFESSOR DESIGNADO DO ESTADO DE MINAS GERAIS .....	76
3.1 O que o Estado de Minas Gerais tem oferecido de recursos didáticos para o professor designado de História.....	76
3.2 O que propomos para o professor designado de História de Minas Gerais: o Blog: <a href="https://uberlandiaeposabolicao.blogspot.com/">https://uberlandiaeposabolicao.blogspot.com/</a> .....	80
3.3 Demonstração do Blog.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
Fontes digitais .....	100
Bibliografia .....	102

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
SESPAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
NEM	Novo Ensino Médio
PEC	Proposta de Ementa à Constituição
OMC	Organização Mundial do Comércio
E. E.	Escola Estadual
E. M.	Escola Municipal
ESP	Escola Sem Partido
GATS	Acordo Geral para Comércio em Serviços
IDEB	Índices de Desenvolvimento de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEE MG	Secretaria da Educação de Minas Gerais
GIDE	Gestão Integrada da Educação Avançada
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
EaD	Educação à distância
SEE	Secretaria do Estado de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Relação das OCS em Uberlândia - MG	21
Figura 2- Infográfico sobre a estrutura do Novo Ensino Médio	24
Figura 3– Plano de Curso do 2º Ano do Ensino Médio da disciplina de História	29
Figura 4– Tabelas referentes à Licença de Tratamento dos professores	35
Figura 5– Benefícios dos Professores de Educação Básica	39
Figura 6 – Site Trilhas do Futuro – Educadores	42
Figura 7– Reportagem sobre site de designação em 2016	47
Figura 8– Fazenda São Francisco	54
Figura 9 – Reportagens sobre a Família Carrijo	55
Figura 10 - Inventário dos bens da Fazenda São Francisco	57
Figura 11– Igreja da Matriz	58
Figura 12– Largo do Comércio século XX	60
Figura 13– Largo do Comércio século XX	61
Figura 14– Estação Mogiana	62
Figura 15– Crescimento populacional em Uberlândia 1900 a 1940	63
Figura 16 – Mapa dos bens tombados em Uberlândia	70
Figura 17– Contrato de aforamento	74
Figura 18 - Infográfico com temas do material didático “Trabalho e transformação social”	78
Figura 19 - “Manual do professor” como trabalhar o tema “Economia e escravidão na África e no Brasil”	79

## INTRODUÇÃO

Quando penso na minha trajetória para chegar até o Mestrado Profissional de Ensino de História, percebo quantas dificuldades tive que superar até aqui. Na época em que comecei o curso de História, já era formado em Administração e era atuante na área. Porém, o sonho de ser professor sempre esteve presente em minha vida, embora não muito bem visto pelos meus pais na minha juventude. Com o incentivo da minha esposa, larguei o meu trabalho e fui me dedicar exclusivamente ao curso de História. Ao finalizar o curso em 2018 e ter minhas primeiras experiências como docente em 2019, novas dificuldades surgiram: como adentrar essa profissão? Como preparar as aulas de forma a despertar o interesse dos alunos e promover o aprendizado? Como cumprir com o plano de curso estabelecido pelo governo e, ao mesmo tempo, não perder a qualidade de ensino? Essas e outras questões me açoitavam logo que saí da universidade.

Logo nas primeiras aulas, eu me deparei com o distanciamento do que eu ensinava com a realidade dos alunos, o que achava que era motivo de provocar o desinteresse e passividade deles. Mesmo sabendo que havia diversos outros problemas que também afetavam a aprendizagem, eu sentia falta de instrumentos didáticos para oferecer uma melhor qualidade<sup>1</sup> de ensino. Em 2021, em meio às angústias de como eu poderia melhorar a minha atuação como professor, recebi um email da escola sobre o Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, o ProfHistória. Encarei o desafio na busca de repensar a minha prática docente e entender como qualificar o Ensino da História.

O ProfHistória superou minhas expectativas e possibilitou repensar muitos paradigmas sobre a prática docente. Ao pensar sobre a historiografia do Ensino de História do Brasil, percebi que minhas angústias de professor fazem parte de uma disputa de poder que tenta colocar o Ensino de História a serviço dos poderosos. Com isso, entendi que o(a) professor(a) de História precisa se posicionar a fim de oferecer um ensino

---

<sup>1</sup> A expressão qualidade de ensino tem aparecido com muita evidência nos discursos neoliberais e em seus materiais de divulgação. Nossa proposta, nesta Dissertação, é nos distanciarmos da conotação utilizada pelos setores privatistas e nos aproximarmos do teor que a academia reserva para esta expressão, ou seja, educação voltada ao pensamento crítico, formação da cidadania, liberdade de expressão, autonomia política, busca da igualdade e inclusão, valorização do ser humano em todas as suas necessidades de vida, nas esferas culturais, financeiras, sociais e trabalhistas.

crítico, questionador e investigativo. Além da parte teórica, as aulas são enriquecidas com o diálogo entre os pares, as diversas experiências com colegas mais maduros na profissão fizeram com que a parte teórica fizesse cada vez mais sentido e ficasse mais próxima da realidade.

Por isso, essa dissertação irá refletir sobre a situação do Ensino de História no Brasil, pensando tanto nos desafios metodológicos e os embates políticos e ideológicos, quanto na condição de vida e trabalho dos professores que dedicam suas vidas para o ensino dessa disciplina, em especial aqueles professores que têm contratos firmados temporariamente com o Estado de Minas Gerais. O objetivo do trabalho é oferecer a esses professores um local de pesquisa que auxiliará no cotidiano na sala de aula, oferecendo planos de aulas, referências bibliográficas e pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho na cidade de Uberlândia, e em especial o Bairro Patrimônio. Seguindo essa linha, iniciaremos a pesquisa sobre as dificuldades com as quais o(a) professor(a) tem se deparado na educação no Brasil, principalmente o(a) professor(a) de história. Deste modo, pode-se inferir que o mundo do trabalho no Bairro Patrimônio da cidade de Uberlândia pode dialogar com a história cultural dessa localidade, e assim oferecer uma proximidade da história local com temas relevantes ensinados durante o ensino médio desta localidade.

O bairro Patrimônio foi o local onde meus avós paternos escolheram morar no início do século XIX. A primeira moradia deles, na década de 1920, era perto do córrego São Pedro, onde construíram também uma mercearia. Devido às enchentes e uma oportunidade de emprego numa imobiliária da família Vilela, conseguiram comprar um terreno na subida da Rua Imigrantes (Antiga Rua do Cruzeiro) com esquina da Rua Jerônima Reis da Silva, bem perto do Cruzeiro<sup>2</sup>. Ali construíram uma colônia de casas, onde nasci. Na minha infância, participei inúmeras vezes das saídas da Folia de Reis e dos seus almoços pomposos. Mas foi uma das aulas do ProfHistória que me despertou o interesse de estudar sobre a história local do Bairro Patrimônio. Quando a professora passou uma série de vídeos sobre o patrimônio cultural desenvolvido naquela localidade, associado com as lutas dos negros no contexto do pós-abolição, percebi que poderia ampliar a pesquisa sobre o tema e ajudar a construir planejamentos de aulas com exemplos que se aproximam da realidade dos alunos.

---

<sup>2</sup> Segundo Travençolo e Geribello (2023 p. 324): “No ponto mais alto do terreno, foi erguido um cruzeiro de oitenta palmos de altura para simbolizar o nascimento do bairro.”

Na época, já era um professor de contrato temporário (designado) em uma das escolas estaduais na cidade de Uberlândia, e tinha muitas dificuldades de achar material de apoio para elaborar planejamento de aulas que se aproximassem da realidade dos alunos. Normalmente, quando se tratava de assuntos do pós abolição, era de forma generalizante, a partir das experiências da cafeicultura paulista, conforme apontam Rios e Mattos (2004, p.174). Ao me deparar com o estudo do Bairro Patrimônio, percebi que, além de poder desconstruir essa visão generalizante desse contexto histórico no Brasil, poderia ainda ajudar os alunos a compreender outras atividades econômicas coloniais paralelas à produção do açúcar e do café, conhecerem outras realidades do trabalho escravizados e da pós escravização, bem como diferentes tipos de resistências, contribuições sociais e culturais dos afrodescendentes; e, ainda, entender toda a trama da construção dessa comunidade de negros residente no Bairro Patrimônio. Por fim, ao demonstrar isso em sala de aula, os alunos teriam um engajamento maior na aprendizagem, pois estariam trabalhando com conceitos de formação das suas identidades, a partir de contextos vividos por eles e seus antepassados.

Diante disso, surgiu o interesse de realizar uma pesquisa sobre os trabalhadores do Bairro Patrimônio a partir do final do século XVIII e a sua relação com o trabalho precarizado dos professores de História, que lecionam por meio de um contrato temporário em escolas estaduais de Minas Gerais. Ao pensar nas permanências e rupturas que o trabalho precarizado encontra desde o nascimento da cidade de Uberlândia, podemos pensar em uma relação entre esses dois tipos de trabalhadores: o trabalho desenvolvido por negros em um ambiente insalubre, nas primeiras décadas do século XIX, e aquele produzido por professores contratados/designados em escolas estaduais de Minas Gerais, guardadas as devidas proporções e especificidades históricas de cada contexto.

Ao estudar sobre os mundos do trabalho exercidos nessa localidade, estaremos fazendo referência também ao que a historiografia chama de “História Social do Trabalho” e “História Global do Trabalho” (LINDEN, 2009).

Marcel Van der Linden (2009) apresenta como a História do Trabalho tem sido campo de debates nas últimas décadas pela historiografia. Para ele, a obra de E. P. Thompson, “A formação da Classe Operária Inglesa”, foi um dos marcos importantes para separar o que chamamos de *A Velha e a Nova História do Trabalho*. Até a década de 1970 a 1980, a história do trabalho era alicerçada em descrições organizacionais de desenvolvimentos, debates políticos, figuras de liderança e greves, com estudos voltados

principalmente para os países com o “capitalismo mais avançado”. O eurocentrismo, portanto, era perceptível em diversas obras em relação ao estudo do trabalho, ao colocar os países europeus sempre como exemplos a serem seguidos, por meio de estudos comparativos.

A partir da década de 1970, inicia-se uma renovação do campo de estudo, ao incluir outros elementos importantes, como a participação da luta dos trabalhadores e suas relações sociais e culturais a partir do ambiente do trabalho. Foram incluídos temas como relações de gênero, etnia, raça, entre outros. Porém, para Linden (2009, p. 17), ainda há resquícios da Velha História do Trabalho, principalmente em visões eurocêntricas que colocam as nações européias como exemplos a serem seguidos, uma espécie de teleologia que cada nação deveria passar até alcançar uma maturidade já vista nesses países capitalistas.

Segundo o autor, a partir da década de 1990, tais pressupostos são questionados e uma nova fase da história do trabalho é vista com surgimento de conferências, associações e debates em escalas globais sobre o assunto. Com isso, são incluídas no debate as singularidades de cada local, e o surgimento de debates de historiadores de diversos países e continentes dão lugar ao que o autor denomina de “História Global do Trabalho”. Para Linden (2009, pp. 18-19), a definição desse conceito se apresenta da seguinte forma:

A que se refere o termo “História Global do Trabalho”? Todos, é claro, podem associá-la aos significados que gostam, mas eu, pessoalmente, entendo o seguinte:

- Em termos de *status metodológico*, sugeriria que uma “área de interesse” é envolvida, ao invés de uma teoria à qual todos devem aderir. Sabemos e devemos aceitar o fato de que nossas concepções de pesquisa e nossas perspectivas interpretativas diferem. Esse pluralismo não é apenas inevitável, como é também igualmente intelectualmente estimulante – contanto que estejamos preparados para, a qualquer momento, entrar em uma discussão séria sobre nossas visões divergentes. Independentemente de nossos diferentes pontos de partida, no entanto, devemos nos esforçar por trabalhar produtivamente nos mesmos campos de pesquisa.
- No que diz respeito a *temas*, a História Global do Trabalho focaliza o estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra. Por “transnacional”, quero dizer, situar, no contexto mais amplo de todos os processos históricos, não importa quão “pequenos” em comparação com processos em outras partes, o estudo de processos de interação ou a combinação de ambos.
- O estudo das relações de trabalho engloba trabalho que é tanto livre quanto não livre, remunerado e não-remunerado. Os movimentos sociais dos trabalhadores consistem tanto de organizações formais quanto de atividades informais. O estudo tanto das relações de

trabalho quanto dos movimentos sociais requer que seja dada igual atenção ao “outro lado” (empregadores, autoridades públicas).

- O estudo das relações de trabalho diz respeito não só ao trabalhador individual, mas também à sua família. Relações de gênero desempenham um papel importante dentro da família e em relações de trabalho envolvendo membros familiares individuais.

- Em relação ao *período* estudado, penso que na História Global do Trabalho, a princípio, não há limites em relação à perspectiva temporal, no entanto, diria que, na prática, a ênfase está no estudo das relações de trabalho e dos movimentos sociais trabalhistas que se desenvolveram ao longo do crescimento do mercado global desde o século XIV. Entretanto, onde quer que indicado, para fins de comparação, estudos que recuem ainda mais no tempo não devem ser de maneira alguma excluídos.

Portanto, a minha experiência vivenciada em um dos primeiros bairros de Uberlândia, juntamente a uma visão historiográfica sobre o Ensino de História e o Patrimônio Cultural, suscitou questões a serem investigadas sobre o contexto histórico do pós-abolição, bem como uma tentativa de suprir a necessidade encontrada no campo de trabalho que os(as) professores(as) designados(as) são submetidos(as) quando assumem turmas nesse modelo de contrato temporário.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, iremos fazer um levantamento da historiografia do Ensino de História no Brasil, a fim de compreender como as políticas educacionais neoliberais surgiram desde a década de 1990, e como existe uma tendência da privatização e, por conseguinte, o sucateamento da educação pública. Pensando nisso, perceberemos que a contratação temporária dos professores do Estado de Minas Gerais está incorporada a essa lógica neoliberal que procura entregar a educação básica pública a parcerias de organizações privadas da sociedade civil.

Pensando nessas dificuldades, partiremos para o segundo capítulo, onde analisaremos as condições de trabalho dos(as) professores(as) na atualidade, e os trabalhadores do Bairro Patrimônio no início do século XX. Para tal, utilizaremos como fio condutor a temática do mundo do trabalho, a fim de identificar rupturas e permanências dos ideais liberais e neoliberais que visam explorar os trabalhadores, com o propósito de servir aos interesses empresariais daqueles que detém o poder. Nesse sentido, iremos apresentar as condições de trabalho do(da) professor(a) designado(a) para ministrar aulas em escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Faremos um levantamento histórico sobre as leis que regem o ensino, desde a sua criação até a normatização desse vínculo empregatício, além de apontar as dificuldades do(a) professor(a) de História de

se consolidar no trabalho e as suas dificuldades em ministrar aulas que extrapolam o material didático fornecido pelo Estado. Depois, apresentaremos a historiografia que fundamentará a pesquisa sobre o Bairro Patrimônio, e como isso poderá ser usado pelos(as) professores(as) designados(as) nessa cidade.

Por fim, no terceiro capítulo, será apresentada a proposição didática desta dissertação: a construção de um blog como ferramenta para que esse(a) professor(a) consiga atender às demandas da interdisciplinaridade e da proximidade à realidade dos alunos. Nossa proposta é articular os conceitos de história, memória, mundos do trabalho e patrimônio cultural da cidade de Uberlândia. Diante disso, procuraremos apresentar as ferramentas pedagógicas existentes para o(a) docente das escolas estaduais de Minas Gerais, para que possamos ajudar a preencher em parte as lacunas existentes para os(as) professores(as) de contratos temporários, com a finalidade de apresentar a proposta didática para esse público.

## 1. ENSINO DE HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS-PRIVATIVISTAS

Para pensarmos sobre o Ensino de História no Brasil, o texto de Fonseca (2006) demonstra como o Ensino de História no Brasil é marcado por ciclos de progressos e retrocessos devido a sua importância política e social na formação dos alunos da Educação Básica. As leis, estatutos e diretrizes dos órgãos governamentais tendem a modelar o objetivo do Ensino da História, e, com isso, fomentar a construção da disciplina e o modo de como deve ser aplicada em sala de aula.

O texto de Thais Nivia de Lima e Fonseca (2006) em “História & Ensino de História” apresenta um panorama de como o Ensino de História no Brasil foi se transformando à medida que os interesses políticos modelavam o objetivo de se ensinar História na Educação Básica. Para a autora, a ditadura civil-militar foi um desses marcos importantes na disciplina, pois com a política neoliberal e com o cerceamento da liberdade, propôs-se a construção de uma disciplina chamada Estudos Sociais, que englobava as matérias de História e Geografia com o propósito de reforçar uma história tradicional. Seu objetivo era manter os cidadãos acríticos diante de uma concepção repressora para “pátria”, e que se comportassem de forma ordeira e cívica. Para isso, as matérias utilizavam uma estrutura autoritária com uma metodologia centrada na figura do professor, onde o aluno teria uma atitude passiva na recepção dos conteúdos, “ausentando-se daí elementos ativos, reflexivos e críticos no processo de ensino/aprendizagem.” (FONSECA, 2006, p.61).

No final dos anos 1970, com a crise da ditadura militar, começam a ventilar novas formas de repensar o Ensino da História do Brasil. Para a autora, o Estado de Minas Gerais ganharia destaque na reformulação desses novos programas de Ensino da História a partir da preocupação com uma formação cidadã mais reflexiva e crítica apoiada pela nova historiografia, principalmente pela literatura francesa da “História Nova”. O Estado de Minas Gerais seria o primeiro a reformular os livros didáticos e incentivar essa promoção de uma atitude mais propositiva para os alunos, entre as décadas de 1970 a 1990. Porém, todas essas transformações teriam dificuldades de chegar no cotidiano escolar, devido, segundo a autora, à deficiente formação profissional dos professores, que estavam acostumados com a maneira tradicional imposta pela ditadura militar.

Um projeto parecido, marcado pelo ensino conteudista da ditadura, foi desenhado pela nova BNCC, como reflexo da mudança do poder executivo do país em 2016, após

o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, com a proposta de um novo ensino médio e o cerceamento da liberdade de ensinar com o projeto intitulado Escola Sem Partido. Ao propor uma disciplina interdisciplinar das ciências humanas, a reforma do ensino médio retirava carga horária das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, para incrementar disciplinas cuja característica primordial seria preparar trabalhadores para o sistema capitalista.

Além disso, com as novas eleições de 2018 e uma política neoliberal e ultraconservadora da extrema direita, pretendeu-se novamente retirar do Ensino da História o pensamento crítico e reflexivo, conforme aponta Maria de Almeida Gonçalves (2022, pp.35-54). No momento em que escrevo essa Dissertação, a reforma do Ensino Médio, implementada pelo governo Temer, está sendo repensada no governo Lula a partir de uma nova discussão sobre a sua aplicabilidade. Porém, as mudanças que foram propostas pelo novo relator da matéria no Congresso, o deputado federal Mendonça Filho (União-PE), e aprovadas pela Câmara dos Deputados em 20/03/2024, são mínimas, e a divisão das matérias permanecerá da mesma forma, mudando apenas a quantidade de horas exigidas na formação do aluno.

De acordo com matéria publicada pela Agência Câmara de Notícias:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei 5230/23 foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, deputado Mendonça Filho (União-PE). Ele manteve o aumento da carga horária da formação geral básica para 2.400 horas, somados os três anos do ensino médio, para alunos que não optarem pelo ensino técnico.

A carga horária total do ensino médio continua a ser de 3.000 horas nos três anos (5 horas em cada um dos 200 dias letivos anuais).

Para completar a carga total nos três anos, esses alunos terão de escolher uma área para aprofundar os estudos com as demais 600 horas, escolhendo um dos seguintes itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ou ciências humanas e sociais aplicadas. (Fonte: Agência Câmara de Notícias, 20/03/2024)

Circe Bittencourt (2018) em seu artigo “Reflexões sobre o Ensino de História”, em diálogo com o historiador David Hamilton, divide a constituição da história escolar em três tipos de tendências curriculares: a humanidade clássica, a humanidade moderna e a humanidade científica. A autora, além de fazer o levantamento historiográfico da constituição do Ensino de História como disciplina escolar, acrescenta uma reflexão sobre o Ensino de História mais contemporâneo. A autora aponta para essa reformulação do Ensino de História após os anos 80 como uma revisão dos “velhos marcos históricos”,

quando se dá espaço para uma nova historiografia.

Entretanto, Bittencourt (2018) menciona que, após uma nova política adotada por uma visão neoliberal, a partir de 2016, o Ensino de História novamente tem enfrentado novos embates e confrontos e, de certa forma, um retrocesso em relação aos seus conceitos, objetivos e metodologias com interesses políticos e econômicos, embasado em uma concepção capitalista e neoliberal. É justamente nesse período que temos o surgimento de diversos mecanismos, programas, leis e propostas curriculares que serão um retrocesso não apenas para o Ensino de História, mas para toda a educação básica, como a PEC 241, o Programa Escola Sem Partido e o Novo Ensino Médio.

A PEC 241 foi aprovada em 2016 e passou a denominar-se como Ementa Constitucional 95. Sua função era estabelecer um limite para o crescimento dos gastos públicos, limitando-os à variação da inflação do ano anterior. Essa medida trouxe vários problemas para a educação, tais como: restrição orçamentária, redução de investimentos, cortes e ajustes com impactos nas universidades e institutos federais. (ROSSI, et al, 2019)

O projeto de lei chamado "Escola sem Partido" era uma proposta que buscava regulamentar o ensino nas escolas, com o objetivo de evitar uma suposta doutrinação ideológica por parte dos professores. Na verdade, era uma forma de censura à liberdade de ensinar e aprender. Embora não tenha sido aprovado, é possível encontrar resquícios dele no cotidiano escolar: quando algum aluno questiona o(a) professor(a) sobre algum tema específico, com ameaças de estar cometendo doutrinação, ou reclamações de pais e responsáveis sobre conteúdos ou abordagens dos professores. Um exemplo recente foi a demissão de uma professora de artes que trabalhava em um colégio particular em Aparecida de Goiânia, criticada por um deputado federal na redes sociais por usar em sala de aula uma camiseta com a seguinte frase: "Seja marginal, Seja herói", de Hélio Oiticica (1937-1980). O deputado afirmou que tal frase faria alusão a uma ideologia do Partido dos Trabalhadores. Na verdade, é uma frase de um reconhecido artista plástico da década de 1950. (MACEDO, Gabriela; CRUZ, Gustavo. G1 Goiás 06/05/2023).

Em paralelo a todas essas disputas dos objetivos do Ensino de História no Brasil, há também uma tendência neoliberal que está entregando, paulatinamente, a educação pública a interesses de organizações empresariais. Segundo Motta e Leher (2017) desde os anos 1990, começam surgir diversas políticas públicas que irão fortalecer o surgimento de parcerias público-privadas, a culminar no "cerco para legitimar e consolidar a expropriação do trabalho docente, coisificado e intensificado nas jornadas, está posto, ao mesmo tempo em que cria as condições favoráveis para expandir a financeirização e a

mercantilização na Educação Básica.” (MOTTA; LEHER, 2017, p.245). O fato da Organização Mundial do Comércio (OMC) listar a educação como uma das suas atividades comerciais que exerce controle, por meio do Acordo Geral para Comércio em Serviços (GATS), criou um “mercado educacional internacionalizado”. Isso provocou uma tendência em estimular a participação de organizações empresariais na participação ativa na educação pública no Brasil, tanto no financiamento quanto na formulação de políticas públicas para a educação pública. Quando o governo brasileiro estabelece diretrizes fiscais, políticas e educacionais para o envolvimento do setor privado, as organizações começam a produzir discursos para legitimar a participação da entidade civil, tais como: o fracasso educacional evidenciado pela evasão, repetência e o baixo desempenho escolar. Portanto, seria necessária a privatização da educação para melhorar a qualidade do ensino.

Com isso, temos o surgimento das Organizações da Sociedade Civil (OCS), que surgem a partir do discurso que tudo que é público é ineficiente e, portanto, seria necessária a participação de organizações privadas para cooperar com o Estado para o atendimento do interesse público. Na educação, o discurso é que há uma baixa qualidade de ensino pelas escolas públicas e que, portanto, seria necessário facilitar o acesso aos estudantes em escolas particulares, ou até mesmo repassar a gestão para essas organizações, e, com isso, transformá-las na lógica neoliberal do mercado empresarial (GAWRYSZEWSKI; MOTTA; PUTZKE, 2017, p.740). Ainda segundo esses autores:

As formulações em torno dessas legislações preconizam que o aparelho de Estado deveria ser mais permeável à contribuição que o setor privado teria a oferecer, pois seria uma forma de “publicizá-lo”, por meio da descentralização de atribuições às unidades subnacionais e permitindo uma cidadania participativa da *sociedade civil*. Desse modo, os ideólogos da Reforma do Estado entendem que se romperia com a visão dicotômica entre o público e o privado, abrindo espaços para que instituições da sociedade civil (concebida como “terceiro setor”<sup>22</sup>) pudessem prestar os serviços públicos que eram realizados de forma ineficaz pelo Estado. (GAWRYSZEWSKI; MOTTA; PUTZKE, 2017, p.741)

Na verdade, a intenção dessas empresas é participar de um mercado lucrativo às custas dos cofres públicos. Não apenas isso, mas com o fato de incutir os ideais capitalistas no ensino técnico, eles também formam uma massa volátil para suprir as demandas do “mercado de trabalho”. Diante dessa lógica, não apenas o governo estabelece contratos temporários como uma das principais formas de emprego no setor

educacional público, mas, com a terceirização das escolas, professores são submetidos a trabalhos cada vez mais precários, conforme apontam os autores Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos Ravagnani e Fernanda de Moura Almeida (2022) em seu artigo “Políticas Neoliberais no ensino público mineiro: avanço ou retrocesso?”. Ao utilizar como fonte o plano de governo Zema entre 2019 e 2021, documentos publicados no Diário Oficial de Minas Gerais e matérias divulgadas no site oficial da Secretaria da Educação de Minas Gerais (SEE MG), os autores demonstram como políticas educacionais neoliberais fomentam a privatização da educação pública estadual, por meio de parcerias público-privadas. Isso fica bem claro na proposta de governo do Romeu Zema e do Partido Novo, conforme demonstrado por Ravagnani e Almeida (2022, p.163):

A qualidade do ensino oferecido pelo governo em Minas Gerais não acompanha a qualidade do ensino privado. Enquanto o desempenho não é um fator de risco à continuidade das escolas estatais, nas escolas privadas, ao contrário, é preciso manter um nível satisfatório de eficiência e desempenho, além de conseguir atender às expectativas dos pais de seus alunos para poder se manter no mercado. Políticas de vouchers, cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais seriam boas alternativas para tornar as escolas privadas mais acessíveis. No entanto, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Fundeb, por enquanto, limitam políticas de fomento às escolas privadas, priorizando o monopólio estatal, o que mantém desigualdades de acesso a escolas de melhor qualidade. Diante de tais barreiras, o estado ainda pode buscar soluções no mercado, que possam equacionar os seus desafios e suas limitações. Enquanto persistir o modelo regulatório federal, será necessário aperfeiçoar o ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas, avaliações de resultados mais rígidas, maior canal de participação entre pais e alunos, e uso de Parcerias Público Privada onde for apropriado. (Partido Novo 2018, p. 35)

Isso demonstra o interesse da privatização da educação pública estadual por parte do governo, revelando que, enquanto não conseguem superar entraves constitucionais para conseguir isso, será necessário o estímulo à parceria de organizações, bem como inserir uma mentalidade empresarial como modelo de gestão das escolas, reveladas por meio de avaliações que tentam categorizar as escolas e professores mais qualificados, sem levar em conta o contexto social e econômico dos alunos. Sobre isso, os autores fazem a seguinte afirmação:

Com o ranqueamento das escolas pelos índices das avaliações externas, ter-se-ia como medir as escolas ditas “melhores” das “piores” e, assim, a possibilidade de fechar escolas de menor

qualidade, responsabilizar os professores e os alunos pelo baixo desempenho com a visão de que o Estado já ofereceu todas as oportunidades de ensino a estes. (RAVAGNANI; ALMEIDA 2022, p.164)

Isso revela que há um discurso alinhado com esse movimento neoliberal, a fim de atribuir ineficiência ao Estado e a necessidade da contratação de organizações privadas para oferecer melhor qualidade de ensino aos estudantes, conforme apontam os autores:

A proposta de Plano de Governo traz a conotação de que tudo aquilo que é público é ineficiente, incapaz, ineficaz e de que o ensino ofertado por escolas públicas é de baixa qualidade, em contraposição com a rede particular. Portanto, nesse viés, a solução para a melhoria do ensino estaria exclusivamente no mercado, na gradativa entrega das instituições escolares ao capital e às práticas empresariais. (RAVAGNANI; ALMEIDA 2022, p.164)

O resultado disso é que, a partir do ano de 2019, o governo estadual apresenta o Programa Gestão pela Aprendizagem, cujo objetivo é aplicar estratégias de cunho empresarial na gestão escolar por meio de parcerias com entidades organizacionais. No Ensino Fundamental formou-se uma parceria com Fundação de Desenvolvimento Gerencial, a qual desenvolve um projeto de Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE) que procura auxiliar a escola na evasão escolar e melhorar seus índices nas avaliações externas. E, para o Ensino Médio, firmou uma parceria com o Unibanco, para implementar essa visão de “escola-empresa” a fim gerenciar indicadores que possam melhorar a educação a partir dessa concepção de mercado. No entanto, esses programas visam estabelecer metas para as escolas se desenvolverem sem oferecer recursos financeiros e estruturais para isso. (RAVAGNANI; ALMEIDA 2022, P.168)

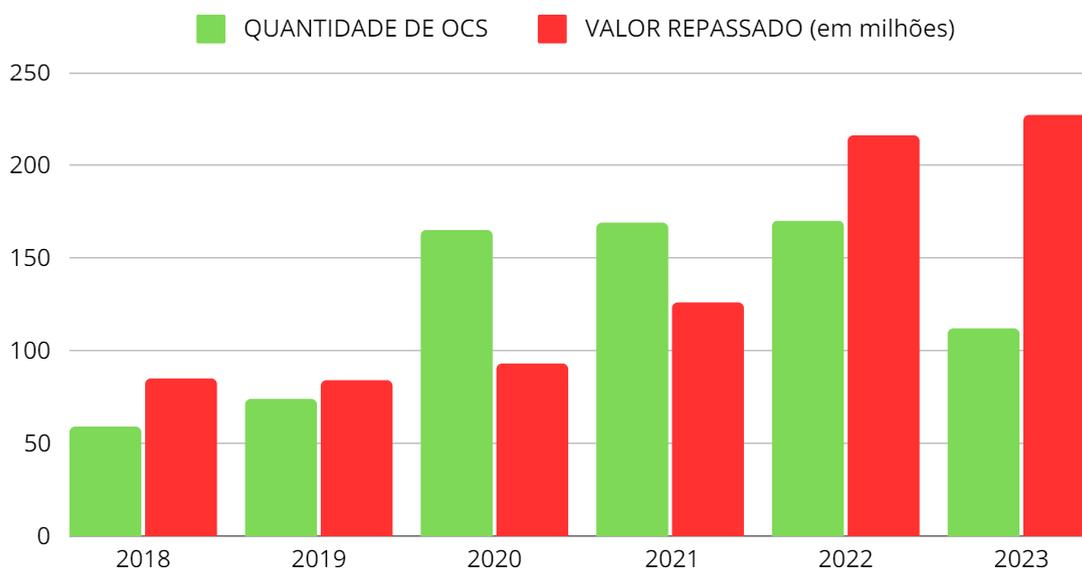
No município de Uberlândia, podemos ver um avanço ainda maior nesse tipo de parcerias público-privadas. As escolas de ensino infantil e fundamental têm sido entregues a Organizações da Sociedade Civil. A terceirização da educação apresenta ainda mais a precarização<sup>3</sup> do trabalho docente, pois, além de serem contratos temporários, essas escolas não pagam o piso salarial do professor. Sobre os valores de

---

<sup>3</sup> Este termo tem sido utilizado com diferentes conotações na bibliografia de cientistas sociais que tratam da temática. O conceito de precarização foi explorado por Helena Hirata (2020) e Byung Chul Han (2018). Aqui nesta dissertação estamos empregando o termo para nos referirmos às péssimas condições de vida financeira dos professores designados de Minas Gerais, que geram situações de adoecimento, excesso de carga horária e abandono do Estado, ao entregar a gestão escolar para o capital privado.

repasso e a quantidade de OSCs disponíveis na cidade, é possível ser consultado no site da Prefeitura de Uberlândia, conforme veremos a seguir:

Figura 1– Relação das OCS em Uberlândia - MG



Fonte: Prefeitura de Uberlândia. <https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/terceiro-setor/>

O gráfico acima apresenta dois aspectos importantes. Em 2020, há um aumento de 122% na quantidade de Organizações da Sociedade Civil no setor educacional, revelando assim a tendência privatista da gestão escolar nessa cidade. O segundo aspecto é referente aos valores repassados, que no mesmo ano teve apenas um aumento de 9,41% em relação ao ano passado. No entanto, em relação ao ano de 2020 e 2021, há um aumento significativo de 36%. Outro dado importante a se mencionar é que ao analisarmos a relação de gastos com essas entidades em relação ao PIB da cidade, foi gasto em 2021 cerca de 1/3 das verbas destinadas à educação. Portanto, há uma tendência crescente de repassar a educação pública para a gestão privada na cidade de Uberlândia, e, com isso, o aumento de professores contratados de forma temporária e com salários e benefícios inferiores daqueles efetivos no mesmo cargo.

Nesse sentido, Vania Cardoso da Motta e Roberto Leher (2017) ampliam essa discussão em seu artigo sobre “Trabalho Docente no contexto do retrocesso do retrocesso”, ao utilizar de notícias recentes veiculadas por entidades públicas da educação

sobre alguns desses aspectos das políticas públicas que comprometem o trabalho docente.

A primeira notícia trabalhada pelo autor é apresentada da seguinte forma:

No dia 28 de julho de 2017 foi veiculada a seguinte notícia no site da Câmara dos Deputados: “Deputados vão acompanhar a consolidação da Base Comum Curricular e a reformulação do ensino médio”. Entre as informações do texto, uma nos chamou a atenção: a deputada Dorinha, relatora da subcomissão criada pela comissão de educação da Câmara dos Deputados para acompanhar a BNCC para o ensino médio, ao expor preocupação com o possível atraso na sua implementação, em vista da “série de mudanças nos modelos de avaliação, nos processos de formação de professores e nos livros didáticos” que implica o “novo desenho”, relata que *“Professor por área de conteúdo não cabe mais no desenho que está dado”*. Uma frase solta, porém muito significativa. (MOTTA; LEHER, p.246)

Segundo os autores, essa frase demonstra a articulação de uma gama de ações direcionadas para “racionalizar” os sistemas de ensino, “orquestrado” em várias instâncias de poder para atender interesses privados do capital e as pressões econômicas e orientações para o conformismo das agências internacionais.” (MOTTA; LEHER, p.246) Os autores apresentam três aspectos que denotam a sucateamento do ensino público: o primeiro é o aumento da apresentação do ensino à distância como opção para formação de professores em instituições privadas não universitárias, promovendo um profissional desqualificado e generalista para que possam submetê-lo à lógica do capital, uma vez que esse(a) professor(a) terá maior dificuldades de ser efetivado em um concurso e menor capacidade teórica para que possa questionar os apostilamentos como ferramenta metodológica; o segundo aspecto é a possibilidade de conceder parte da formação do ensino médio à distância, conforme vemos na Lei 13.415/17 no artigo 36 e inciso 11, concedendo a “instituições de ensino” a possibilidade de oferta para “cumprimento das exigências curriculares.”; o terceiro é o aumento significativo de professores de contratos temporários, que, em diversos estados brasileiros, são de volume superior a 50%, o que tende a piorar com a abertura do ensino à distância por organizações empresariais (MOTTA; LEHER, pp.246-247).

Os autores também mencionam a participação do Banco Mundial na formação de políticas públicas para o Novo Ensino Médio no Brasil.

No dia 17 de julho de 2017, a Assessoria de Comunicação Social do MEC anunciou que a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, autorizou o pedido de financiamento junto ao Banco Mundial para implementação do Novo Ensino Médio nos estados. Segundo Rossieli Soares, secretário de Educação Básica do MEC: “Esse

empréstimo virá para apoiar a reforma do ensino médio, tendo como eixo a formação de professores das redes, a construção de currículos, além de estudos de viabilidade para o que fazer em cada uma das redes, respeitando o seu contexto local” (MEC, 2017, s/p). O valor estimado é de 1,577 bilhão de dólares. (MOTTA; LEHER, pp.249-250)

Para os autores, o financiamento do Banco Central para melhorar estruturas das escolas para incorporar as novas disciplinas do Ensino Médio vai na contramão ao orçamento público da educação, ocasionando o aumento da dívida dos estados. Além disso, a indicação do Banco Central para formulações de parcerias público-privadas reforça o interesse da privatização da educação pública estadual, conforme podemos ver em alguns estados, tais como em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e na Paraíba. Diante disso, os autores afirmam que:

Um processo privatista que, de fundo, não está relacionado com a “crise” econômica, mas faz parte de um projeto de dismantelamento do setor público e de desresponsabilização do Estado na garantia da educação como direito social. (MOTTA; LEHER, p. 251)

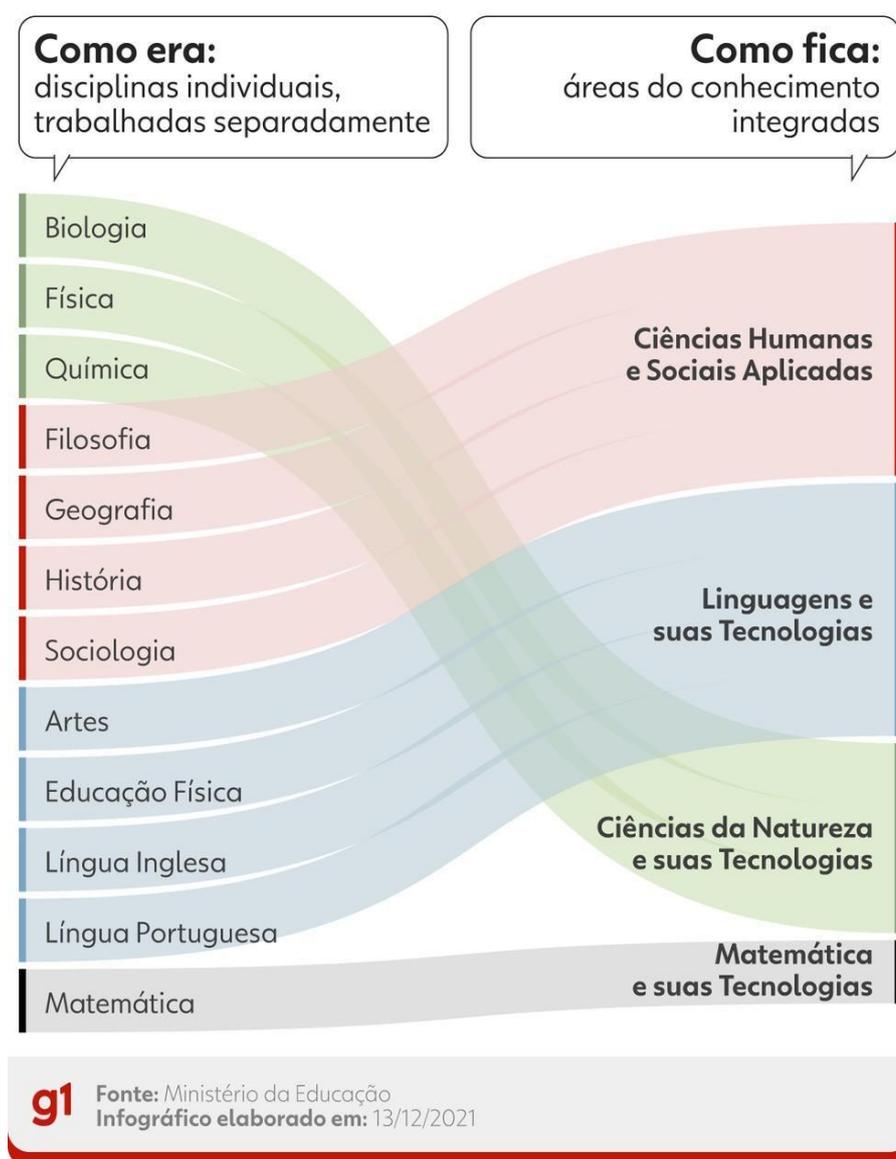
Portanto, o Ensino de História no Brasil tem passado por um novo desafio, pois, com a visão mercantilista instaurada a partir de um governo neoliberal, a disciplina de História é submetida ao estímulo de formação de cidadãos para o mundo do trabalho e para a realização de exames para o acesso ao curso superior. Além disso, como veremos a seguir, a proposta de um Novo Ensino Médio procura diluir as aulas de História dentro da área da ciências humanas, transformando o Ensino de História em generalizante, superficial e com entraves políticos. É importante pensar em todo esse processo de políticas públicas privatizantes que procuram sucatear o ensino público e incentivar a terceirização do professor a fim de submetê-lo à lógica do capital.

### 1.1 A Reforma do Ensino Médio e o aprofundamento da precarização do Ensino de História

O Novo Ensino Médio, instituído pela lei nº 13.415/17, mas por ora passando por uma reformulação no governo Lula, aprovado da Câmara dos Deputados (Projeto de Lei 5230/23) e em vias de ser aprovado pelo Senado, foi uma medida adotada de forma unilateral pelo governo Temer, um governo golpista recém instituído no poder de forma ilegítima. As alterações realizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) englobam mudanças no quantitativo de horas estudadas pelos estudantes e a

inclusão de matérias de formação técnica-profissional com os itinerários formativos, bem como diminuição de aulas de componentes curriculares que oferecem uma formação crítica, própria das ciências humanas. Tal medida tornou obrigatórias apenas as disciplinas de português, matemática e inglês, além de permitir o notório saber para a prática docente (PONTES, 2019). Além disso, as disciplinas foram agrupadas segundo a sua área de conhecimento, a saber, linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, conforme aponta infográfico abaixo:<sup>4</sup>

Figura 2- Infográfico sobre a estrutura do Novo Ensino Médio



<sup>4</sup> G1. Novo ensino médio: saiba quais mudanças passam a valer em 2022. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2022/01/12/novo-ensino-medio-saiba-quais-mudancas-passam-a-valer-em-2022/>. Acesso em 01 de Julho de 2024

A partir de 2023, o novo Ensino Médio foi incluído também para os segundos anos, sendo que os estudantes poderiam montar o seu próprio projeto de vida, escolhendo as matérias optativas segundo as suas aptidões e habilidades. Esses conteúdos eletivos somam 1200 horas e a parte fixa das cinco áreas do conhecimento mais 1800 horas, divididas nos três anos do Ensino Médio. Com a nova proposta enviada para o senado no início do ano de 2024, pretende-se mudar para 2400 horas as disciplinas obrigatórias e 600 horas para as optativas; além disso, há uma mudança nas disciplinas obrigatórias, que passam a ser consideradas as linguagens (português e inglês) e artes, educação física, matemática, ciência da natureza (biologia, física e química) e ciências humanas (filosofia, geografia, história e sociologia).

Essa nova metodologia está imbuída de intencionalidades políticas que pretendem mercantilizar a educação e tornar a educação pública um veículo dos planos neoliberais, quando promete formar trabalhadores técnicos para compor o sistema capitalista, conforme aponta Jeferson Schutz e Vania Consentin (2019) e Vitor Oliveira (2020).

Para Vitor Oliveira (2020) essas intencionalidades se revelam quando se pretende ampliar a carga horária estudada e, ao mesmo tempo, diminuí-la nas disciplinas consideradas essenciais para a formação cidadã. Antes da reforma, as disciplinas computavam 800 horas anuais, e agora elas possuem 1800 horas divididas em três anos, somando apenas 600 horas anuais. Com isso, algumas matérias perderão totalmente o seu espaço de discussão, como, por exemplo, o ensino de história, que terá apenas uma aula semanal para oferecer discussões e aprofundamentos históricos tão necessários na formação dos indivíduos. Além disso, os professores também perdem espaço ou multiplicam suas atividades burocráticas, pois agora, para completar um cargo precisam de 16 turmas diferentes. Ou seja, preenchimento de diários, aplicações de provas e atividades, correções, planejamentos de aulas se tornam atividades dobradas que levam os profissionais a se dedicarem cada vez menos em aulas de qualidade e seguirem mais atividades prontas e universais, não sendo possível verificar as necessidades individuais e menos ainda de cada turma. Agora esses profissionais podem também migrar para serem professores das disciplinas dos itinerários formativos, que deverão concorrer com os profissionais da mesma área de conhecimento, sendo que tais professores precisariam se adaptar a essa nova proposta e ainda oferecer um ensino limitado de acordo com as funções burocráticas.

Para esse autor, isso só ampliará as desigualdades sociais quando pensamos na dicotomia entre as escolas privadas e públicas. Enquanto na escola pública os professores

de história precisarão ter de 20 a 30 turmas diferentes, e com pouco foco nos exames nacionais para adentrarem para o Ensino Superior, as escolas privadas poderão “ofertar os arranjos curriculares com conteúdos escolares que constituem a base para os exames seletivos” (OLIVEIRA, 2020, p. 3). Diante disso, é importante mencionar que, segundo o Plano de Ação de Implementação Itinerário Formativo, elaborado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais em 2022, temos 86% dos alunos estudando em escolas públicas. Isso revela a intencionalidade de formar cada vez mais trabalhadores para o sistema capitalista e diminuir as possibilidades das classes inferiores disputarem um espaço no ensino superior.

Corroborando com essa visão, Jeferson Schutz e Vania Consentin (2019) ampliam essa discussão ao mencionar que a remodelagem na LDB nos artigos 24, 26, 36, 44 61 e 62 aponta para um projeto político para retirar a formação humana como componente importante na instrução dos alunos. Um exemplo é quando menciona a área das ciências humanas no artigo 36 no item IV, com o seguinte texto: “IV – ciências humanas e sociais aplicadas”. O autor salienta que foi retirada a expressão “e suas tecnologias”, como é feito nas outras áreas de conhecimento; isso aponta para uma diluição das disciplinas de sociologia e filosofia em outras disciplinas correlatas, demonstrando uma extinção paulatina dessas matérias no ensino médio. Juntamente a isso, podemos conjecturar que a diminuição das aulas de história, ou a sua não obrigatoriedade, é um indício também de uma possível retirada dela em algum dos anos do ensino médio. Para os autores, existe a “privação de disciplinas com maior potencial crítico-reflexivo e capacidade relacionante, favorecendo, assim, a consolidação da lógica do capital e a atuação dinâmica do mercado, porque um sujeito com visão igualmente reduzida e parcial é mais facilmente manipulável e subserviente.” (SCHUTZ; CONSENTIN, 2019, p. 212).

A proposta seria implementar o Ensino Integral, quando os estudantes permaneceriam na escola por 7 horas, tendo disciplinas tanto das áreas do conhecimento quanto das disciplinas eletivas segundo a escolha do aluno. Essa proposta, segundo os autores, ainda apresenta alguns problemas estruturais e financeiros. Primeiramente, as escolas públicas estaduais carecem de recursos financeiros para suprir as demandas de apenas um turno, e com 3 refeições oferecidas é possível prever a falta de recursos para manter tal proposta. Outra questão a se pensar é que, nas famílias pobres, muitos dos estudantes utilizam o contraturno para trabalhar, a fim de possibilitar uma melhor qualidade de vida para suas famílias. Com a Reforma, tais estudantes teriam necessariamente que mudar para o período noturno para que pudessem permanecer em

seus trabalhos. A última questão sobre isso é que o Ensino Integral sempre teve uma ideia de formação completa do ser humano, mas a proposta que está em discussão tem uma visão reducionista sobre isso, voltada mais para a adoção de um ensino tecnicista, ao defender apenas essas três disciplinas obrigatórias (matemática, português e inglês) e mais as opções dos itinerários formativos dos cinco ofertados, “sem expressar qualquer proposta pedagógica que sustente tanto tempo de permanência dos alunos da escola” (SCHUTZ; CONSENTIN, 2019, p. 213).

A educação profissional é outra bandeira importante para compor a carga horária do Ensino Integral, sendo que a escola fará alianças com empresas para oferecer cursos, segundo o contexto em que a escola está inserida. Assim, o aluno será levado a pensar que estará fazendo uma escolha, quando, na verdade, foi inserido em um projeto de formar trabalhadores em série, para suprir o mundo do trabalho. Pensando assim, temos a junção de um plano curricular reducionista com proposta da educação profissional, em que os estudantes não terão outra alternativa a não ser seguir o “projeto de vida” voltado para o mundo do trabalho, do que uma perspectiva para a vida acadêmica universitária, aprofundando, assim, cada vez mais, as desigualdades sociais no Brasil. (SCHUTZ; CONSENTIN, 2019)

No início do ano de 2024, houve a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que sugeriu a revisão do Novo Ensino Médio. A partir daí, o Congresso vem debatendo as sugestões levantadas pela Conferência. Porém, o texto enviado para a aprovação no Senado sugere apenas duas mudanças na proposta original: diminuição de 1200 para 600 horas dos itinerários informativos, e a promoção do curso técnico em junção com o ensino médio com previsão para 900 horas, além do aumento da carga horária das disciplinas obrigatórias, conforme já mencionado. Essa mudança não altera muito o texto original, sendo necessário aguardar a revisão do Senado para aprovar ou revisar o texto. No entanto, se essa reformulação for aprovada, a disciplina de História permanecerá com poucas aulas semanais, dificultando assim o aprofundamento da discussão em sala de aula.

A verdade é que a proposta do Novo Ensino Médio (NEM) é um retrocesso a um plano de educação que já havia sido articulado durante o período da ditadura militar, que tinha uma diretriz tecnicista, reducionista no plano curricular e a de fomentação de licenciaturas curtas, além da extinção de disciplinas das ciências humanas, a fim de estimular os jovens aos desejos do mercado capitalista e dos grandes conglomerados empresariais. O NEM (Novo Ensino Médio) limita a atuação do(a) professor(a),

diminuindo sua carga horária com o viés altamente neoliberal. Para Circe Bittencourt (2018), as novas mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são fruto de interesses corporativos vinculados a premissas do Banco Central. A fim de atender um mercado capitalista, a nova proposta pretende esvaziar o ensino crítico e formar cidadãos para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, os currículos de História podem ser transformados novamente em currículos voltados para a difusão de uma religiosidade, que na atualidade corresponde à introjeção do capitalismo como religião conforme Max Weber (1967) e Walter Benjamin (2013) já haviam anunciado (BITTENCOURT, 2018, p.143). Com essa afirmação, a autora procura retratar a visão do capitalismo como uma religião tradicional, que cria uma estrutura de poder e possui uma influência na adoção de crenças e valores na sociedade. Com isso, percebemos toda lógica neoliberal nos últimos anos no Brasil e a tendência de políticas privatizantes. O Ensino de História também é marcado por sua aplicabilidade na sala de aula, voltado para uma difusão de ideais do mercado. Para Circe Bittencourt, portanto, há um risco do ensino de história perder seu pensamento crítico, para ficar a serviço do discurso das organizações.

Com isso, a disciplina de História enfrenta a partir deste período novos retrocessos por parte das propostas curriculares. Com o projeto do NEM, implantado inicialmente no ano de 2021, a disciplina de História é englobada pela área das ciências humanas, com uma proposta de interdisciplinaridade com as outras disciplinas como Geografia, Sociologia e Filosofia. Nesse projeto, a disciplina de História no Ensino Médio passou de três aulas semanais para apenas uma aula semanal (OLIVEIRA, 2018). Além disso, ao consultar o Currículo de Referência do Estado de Minas Gerais para os segundos anos do ano de 2023, percebemos que ele sugere que o(a) professor(a) de História deve provocar nos alunos a criação e o fortalecimento de uma série de habilidades e competências por meio de conteúdos pré-selecionados, sem se importar em criar uma base de compreensão de contexto histórico e uma reflexão crítica dos estudantes. Vamos utilizar como um exemplo o plano de aula para o primeiro bimestre:

Figura 3– Plano de Curso do 2º Ano do Ensino Médio da disciplina de História<sup>5</sup>

PLANO DE CURSO						
ÁREA DE CONHECIMENTO:		Ciências Humanas	ANO DE ESCOLARIDADE	2º Ano - Ensino Médio	ANO LETIVO	2023
COMPONENTE CURRICULAR:		História				
1º BIMESTRE:						
UNIDADE TEMÁTICA/TÓPICO	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADE	OBJETOS DO CONHECIMENTO/ CONTEÚDOS RELACIONADOS	ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS		
Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	<b>Competência Específica 3:</b> Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.	(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, e selecionar aquelas que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.	- Conjurações Mineira e Baiana.	Docente, inicie o ano letivo resgatando o objeto de conhecimento (luminismo/Liberalismo e reafirmando as habilidades trabalhadas através deste objeto. Na sequência, inicie a construção da habilidade destacada por meio da ligação da crise do sistema colonial com o ideário liberal.		
Territórios e Fronteiras Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	<b>Competência Específica 2:</b> Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder. <b>Competência Específica 3:</b> Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.	(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais. (EM13CHS303). Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas a uma percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo.	- Crise do Sistema Colonial nas Américas.	Professor(a): na construção das habilidades, destaque as composições étnicas; os papéis dos grupos sociais no processo emancipatório e, por fim, em caso as elites coloniais construíram um imaginário ideológico à guisa de manutenção dos seus privilégios e interesses econômicos.		
Política e trabalho	<b>Competência Específica 4:</b> Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica. (EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.	- Construção dos Estados Nacionais (Séculos XIX ao XXI).	Estabelecer com os(as) alunos(as) como as relações de trabalho advindas com a Revolução Industrial permitiram a construção dos Estados-Nações a partir desse período. Discutir as relações de poder entre as classes sociais e entre as nações que se forjavam.		

*Currículo Referência de Minas Gerais, 2023*

De acordo com o calendário escolar divulgado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais em 10 de janeiro de 2023, o primeiro bimestre se iniciou no dia 06 de fevereiro e teve seu fim no dia 24 de abril. Porém, o conselho de classe foi agendado para a semana do dia 14/04/23. Se tirarmos a semana de apresentação e a semana de provas e recuperação, o professor de História teve 06 encontros de 50 minutos para lecionar sobre as principais revoltas imperiais, discutir sobre o processo de formação e crise das colônias nas Américas e o surgimento dos Estados Nacionais. Para exemplificarmos melhor o quadro acima, vamos analisar as habilidades e o conteúdo programado para o primeiro bimestre. Nesse período, são exigidas, principalmente, quatro habilidades:

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, e selecionar aquelas que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

<sup>5</sup> SEE/MG - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Planos de Curso CRMG. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 03/06/2023.

Para o desenvolvimento dessa habilidade o(a) professor(a) precisa retomar o conceito do iluminismo e liberalismo visto no ano anterior para inserir as revoltas da Conjurações Mineiras e Baiana em no máximo dois encontros, sendo que nesses momentos o profissional ainda precisa testar os conhecimentos por meio das atividades avaliativas e fazer suas correções. Após esse momento, o(a) professor(a) passará para as próximas habilidades do primeiro bimestre:

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

(EM13CHS303). Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas a uma percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo.

Para a construção dessas duas habilidades, o(a) professor(a) precisa passar pelos processos da colonização portuguesa, e o período do declínio, visando estimular conhecer a diversidade das etnias no meio do capitalismo comercial implantado pela corte portuguesa. Com isso, o(a) professor(a) precisa analisar cada colônia e suas manifestações culturais, bem como os processos emancipatórios e suas revoltas. Para todo esse arsenal, o professor terá no máximo 3 encontros, para que possa finalizar o bimestre com as últimas habilidade:

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.

Por fim, o(a) professor(a) de história precisará estudar com os alunos a construção dos Estados-Nações a partir da ótica da revolução industrial, procurando demonstrar como o mundo do trabalho, a partir da revolução industrial ampliou as desigualdades econômicas e incorporou a ideologia do capitalismo, dando ênfase nos tipos de trabalho exercido por escravizados e seus desdobramentos. Com isso, o(a) professor(a) que procura atender o plano de curso que foi elaborado pela Secretaria da Educação precisa trabalhar com esses temas de forma superficial, sem criticidade e de forma conteudista. A finalidade é produzir estudantes capazes de responder uma pergunta nos exames

nacionais, e não desenvolver a cidadania e o pensamento crítico da sociedade.

Esse exemplo revela a superficialidade com que o Ensino de História será tratado nessa nova proposta, na qual é retirada a possibilidade de o estudante desenvolver qualquer capacidade crítica e analisar os diversos discursos e disputas de poder na formação do conhecimento histórico. Além disso, é importante destacar que a diminuição da carga horária do (a) professor(a) acomete um outro problema estrutural: para completar uma carga horária, esse(a) professor(a) precisará de 16 turmas, e/ou completar com disciplinas dos componentes itinerários que não têm vínculo com o Ensino de História. Lembrando que essa carga horária é apenas para um turno e que normalmente os(as) professores(as), para conseguirem se sustentar economicamente, precisam de dois ou três turnos. Se torna cada vez mais difícil para o(a) professor(a) conseguir ser um ponto de resistência e oferecer um currículo paralelo, com maior embasamento historiográfico.

Se é assim para o professor efetivo, para aquele que é contratado temporariamente (designado) as dificuldades são ainda maiores, pois esse profissional não sabe com antecedência qual/quais as séries estarão disponíveis para o seu contrato; não sabe em qual período iniciará suas atividades e tão pouco quando terminará. Os trabalhos didáticos, como elaboração de provas e correção de exercícios, ou os administrativos como anotação de frequências, precisam ser feitos pontualmente, além de serem fiscalizados e cobrados pela supervisão do trabalho, com risco de perder seu contrato por “desempenho insatisfatório”, conforme afirma a Resolução SEE 4784/2022 (Minas Gerais). Por exemplo, no artigo 38 dessa resolução traz as situações previstas que esse profissional poderá perder o cargo. Vejamos a seguir:

Art. 38 - A dispensa de ofício do contratado/convocado temporário ocorrerá nas seguintes situações:

III – Retorno do titular;

X – Ocorrência de faltas no mês, em número superior a 10% (dez por cento) de sua carga horária mensal de trabalho, excetuadas as faltas motivadas por licença Resolução SEE 4784/2022 (55742196) SEI 1260.01.0155172/2022-56 / pg. 11 denegada;

XI – desempenho insatisfatório que não recomende a permanência:

a) após avaliação fundamentada, registrada em relatório circunstanciado pelo Gestor Escolar, referendada em reunião do Colegiado e validada pelo ANE/IE, quando se tratar de servidor em exercício em unidade de ensino;

b) após avaliação fundamentada, registrada em relatório circunstanciado do Coordenador do Serviço de Inspeção Escolar, validado pelo diretor da SRE, quando se tratar de ANE/IE;

Essas situações acima demonstram a fragilidade do contrato do(a) professor(a)

designado, pois não basta todo o esforço para conseguir seu trabalho como professor, ele também precisará se preocupar com a fragilidade do seu contrato, que a qualquer momento poderá ser perdido.

Esses profissionais da categoria “designados” se caracterizam na modalidade de trabalho instável, desprotegido e flexível, que, segundo os sociólogos Giovanni Alves (2007), Ulrich Beck (2000) e Guy Standing (2011), é trabalho precarizado. A pesquisa de Gabriel Galdino (2020) sobre o “Trabalho precário na América Latina: as contribuições dos estudos da sociologia do trabalho sobre precariedade para o contexto da região” articula esses três sociólogos sobre o conceito de trabalho precário, precariedade e precariado.

Primeiramente segundo Alves (2007 apud, Galdino, 2020):

Em geral, entende-se por trabalho precário a modalidade de trabalho instável, desprotegido e flexível; que se manifesta via contratos temporários, trabalho em tempo parcial, sejam estes considerados formais ou informais, adquirindo uma dimensão estrutural e permanente para os trabalhadores. Enquanto a expressão precariedade está mais para uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de atividade laboral (Alves, 2007, p.2).

A partir dessa constatação, o autor procura estabelecer a construção desses conceitos sociológicos a partir de trabalhos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, e posteriormente na América Lática. Beck (2000 apud GALDINO, 2007, p. 5) afirma que, devido às tecnologias, o mundo do trabalho está chegando ao fim, e com ele a garantia de trabalhos estáveis, direitos trabalhistas e seguridade social. Para ele, a expansão global da insegurança do trabalho tem atingido principalmente o Brasil, com a realidade dos trabalhadores informais.

Corroborando essa visão, o autor traz a concepção de Standing (2011 Apud GALDINO, 2007, p. 6) sobre o conceito do precarizado e a precarização do trabalho:

Por outro lado, no livro *The Precariat*, Standing (2011) define o precariado como uma classe social em formação – um grupo homogêneo, incapaz de pensar a longo prazo, devido a sobrecarga de informações – e a precarização como um processo em que o sujeito é submetido às incertezas acerca do futuro, com uma identidade insegura e carente de um sentido de desenvolvimento possível através do trabalho e o estilo de vida. A flexibilidade do mercado de trabalho, conforme Standing (2011), possui algumas dimensões essenciais para entender os mecanismos que produzem a precariedade, sendo estas: a flexibilidade salarial; a do emprego; a na organização do trabalho; e das competências e habilidades. Ademais, Standing (2011) também

menciona outras causas da precarização, como: a) a carência de políticas de pleno emprego que afetam as oportunidades de obtenção de um salário suficiente; b) a insegurança como resultado da fragilidade dos sindicatos; c) a insegurança produzida pela ausência de proteção contra acidentes do trabalho e; d) insegurança produzida pela falta de regulações, proteções e garantias estatais, no que tange ao asseguramento dos direitos socioeconômicos. (STANDING, 2011 Apud GALDINO, 2020, p. 6).

Por fim, o autor ainda traz a visão de Castel (2010), sobre o trabalho precário:

Por conseguinte, para Castel (2010), o trabalho precário é uma relação laboral em que o trabalhador vive num padrão abaixo do socialmente reconhecido como de salário, segurança e nível de inclusão social.

Para esses autores, o trabalho precário é aquele que se revela em contrários temporários, pois não oferece ao trabalhador nenhum tipo de segurança e estabilidade, gerando também a precariedade, ou seja, a flexibilidade salarial, de emprego e organização do trabalho. Além disso, a definição de Castel (2010) sobre trabalho precário é também vista no tipo de relação trabalhista com os(as) professores(as) designados(as) ou contratados de forma temporária, pois com esse tipo de contrato cria-se dois tipos de subclasses dentro da profissão docente: os efetivos e os temporários.

Os professores de contratos temporários não possuem os mesmos benefícios salariais que os efetivos. Precisam lidar com a sazonalidade da oferta de trabalho, e não são valorizados nem pelos pares efetivos e tão pouco pelos alunos, conforme demonstra a dissertação de Cândida Fonseca (2001) e Ralf Martins et al (2021).

Para Fonseca (2001), as transformações sociais do cargo do professor nos últimos anos têm gerado várias doenças psicossomáticas nos docentes. Segundo a autora:

Nos últimos anos, a desqualificação profissional sofrida pela categoria tem sido grande e se verifica principalmente na progressiva deterioração dos salários, na diminuição do status social e nas precárias condições de trabalho. (FONSECA, 2001, p.74)

Esses três aspectos mencionados pela autora, a saber, a desqualificação profissional, baixos rendimentos, falta de reconhecimento por parte da sociedade e as condições de trabalho têm tornado a profissão dos professores insustentável. Para a autora, desde a Idade Média, a profissão de professores era considerada em alta estima, fazendo com que a sociedade demonstrasse respeito e admiração pelos docentes, porém, quando a profissão se torna mercantilizada e com a democratização da educação, os

professores são relegados a condições de trabalho insípidas. Diante disso, a autora constata:

De modo geral, não só no Brasil, mas na maioria dos países em desenvolvimento, o professor é uma pessoa de nível socioeconômico baixo, com formação geral insuficiente (produto ele próprio de uma escola pública de má qualidade), formação profissional precária (ou inexistente), reduzido contato com a produção científica, a tecnologia e os livros - e, conseqüentemente, com o uso desses recursos. É possível afirmar, ainda, a partir da observação de depoimentos pessoais e de estudos que começam a surgir - que, frequentemente, o professor está desatualizado em relação à discussão sobre educação, à profissão e seu papel social, escreve e lê pouco, tem uma enorme dependência do livro didático. (FONSECA, 2001, p.74)

Para a autora, a qualidade do ensino é comprometida devido a alienação do(a) professor(a) quanto ao seu interesse em aprimorar sua qualificação profissional. Porém, essa falta de engajamento está associada às condições de trabalho precárias da classe. Diante disso, a autora faz a seguinte afirmação:

Assim, a vida cotidiana da escola passa a ser um espaço também de mediocridade, com alguns valores como o individualismo, a neutralidade, a competição, identificados na estrutura capitalista de organização social. Ocorre uma satisfação, que se manifesta na contestação ou na passividade, que mascara a mediocridade e impede a procura do “ser inteiro”. Neste campo se desenvolve o poder criador e transformador e, também, a alienação... (FONSECA, 2001, p.77)

Ampliando essa visão, o artigo de Ralf Felipe Martins, Ana Luiza Gomes de Araujo e Marina Alves Amorim (2021) faz uma relação entre o vínculo de trabalho temporário e o adoecimento docente no Estado de Minas entre os anos de 2016 e 2018. Para os autores, a contratação temporária não é apenas um problema jurídico que tem sido debatido nos últimos anos, mas também é uma questão ideológica marcada pela mercantilização da educação. Com isso, é marcado por intencionalidades a precarização do trabalho docente no Brasil. Diante disso, ao dialogarem com Oliveira (2004), fazem a seguinte observação:

Oliveira (2004) associa o processo de precarização do trabalho docente ao processo de universalização do ensino, tal como ele ocorreu. Reduzir as desigualdades sociais, a partir da expansão do acesso à escola: esse foi o compromisso assumido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien. Tal compromisso impôs aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a construção

de estratégias de gestão e financiamento para aumentar o número de matrículas, sem aumentar na mesma proporção o volume de recursos aplicados. Ao realizar, dessa forma, a ampliação da educação básica, precarizou-se o trabalho docente. Isso porque foi necessário reestruturá-lo, ampliando e muito as responsabilidades dos professores, mas também flexibilizar e até mesmo desregular a legislação trabalhista. Na verdade, “(...) assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários (...), o arrocho salarial, o desrespeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público” (OLIVEIRA, 2004, Apud MARTINS et al 2021).

Para os autores, quando pensamos no adoecimento dos professores, é necessário ter em vista todos os aspectos que influenciam as condições de trabalho, tais como: a intensificação da jornada de trabalho e a desarticulação das políticas públicas. Sobre a intensificação da jornada de trabalho, conforme já falamos, é importante mencionar que para um(a) professor(a) de história conseguir um salário mediano, ele precisa trabalhar em pelo menos dois turnos, e, com a diminuição da carga horária produzida pelo ensino médio, o profissional é obrigado a complementar sua carga horária com matérias dos itinerários formativos que fogem da sua formação ou lecionar em mais de 30 turmas diferentes. Com isso, a carga de trabalhos administrativos e pedagógicos se torna insalubre. Por isso, segundo os autores:

A precarização do trabalho docente, que, conforme defende Oliveira (2014), inclui a precarização do vínculo de trabalho dos professores e está relacionada com a universalização do ensino da forma como ela se deu, tem, portanto, segundo Cortez et al. (2017), efeitos negativos sobre a saúde docente. Universalização do ensino sob determinado molde, precarização do trabalho docente e adoecimento dos professores são processos, portanto, que devem ser pensados em conjunto. (MARTINS et al, 2021, p.7)

A partir dessas constatações, os autores apresentam relatórios comparativos sobre os afastamentos de servidores e designados durante os anos de 2016 a 2018, conforme podemos ver a seguir:

Figura 4– Tabelas referentes à Licença de Tratamento dos professores

Tabela 1 – Quantidade de eventos de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) dos professores da Rede Estadual de Minas Gerais (REE/MG) que ocupam cargos efetivos e designados (2016-2018)

Situação Funcional	Eventos de LTS		
	2016	2017	2018
Efetivos	52.270	58.142	59.547
Designados	52.085	51.991	50.423
<b>Total</b>	<b>104.355</b>	<b>110.133</b>	<b>109.970</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 2019.

Tabela 3 – Quantidade de dias de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) dos professores da Rede Estadual de Minas Gerais (REE/MG) que ocupam cargos efetivos e designados (2016-2018)

Situação Funcional	Dias de LTS		
	2016	2017	2018
Efetivos	1.040.163	1.066.870	1.106.208
Designados	1.341.143	1.322.729	1.336.660
<b>Total</b>	<b>2.381.306</b>	<b>2.389.599</b>	<b>2.442.868</b>

Fonte: MINAS GERAIS, 2019.

Elaboração dos autores.

A partir desses dados, os autores mencionam os tipos de doenças mais comuns que geram afastamento, que são: “o estresse, a Síndrome de Burnout e o mal-estar docente como doenças predominantes; somente posteriormente, os transtornos físicos. Entre os professores, os problemas físicos mais usuais são os relacionados à voz e aos distúrbios osteomusculares, concernentes ao trabalho.” (MARTINS, et al 2021, p. 8). Ao analisar os dados acima, chegam à conclusão de que os professores designados (contrato temporário) têm mais receios de solicitar afastamentos devido à fragilidade do seu vínculo empregatício, e, por isso, conforme vemos na primeira tabela, há uma quantidade um pouco menor nos três por essa classe. Porém, quando saem de licença, o tempo que ficam afastados é superior ao dos efetivos. Isso reflete a condição precária das condições de trabalho que afeta a saúde desses profissionais, que, para se reabilitar, demoram muito mais tempo que os efetivos.

Diante dessas questões apontadas, julgamos que, na nossa pesquisa, o conceito de precarização do trabalho do(a) professor(a) de História é o que mais identifica a situação desse profissional.

Apesar de todas as dificuldades na vida dos docentes, ao consultarmos as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), percebemos que exige-se deste profissional a complexa tarefa de compreender a realidade dos alunos e oferecer um ensino que os aproxime dessa realidade, para fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento científico e cultural local. Por isso, quando analisamos os planos de cursos do ensino médio disponibilizados pelo governo de Minas Gerais, percebemos que, em diversos momentos, é cobrado do(a) professor(a) designado(a) a articulação da História Geral com a História Local, a fim de estimular, entre os discentes, o senso crítico,

o desenvolvimento da cidadania e o perfil investigativo. No entanto, os recursos didáticos que esses profissionais recebem não contemplam essa articulação, ficando então a cargo do docente buscar livros de apoio para que consigam atender essa demanda.

O(a) professor(a) designado(a), conforme veremos, não possui tempo hábil para construir um planejamento das aulas com essa articulação, devido a diversos motivos: contratos e distratos repentinos, sazonalidade na prestação de serviços, alta carga horária e serviços administrativos estafantes, entre outros.

Portanto, com todas as mudanças políticas e educacionais que os professores da educação básica têm sofrido nos últimos anos, tem sido afetada diretamente a qualidade de ensino na educação pública. É claro que isso não é um efeito colateral, e sim algo gerado com intencionalidades claras por parte de uma classe política adepta ao neoliberalismo. Um dos aspectos mais relevantes desse processo é a contratação dos professores de forma temporária para atuarem na educação. É importante compreendermos como ocorrem tais contratações, e seus principais impactos na educação pública, principalmente para o Ensino de História.

## 2. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DESIGNADOS DE MINAS GERAIS

O(a) professor(a) de História, ao concluir sua formação, precisará enfrentar uma série de dificuldades para adentrar no mundo do trabalho. Entre tantas, a falta de experiência, de oportunidades e o alto nível de concorrência são as mais complexas. Atualmente, no estado de Minas Gerais, os currículos de História possuem três aulas semanais nos anos finais do Ensino Fundamental, duas aulas no primeiro ano e uma aula no segundo e terceiro anos do Ensino Médio, conforme as matrizes curriculares estipuladas pela Resolução 4908/2023. Isso significa que o quantitativo necessário para suprir o quadro de docentes de História nas escolas públicas e privadas são menores, se comparado com as disciplinas de Matemática e Português. Enquanto as aulas de História no ensino médio possuem 1 aula semanal, Português e Matemática possuem 4 aulas semanais.

Diante desse quadro, o(a) professor(a) de História iniciante que deseja ir para o setor público e iniciar sua carreira profissional encontrará duas possíveis saídas: a efetivação em um concurso público ou a disputa por contratos temporários em escolas municipais ou estaduais. Segundo Di Pietro (2013) o servidor público é aquele que presta serviço ao Estado e às entidades da Administração Indireta. A Constituição Brasileira, em seu artigo 37, inciso II afirma:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL,1988).

Para se tornar um servidor público existem dois caminhos. O primeiro, a regra geral, é passar em um concurso público se tornar efetivo sob um regime de trabalho estatutário; o segundo, em teoria, é a exceção, que é a possibilidade dos contratos temporários, para atender uma necessidade específica em um período definido e que seja de interesse público (MARTINS et al, 2021). A partir de 1990, o Estado de Minas Gerais cria uma nova modalidade de contratação temporária chamada de **designação**, pela Lei Estadual n.º10.254 em 20 de Julho de 1990.

Inicia-se, então, um processo de contratação temporária para os professores de Minas Gerais, o qual, segundo Amorin e Salej (2019), se tornou a regra. Passou a ser comum contratar profissionais da educação de forma temporária ao invés de fazê-lo por concurso público. Para a autora, essa medida provoca três resultados: menor custo para o Estado, possibilidade de atender a interesses políticos, e precarização da educação pública por permitir um vínculo de trabalho muito precário. Gomes (2017) salienta que esse tipo de vínculo precário tem ocorrido em todo o território nacional, existindo lugares como Alagoas com uma porcentagem de até 82,37%, e o Espírito Santo com 73,62% do corpo docente. Além disso, tem-se tornado cada vez mais comum e permanente a manutenção desse vínculo empregatício, colocando a categoria em condições de trabalho de forma precária, com restrição de direitos trabalhistas e formas de remunerações diferenciadas, revelando assim a desvalorização e desqualificação desse profissional.

Ao compararmos os benefícios entre um professor designado com um efetivo, percebemos a desvalorização desse profissional que ocupa, em Minas Gerais, mais de 60% dos cargos de professores. O artigo de Ralf Felipe Martins (2021) apresenta o seguinte quadro com esse comparativo:

Figura 5– Benefícios dos Professores de Educação Básica

Quadro 1– Benefícios dos Professores de Educação Básica (PEB) da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais (REE/MG)

Benefício	Professor Efetivo	Professor Designado
Abono Família	Possui	Possui
Adicional Trintenário (10%)	Possui	Não possui
Adjunção/ Disposição	Possui	Não possui
Afastamento da Docência	Possui	Não possui
Afastamento para Campanha Eleitoral	Possui	Não possui
Afastamento para Mandato Eletivo	Possui	Não possui
Afastamento para Mandato Sindical	Possui	Não possui
Afastamento por Motivo de Casamento	Possui	Possui
Afastamento por Motivo de Luto	Possui	Possui
Afastamento Voluntário Incentivado – AVI	Possui	Não possui
Ajustamento Funcional	Possui	Não possui
Alteração de Titulação	Possui	Não possui
Apostilamento (Título Declaratório)	Possui	Não possui
Autorização para Frequentar Curso	Possui	Não possui
Gratificação de Educação Especial	Possui	Possui
Gratificação de Função de Vice-Diretor	Possui	Possui
Gratificação de Incentivo à Docência – Biênio	Possui	Não possui
Gratificação por Curso de Pós-Graduação	Possui	Não possui
Quinquênio (Adicionais por Tempo de Serviço)	Possui	Não possui
Férias-Prêmio	Possui	Não possui
Licença Maternidade	Possui	Possui
Licença para Acompanhar Pessoa Doente da Família	Possui	Não possui
Licença para Tratamento de Saúde	Possui	Possui
Licença para Tratar de Interesses Particulares	Possui	Não possui
Licença Paternidade	Possui	Possui
Opção pelo Regime de 40 Horas Semanais de Trabalho	Possui	Não possui
Progressão	Possui	Não possui
Promoção ao Grau E	Possui	Não possui
Promoção por Escolaridade Adicional	Possui	Não possui
Redução de Jornada de Trabalho	Possui	Não possui

Fonte: MINAS GERAIS, 2014

Elaboração dos autores.

Esse quadro revela como o(a) professor(a) designado(a) possui um contrato de trabalho marcado pela instabilidade. Dos 30 benefícios que o(a) professor(a) efetivo(a) tem direito, apenas 8 poderão ser usufruídos pelo(a) professor(a) temporário(a). Esses benefícios estão ligados a direitos trabalhistas, vinculados ao regime de trabalho CLT. Por exemplo, o abono família é destinado a servidores que recebiam até R\$1.754,18 em 2023. Desse valor o funcionário recebe R\$59,82 por filho de até 14 anos. Acontece que um cargo completo<sup>6</sup> já ultrapassa esse valor e, por isso, a maioria dos profissionais concursados não usufrui desse direito. Os afastamentos e licenças, benefício que qualquer trabalhador em regime de CLT possui, têm a mesma disposição, ou seja, não há um benefício adicional para os professores designados, e sim os mesmos que qualquer trabalhador possui pelo fato de ter um vínculo empregatício. Mesmo exercendo as mesmas atividades de um professor efetivo, esse profissional não possui plano de carreira e tão menos recebe adicional por qualificação de pós-graduação. Além disso, não possui nenhum incentivo para qualificar-se, visto que não é permitido o afastamento para realizar seus estudos avançados, como especialização, mestrado e/ou doutorado. Também não tem direito a concorrer a bolsas de estudo quando ingressa em alguma universidade.

Além disso, recentemente, o governo de Minas Gerais lançou, apenas para professores efetivos, o projeto *Trilhas de Futuro – Educadores*, que concede cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação lato sensu (especialização e MBA) na modalidade EaD, e vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) nas modalidades presencial e semipresencial, por meio do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação (EDUCAÇÃO.MG.GOV.BR, 2024). Além disso, o projeto oferece cursos de capacitação profissional para professores temporários e efetivos, conforme vemos na Resolução 4.834 de 13 de Abril de 2023, que criou o programa:

Art. 1º - Esta Resolução estabelece critérios para a participação de servidores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em cursos de aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação lato sensu (especialização e MBA) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), ofertados por instituições de ensino superior (IES), com vagas financiadas pelo Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação, denominado Projeto Trilhas de Futuro - Educadores.

---

<sup>6</sup> Cargo completo é o nome que se dá em Minas Gerais ao professor que exerce as 24 horas de trabalho semanais, conforme o plano de cargos e salários estabelecido pela Lei nº 24.383, de 6 de julho de 2023.

Parágrafo único. A SEE/MG irá delimitar qual ou quais modalidades de cursos descritas no caput serão ofertadas em cada edição do Projeto Trilhas de Futuro - Educadores.

Diante disso, a resolução orienta sobre os critérios para a inscrição, conforme veremos abaixo:

I - os ocupantes de cargo ou função das carreiras instituídas pela Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004:

- a) Professor de Educação Básica (PEB);
- b) Especialista em Educação Básica (EEB);
- c) Analista Educacional (ANE);
- d) Analista Educacional/Inspetor Escolar (ANE-IE);
- e) Analista de Educação Básica (AEB);
- f) Técnico da Educação (TDE);
- g) Assistente Técnico de Educação Básica (ATB);
- h) Assistente de Educação (ASE);
- i) Auxiliar de Serviços da Educação Básica (ASB).

II - os ocupantes de cargo de recrutamento amplo.

§ 1º - As vagas em cursos de aperfeiçoamento profissional destinam aos servidores efetivos, estáveis e em estágio probatório, convocados e contratados temporariamente, que sejam ocupantes de cargo ou função de uma das carreiras estabelecidas pelo art. 1º da Lei nº 15.293, de 2004, e de recrutamento amplo, em exercício na Unidade Central, Superintendência Regional de Ensino (SRE) ou Unidade de Ensino da SEE/MG.

§ 2º - As vagas em cursos de pós-graduação lato sensu (especialização e MBA) e *stricto sensu* destinam-se exclusivamente aos servidores com vínculo funcional efetivo estável, ocupantes de cargos de uma das carreiras estabelecidas pelo art. 1º da Lei nº 15.293, de 2004, em exercício na Unidade Central, Superintendência Regional de Ensino (SRE) ou Unidade de Ensino da SEE/MG.

§ 3º - Aplica-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo aos servidores com vínculo funcional efetivo estável ocupantes de cargos de uma das carreiras estabelecidas pelo art.º da Lei nº 15.293, de 2004, em exercício na Fundação Educacional Caio Martins (Fucam), na Fundação Helena Antipoff (FHA) ou no Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG), em decorrência de cessão.

§ 4º - As vagas em cursos de aperfeiçoamento profissional poderão ser ofertadas também aos servidores das carreiras da Educação Básica integrantes dos quadros funcionais da Fucam, da FHA e do CEE/MG.

§ 5º - Antes de se candidatar às vagas do Projeto Trilhas de Futuro - Educadores, o servidor deve certificar-se de que atende aos critérios exigidos pela SEE/MG e pela IES ofertante do curso.

O projeto *Trilha do Futuro – Educadores* é uma parceria público-privada que procura oferecer cursos de capacitação e de pós-graduação para professores da educação pública lotados na rede estadual. O discurso utilizado pelo governador Zema, conforme já vimos com Ravagnani e Almeida (2022), é que esse programa visava estimular o estudo e pesquisa do corpo docente a fim de alcançar uma melhoria na qualidade de ensino do Estado de Minas Gerais, bem como estimular a preparação dos jovens para o mercado de trabalho por meio da oferta de cursos técnicos.

Porém, se esse fosse realmente o objetivo final do governo, ele estimularia e financiaria o ingresso de docentes da educação básica nas universidades públicas, estaduais ou federais do Brasil, aumentando a quantidade de vagas, permitindo a redução da carga horária, e fortalecendo a rede já existente com profissionais qualificados. Acontece que o governo atual preferiu investir o dinheiro público em parcerias privadas, a fim de favorecer essas organizações empresárias e mercantilizar a educação no Brasil. Vemos isso claramente quando entramos no site <https://trilhaseducadores.mg.gov.br/>, e acessamos quais instituições oferecem cursos para os professores, conforme a captura de tela abaixo:

Figura 6 – Site Trilhas do Futuro – Educadores



Trilha do Futuro – Educadores. Disponível em: <https://trilhaseducadores.mg.gov.br/>. Acesso em: 04/05/2024.

Percebemos que a maioria das instituições que oferecem os cursos são de parcerias público-privadas, mesmo que, segundo o Plano Plurianual de Ação Governamental de Minas Gerais, sejam investidos cerca de 900 milhões nesse projeto nos últimos anos, sendo que a maior parte desse dinheiro irá para tais organizações. Sobre isso, o artigo de Dutra (2021, p.16) afirma:

O Trilhas de Futuro se organiza, assim, muito próximo de uma política de *vouchers*. O modelo de *voucher* é muito debatido na área de educação, embora não haja consenso sobre seu uso, havendo adeptos e críticos do modelo. Este dissenso é um pouco menor na perspectiva da educação profissional, uma vez que há um histórico de predomínio ou mesmo liderança na formação profissional dos trabalhadores por meio da rede privada, principalmente quando se pensa na atuação dos

serviços sociais autônomos na década de 1950, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -Senai e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac.

Assim, o governo facilita o acesso dos professores a cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) por meio da educação a distância (EaD), e inclui esse curso dentro das horas destinadas à formação continuada do(a) professor(a) e do tempo destinado ao preparo do planejamento das aulas. Esse tempo destinado a essas atividades na educação pública denomina-se como módulo, ou seja, das 24 horas semanais que o(a) professor(a) precisa desempenhar, 8 horas são destinadas à formação continuada, atividades administrativas e planejamento de aulas. Se o(a) docente(a) estiver cadastrado em programas do Trilhas do Futuro, ele é dispensado de cumprir essa carga horária.

Acontece que, se o(a) mesmo(a) professor(a) entrar para qualquer curso de pós-graduação fora do projeto, cujas aulas sejam até mesmo presenciais, ele(a) não consegue tal dispensa. Além de isso ferir a isonomia, revela um plano de governo que denota que o objetivo final não é a qualificação do corpo docente, e sim o favorecimento das instituições privadas de ensino. Nesse sentido, para um professor designado conseguir adentrar para programas de pós-graduação, terá mais dificuldades de cumprir toda a sua carga horária e suas obrigações com o estudo, pois o projeto *Trilhas do Futuro – Educadores* não contempla a inscrição para professores temporários em programas de pós-graduação.

Um segundo aspecto, mencionado por Ralf Felipe Martins, Ana Luiza Gomes de Araujo e Marina Alves Amorim (2021, p.10), é que os docentes designados demoram mais para afastar por algum problema de saúde, pois têm medo de ser penalizados em seu contrato de trabalho, mas, quando solicitam, ficam um tempo maior afastado devido à gravidade da sua saúde emocional e/ou física. Com isso, os autores concluem:

embora os professores designados da REE/MG utilizem menos licenças para tratamento de saúde do que os professores efetivos, a quantidade de dias de afastamento por licença para tratamento de saúde é maior – em outras palavras, na REE/MG, as licenças para tratamento de saúde dos professores designados são mais longas do que as dos professores efetivos. Esse é um forte indicativo de que os professores designados padecem de adoecimentos de maior gravidade do que os professores efetivos. (MARTINS, et al ,2021 p.10)

Para eles, há pelo menos duas razões principais que levam o(a) professor(a) temporário(a) a ficar maior tempo de afastamento. Eles afirmam:

Em primeiro lugar, constatou-se que o designado encara a licença para tratamento de saúde como último recurso, com receio de que ela dificulte ou impeça futuras designações. Dessa forma, quando o faz, a enfermidade é ou está mais complexa e difícil de curar.

O segundo motivo principal – para a média de dias de licença para tratamento de saúde ser maior entre professores designados do que efetivos – pode ser relacionado com as piores condições de trabalho às quais estão expostos, em comparação com os professores efetivos. O próprio medo de adoecer e precisar se afastar ou, estando doente, o medo de não suportar e precisar se afastar, que assola somente os professores designados. (MARTINS, et al, 2021, pp.10-11)

Com isso, percebemos que as condições de trabalho dos professores temporários são precárias, levando muitas vezes ao adoecimento psicológico. Pois, segundo os autores:

Trata-se de algo que diz respeito ao vínculo de trabalho precário e que determina não somente como se lida com a questão das licenças para tratamento de saúde, mas toda a vida do sujeito, inclusive, a sua saúde física e mental. (MARTINS, et al ,2021, p.11)

Um outro ponto relevante é a forma da divulgação e definição dessas vagas para professores temporários, sempre com prazos muito curtos para os professores que não são concursados. Conforme o jornal Minas Gerais, publicado em 20 de janeiro de 2016, a Secretaria da Educação começou a disponibilizar as vagas de designação de forma online. Antes desta data, eram disponibilizadas as listas de escolas de cada localidade pela manhã, e o(a) professor(a) precisaria se deslocar a esse local para verificar os cargos disponíveis e comparecer munido de sua documentação. Em cada local, é escolhido apenas o profissional mais bem classificado segundo uma lista geral. Apenas um(a) professor(a) é escolhido para ocupar o cargo, e os demais voltariam para uma nova procura no dia seguinte. Este selecionado tem apenas poucos dias para preparar os conteúdos de suas aulas.

No Estado de Minas Gerais, normalmente no final do ano letivo, o governo publica uma Resolução de como ocorrerá a contratação temporária para o próximo período letivo. Para que o(a) professor(a) possa competir por uma vaga, ele deve realizar uma inscrição informando o tempo de serviço trabalhado, ou se está na fila de espera de um concurso vigente. A partir dessas informações, o Governo elabora uma lista de classificação que terá que ser obedecida a ordem crescente na escolha das vagas. De forma prática, a escola, para abrir um processo de designação, precisa enviar uma solicitação para a Superintendência Regional de Ensino, com a data e horário do certame. Com isso,

os professores devem comparecer no local informado com uma tolerância de 5 minutos de atraso para concorrer àquela vaga. Quando inicia-se o processo de designação, o secretário da escola pergunta o número da classificação de cada candidato, chama o candidato melhor classificado, e pede toda a documentação exigida para a contratação. Caso a documentação apresente alguma irregularidade, passa-se para o próximo da lista.

Quando o(a) professor(a) é designado(a), começa uma nova etapa de desafios. Muitas vezes, ele é direcionado na mesma hora para iniciar seus trabalhos, sem planejamento prévio e tampouco preparação para suas primeiras aulas. Normalmente, a direção da escola oferece o livro didático e o plano curricular daquela série; em outros casos, é apenas informado de onde ele deve iniciar a matéria, e daí ele inicia imediatamente. O que acaba acontecendo é que todo o processo direciona para que o(a) professor(a) de História designado seja aquele que reproduz as informações que estão no livro didático, conseguindo muitas vezes fazer pouca relação com a realidade do aluno.

Quanto ao livro didático, em 2017, o governo federal alterou o Programa Nacional do Livro e Material Didático por meio do Decreto 9098/2017. Com essa alteração, a participação da academia na elaboração e aprovação dos materiais passou a ser feita em segundo plano (LEHER; MOTTA, 2017 P. 247-248), fazendo com que os livros das ciências humanas passassem a ter menos diálogo com a historiografia recente.

De acordo com esses autores, “a universidade passa a ter papel secundário na avaliação dos livros e materiais didáticos” (LEHER; MOTTA, 2017, p. 248). Sendo que a formação dos livros de ciências humanas precisa conter conteúdos de História, Sociologia, Filosofia e Geografia, e, portanto, menos espaço para estudos mais críticos sobre a historiografia recente. Na verdade, segundo esses autores:

Na perspectiva pragmatista e instrumental de agências formadoras afinadas com a lógica empresarial, contribui para que o professor fique dependente de materiais didáticos estruturados, retirando dele a qualificação necessária para fazer a adequação metodológica (LEHER; MOTTA, 2017, p. 249).

Portanto, os autores salientam que a má formação dos professores, a condição precária da sua contratação de forma temporária e a construção de materiais de apoio fazem parte de uma lógica neoliberal que fortalece a dependência do professor aos livros didáticos e a reprodução desse discurso nas salas de aula.

No estudo realizado por Gawryszewski (et al, 2017) sobre os professores de contratos temporários nas escolas privatizadas no Estados Unidos, fica claro que as escolas procuram diminuir seus custos para que possam aumentar seus lucros, e uma das suas estratégias é justamente ter o currículo “apoiado em apostilas voltadas ao ‘sucesso’ na testagem de habilidades cognitivas pré-determinadas nas avaliações de larga escala, o que, supostamente, evitaria gastos com a repetência de alunos.” (GAWRYSZEWSKI et all, 2017, p.739). E, com isso, os professores contratados são obrigados a seguir apenas aquele material como método pedagógico.

Todo esse cenário demonstra a desvalorização desse profissional e, por conseguinte, da educação pública, que possui mais da metade de seus professores com esse tipo de contrato de trabalho. A contratação temporária adota regras diferentes, conforme o estado ou o município, podendo se dar por processos seletivos, por meio de provas escritas e/ou por títulos (GATTI, et al, 2011). Para Maria Alves Amorim (2018) a “super designação” no Estado de Minas Gerais provoca uma condição precária do trabalho, que afeta a qualidade da educação, pois o professor com contrato temporário é itinerante, sem vínculos duradouros e com extremas dificuldades de planejamento e execução do plano de ensino.

Bernadete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barrello e Maria Eliza Damazo de Afonso André (2011) afirmam:

A condição de contrato temporário de docentes, não conduzindo à estabilidade e à progressão profissional, gera nas redes alguns problemas que mereceriam melhor consideração, pois afetam a própria profissionalização docente, a formação continuada e progressiva de quadros, a formação de equipes nas escolas e, em decorrência, a qualidade do ensino. A precariedade dos contratos de trabalho traz consigo rodízio excessivo de professores, instabilidade das equipes escolares e, até mesmo, desistências da profissão. São questões importantes a serem consideradas pelas políticas relativas aos docentes, dado que interferem diretamente no trabalho cotidiano das escolas, na aprendizagem dos alunos e no seu desenvolvimento, causando também desperdício financeiro no que se refere aos investimentos formativos em serviço. (GATTI, et al. p.159)

É interessante notar que esse tipo de contrato temporário no Estado de Minas Gerais tem sido pouco debatido por entidades políticas, sindicais ou por estudiosos da educação desde a criação da modalidade em 1990, com a Lei 10.254, artigo 10. Para Maria Amorim, esse tipo de contrato se tornou um problema estrutural, perpassando diversos governos. Esse assunto volta a ser discutido apenas em 2006, com a eleição do Governador Aécio Neves para Minas Gerais. Em 2007, foi aprovada a Lei 100/2007 com

a finalidade de regularizar a situação dos servidores em contratos temporários, efetivando todos aqueles que haviam trabalhado entre o período de 16 de dezembro de 1998 até 31 de dezembro de 2006, e que se encontravam em exercício na promulgação dessa lei (ASSIS, 2016).

Foram mais de 96 mil servidores da área da Educação efetivados (G1 MG, 2015). A partir disso, as designações continuam apenas para suprir afastamentos de saúde, férias e situações emergências. Porém, com a efetivação desses profissionais, formou-se uma segunda categorização de servidores públicos no Estado de Minas Gerais: os efetivos e os efetivados, conforme aponta Helimara Moreira Lamounier Heringer e Juvêncio Borges Silva (2016). Os efetivos são aqueles que passaram pelo concurso público e os efetivados aqueles que foram feitos pela Lei 100/2007. Essa medida foi alvo de críticas e questionamentos jurídicos ao longo dos anos. Em 2009 foi interposto uma ação direta de inconstitucionalidade e, em 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente (ASSIS, 2016.) Em 2016, todos esses profissionais perderam novamente seus cargos e tiveram que retornar para o processo de designação, porém o tempo em que estiveram desempenhando suas funções permitiu uma vantagem sobre aqueles que não eram efetivados, conforme aponta o Jornal Minas Gerais, em 20 de janeiro de 2016:

Figura 7– Reportagem sobre site de designação em 2016

**GERAL** MINAS GERAIS QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2016 - 3

## Secretaria cria site de consulta das vagas de designação disponíveis nas escolas estaduais

**Processo de nomeação será realizado entre os dias 25 e 29 de janeiro**

O período de designação na rede estadual de ensino será realizado entre os dias 25 e 29 de janeiro, mas desde a segunda-feira (18), os candidatos já podem consultar as vagas em um site criado pela Secretaria de Educação (SEE). As vagas disponibilizadas por escolas estaduais de todo o Estado podem ser consultadas em <http://controlequadropessoal.educacao.mg.gov.br/divulgacao>.

As vagas serão disponibilizadas para consulta à medida que a escola gerar o edital de designação. Por isso, é importante que o candidato consulte o site com regularidade para se informar sobre as vagas disponíveis e os cronogramas de designações nas escolas da rede.

**PRIORIDADE** - Nas escolas em que houver a necessidade de designação, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: candidato concursado para o município ou SRE e ainda não nomeado, obedecida a ordem de classificação no concurso, priorizando o Edital mais antigo, desde que comprove os requisitos de

habilitação definidos no respectivo Edital; candidato concursado para outro município ou outra SRE e ainda não nomeado, obedecido o número de pontos obtidos no concurso, priorizando o Edital mais antigo, promovendo-se o desempate pela idade maior, desde que comprove os requisitos de habilitação definidos no respectivo Edital; candidato habilitado, obedecida a ordem de classificação na listagem do município de candidatos inscritos em 2014; candidato habilitado que não consta da listagem do município de candidatos habilitados inscritos em 2014; candidato não habilitado, obedecida a ordem de classificação na listagem do município de

candidatos inscritos em 2014. Vale lembrar que a condição de prioridade como candidato concursado somente se aplica aos aprovados em concursos públicos homologados e que estejam dentro do prazo de validade na data da designação.

**EX-EFETIVADOS** - Os servidores *ex-efetivados* estarão submetidos aos mesmos critérios e oportunidades válidos para todos os demais candidatos à designação. Todavia, o critério de tempo de serviço favorece aos servidores *ex-efetivados*, pois todos eles contam com um mínimo de oito anos consecutivos de trabalho no serviço público estadual.

**Saldo necessário para completar a composição do quadro**

CARLOS ALBERTO/IMPRESA MG

Na matéria acima, vemos dois aspectos importantes que estamos apontando: o primeiro é que, a partir do ano de 2016, foi elaborado um site para facilitar o acompanhamento dos editais de designação, possibilitando aos docentes o

acompanhamento em tempo real e online das vagas disponíveis; o segundo aspecto é referente aos ex-efetivos pela Lei 100, que perderam seus empregos e também a prioridade na designação como concursados, embora eles pudessem utilizar o seu tempo de serviço como um diferencial na hora das disputas por uma vaga de contratos temporários.

Já Sérgio Cândido de Oscar (2014) aponta para a discussão em torno do governo de Aécio Neves, que instituiu a Lei Complementar 100/2007, que efetivou os trabalhadores temporários sem passar por concurso público. Para Oscar (2014), essa Lei Complementar foi criada principalmente por dois motivos: fins eleitoreiros que ajudaram a reeleição do governador, e para maior adesão dos profissionais nas políticas educacionais propostas pelo governo. Mesmo que esses profissionais pudessem utilizar do tempo para conseguirem uma melhor classificação nos processos de designação, eles perderam a estabilidade e a condição de ter um planejamento anterior à sua contratação. Além disso, aqueles que fizeram concurso público ganharam prioridade na escolha das vagas, conforme aponta a Resolução 4920/2023 no artigo 16:

Art. 16 - A classificação para a convocação temporária de candidato obedecerá à seguinte ordem de prioridade, por meio de listagem única do Cadastro de Reserva por SRE:

I - Candidato concursado para o município, ainda não nomeado, obedecida à ordem de classificação no concurso vigente, desde que comprove os requisitos de habilitação definidos no Edital do Concurso;

II - Candidato concursado, ainda não nomeado no município para o qual se inscreveu no Edital SEE nº 7/2017, na SRE de sua escolha;

III - Candidato inscrito habilitado, obedecida à ordem de classificação no Cadastro de Reserva da SRE de candidatos inscritos;

IV - Candidato habilitado não inscrito na listagem geral da SRE;

V - Candidato inscrito não habilitado, obedecida à ordem de classificação no Cadastro de Reserva da SRE de candidatos inscritos;

VI - Candidato não habilitado e não inscrito.

§1º - A classificação em listagem única por município ou SRE do candidato classificado em concurso público e inscrito para outro município ou SRE será feita considerando a pontuação obtida no referido concurso;

§2º - No processo de convocação temporária *online*, serão excetuados os candidatos classificados na prioridade do Inciso IV ao Inciso VI deste artigo.

Isso significa que o tempo de serviço está em terceiro lugar como critério de classificação, e, com isso, esses profissionais que não conseguiram ser aprovados nos concursos públicos encontram mais dificuldades para continuar lecionando. Na verdade, o governo do Estado de Minas Gerais tem utilizado mais os concursos públicos para classificação no processo de contratação temporária do que para empossar aqueles que conseguiram êxito nos concursos. Por exemplo, no ano de 2017, mais de 200 pessoas foram aprovadas na cidade de Uberlândia, porém apenas 35 professores foram efetivados,

conforme dados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG.

Essa realidade perpassa por todo o território nacional, conforme levantamento realizado em 2017 por Gomes (2017). Segundo o autor, no Brasil tínhamos, em 2017, 495.150 professores concursados e 249.782 professores temporários. Porém, a porcentagem em Minas Gerais ainda constava em 57,93%, bem acima da média geral. De acordo com Leher e Mota (2017 P.244):

A redução de concursos públicos e o aumento de contratações temporárias tem sido um dos motes da reestruturação das redes públicas de Educação Básica no atual contexto privatista. Para além da redução dos custos, cria um ambiente conflitivo e competitivo diante de condições de trabalho diferenciadas, esvaziando o caráter coletivo da categoria e possibilidades político-organizativas.

Esse processo sofreu uma nova alteração em dezembro/2021, quando o Procurador Geral da República, Augusto Aras, ajuizou uma ação (ADPF 915) contra a forma precária de contratação temporária no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o Procurador, a forma com que são feitas as designações em Minas Gerais é contrária às normas da Constituição Federal, que regulamenta que esse tipo de contrato, que deveria ocorrer apenas em casos esporádicos e por tempo determinado (CONJUR, 2021). Em junho/2022, o STF julgou procedente a queixa/crime e julgou improcedentes as leis estaduais 7.109/1977 e 9.381/1986 e, conseqüentemente, o decreto 48.109/2020 e a resolução 4.475/2021, exigindo que, em um prazo de 12 meses, o Estado de Minas elaborasse um concurso para eliminar a forma de contratação temporária (STF, 2022).

Em agosto/2022, o governador Romeu Zema fez uma solicitação de prorrogação desse prazo, pois não conseguiria atender à determinação para o final do ano letivo em 2024. Diante disso, o STF autorizou a prorrogação desse prazo para 24 meses (STF, 2022) e os professores designados depararam-se ainda com a incerteza de como seria nos próximos anos, pois as vagas disponibilizadas para a efetivação no concurso de 2023 eram apenas 11 para professores de História para a cidade de Uberlândia, sendo que no último concurso em 2017, somente 35 professores foram efetivados, conforme dados da SEPLAG.

É interessante pensar que essa forma desumana de tratar os profissionais na educação em Minas Gerais se dá exatamente quando o ensino de História começa uma nova proposta curricular, conforme vimos com Thaís Nívia de Lima (2007) e Circe

Bittencourt (2018). Mesmo com toda a reforma das propostas curriculares, os professores da educação básica vivem em condições precárias de trabalho. A falta de estrutura nas escolas, os salários defasados, as salas superlotadas, e o excesso de tarefas administrativas e burocráticas fizeram surgir, desde a década de 1990, diversos protestos e manifestações no Estado de Minas Gerais (MARTINS et al, 2021).

O século XXI também é marcado por protestos, paralisações e greves de professores, principalmente acerca do piso salarial que nunca foi pago pelo governo de Minas Gerais, embora tenha sido instituído para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. As condições de trabalho, atraso nos salários e problemas com o convênio médico ocorreram em 2011, 2013, 2015, 2018 e ainda ocorrem.

Por isso, quando comparo o professor temporário com o efetivo, demonstrando o distanciamento entre os dois, não estou querendo afirmar que a educação pública está bem, e que o professor é valorizado. Na verdade, a educação pública encontra-se em processo de sucateamento, favorecendo grandes conglomerados empresariais com a privatização, conforme já mencionamos com Roberto Leher e Vanessa Cardoso da Motta (2017) em seu artigo sobre Trabalho Docente no Contexto do Retrocesso do Retrocesso.

Na realidade, conforme já vimos com Roberto Leher e Vanessa Cardoso da Motta (2017 P.P. 243-247), com a abertura de condições fiscais, econômicas e políticas, vários grupos empresários, com ou sem fins lucrativos, perceberam a oportunidade de influenciar e lucrar com a privatização da educação pública brasileira. Os autores salientam que, após duas décadas, vemos as graves consequências desse discurso neoliberal atrelado a propostas políticas educacionais, levando à reformulação de leis que normatizam a educação pelo viés mercadológico, como é o caso da Reforma do Ensino Médio, conforme já apontamos anteriormente. Diante disso, os autores apontam questões que atingem diretamente a prática docente, tais como: a má formação dos professores, a prática regular dos contratos de trabalho temporários, o apostilamento como forma de adestrar e engessar o processo educativo e o discurso de resiliência para conformar a mão de obra barata e acessível .

Por isso, quando pensamos em todo o desmonte da educação pública, é importante analisar sob a ótica desse discurso neoliberal, porque, na verdade, ele é realizado com intencionalidades bem definidas de favorecer o setor privado. Esse discurso tem como efeito duas principais consequências: a primeira, bem evidente, é a privatização da educação pública, e a segunda a formação de uma classe trabalhadora acrítica que só

consegue oferecer uma mão de obra barata para sustentar a lógica capitalista e o discurso neoliberal dessas grandes empresas.

Na pesquisa de Bruno Gawryszewski, Vânia Cardoso da Motta e Camila Kipper Putzke, “Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado”, os autores levantam o caso das terceirizações das escolas do Estados Unidos e apontam que os professores contratados por esse setor terceirizado normalmente têm uma remuneração menor, menos qualificação acadêmica e profissional, e uma maior facilidade para aceitar os materiais didáticos prontos como meio metodológico. No Brasil, ainda temos professores efetivos e contratados atuando no mesmo local, enquanto as privatizações não se concretizam por ora. Porém, percebe-se uma preparação para que essa última cartada seja dada: a má formação dos professores com os cursos rápidos e à distância e a proposição dos livros didáticos como ferramentas prontas e acabadas, sem diálogo com a academia (LEHER; MOTTA, 2017 PP. 243 -247).

Além disso, as limitações impostas aos professores designados fazem parte desse projeto de sucateamento da educação pública, que visa acordos público-privado e ideologias neoliberais como diretrizes da educação. O produto final de todo esse retrocesso tem o discurso que defende a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, ou seja, a educação pública estaria a serviço de preparar seus alunos para compor a massa da produção capitalista, enquanto o setor privado focaria na preparação de seus estudantes para a entrada nas universidades, segregando assim as camadas populares (LEHER; MOTTA, 2017,P.242).

Pensando nessa ótica liberal, Ricardo Antunes (2000) aponta que a lógica da competitividade do capitalismo tem gerado uma “imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados”. Quando a educação pública começa a receber incentivos de empresas privadas, monta-se toda uma estrutura e ideologia para a precarização do trabalho, sendo que uma das formas é a contratação temporária (LEHER; MOTTA, 2017, P.249).

Ricardo Antunes (2000) demonstra como o capitalismo e a busca pela produção e competitividade tem precarizado o trabalho, levando pessoas a aceitar uma condição sub humana para alimentar toda a rede de produção. Segundo o autor:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o

meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2000 P.35).

Quando olhamos para esse tipo de contrato de trabalho dos professores do Estado de Minas Gerais, percebemos também uma lógica do mundo neoliberal. Há uma intencionalidade em precarizar o ator principal da articulação entre o conhecimento e a aprendizagem: o professor. Fazendo assim, as novas gerações dos menos favorecidos vão se adequando a essas mudanças, tornando-se acríticas e passivas como parte desse *modus operandi* do capitalismo, alimentando o mercado da mão de obra barata. Quando compreendemos toda essa teia que o neoliberalismo articula, podemos questionar se a precarização do trabalho está distante da mão de obra escrava na era colonial ou imperial. Seguindo essa linha de raciocínio, esse trabalho, ao apresentar temas para serem discutidos desses períodos históricos, também faz uma ponte com o presente para pensarmos as condições de vida dos professores designados em Minas Gerais. Com isso, pretendo analisar as condições de vida dos trabalhadores no Bairro Patrimônio em Uberlândia no contexto do pós abolição, procurando demonstrar como as condições precárias de trabalho são marcadas por rupturas, mas também por continuidades no Brasil, e, com isso, desenvolver um estudo a partir da história local dessa localidade.

## 2.1 – As condições de trabalho dos moradores do Bairro Patrimônio em Uberlândia/MG no contexto do pós abolição

A História Local é imbuída de disputas de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Segundo Cavalcanti (2018), há uma complexidade na definição da História Local, porém, ela pode ser concebida segundo as identidades formadas em um dado local, segundo as individualidades daquela comunidade. Ao compreender essas individualidades, entrando no cotidiano desses indivíduos, percebemos suas particularidades, e como elas afetam a todos, podendo ser expressas por meio das manifestações culturais, disputas de poder e a vida cotidiana. Seguindo essa linha, os conceitos de Território e Territorialidade tornam-se importantes, conforme apresenta Haesbaert (2020), para quem o território é entendido como um local circunscrito. Já a territorialidade é um conceito mais amplo, pois absorve as disputas de poder, o sentido simbólico do local, e a criação das identidades. Essa ótica se torna importante para compreendermos o surgimento do bairro Patrimônio nos fins do século XIX e inícios do XX, em uma cidade em transformação como Uberlândia em Minas Gerais.

Pensando nisso, e partindo da noção de que as cidades são formadas por espaços

fragmentados (CERTEAU, 1980), proponho analisar a construção e as transformações da cidade de Uberlândia a partir da análise do surgimento e expansão do bairro Patrimônio como um dos primeiros bairros da cidade. Para isso, será necessário compreender como novas estradas levaram a descoberta da região do Triângulo Mineiro depois o surgimento dos primeiros moradores no Arraial De Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro do Uberabinha, e o seu desenvolvimento até se tornar a cidade de Uberlândia, para depois compreender como o Bairro Patrimônio surge formado por trabalhadores descendentes de ex escravizados, e a sua importância no desenvolvimento econômico e social para a cidade de Uberlândia.

### 2.1.1 Desenvolvimento Urbano da Cidade de Uberlândia

Para compreender o desenvolvimento urbano de um povo, Lewis Mumford (1965), em seu livro “A cidade da História”, propôs características e conceitos importantes sobre esse processo. Para o autor, os títulos que um povoado vai alcançando a partir do seu desenvolvimento urbano demonstram como essas transformações são possíveis de ser identificadas. Para esse autor, há pelo menos quatro definições importantes e diversos aspectos relacionados a esse desenvolvimento, a saber, aldeia, arraial, vila e cidade. Diante desses conceitos apresentados pelo autor, podemos perceber o desenvolvimento urbano da cidade de Uberlândia, e como ela recebe tais títulos administrativos à medida em que alcança os aspectos necessários para isto.

A região do Triângulo Mineiro, onde o município de Uberlândia está inserido, começa a ser explorada por bandeirantes a partir do “Levante”<sup>7</sup> dos Emboabas iniciada no início do século XVIII entre os paulistas e estrangeiros em busca do domínio da região das minas. Como os paulistas estavam em menor número, foram expulsos e, com isso, iniciaram expedições em direção a Goiás e Mato Grosso do Sul (GOMES, 2020, pp.162-177).

Nesse aspecto, os bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (pai e filho), conhecidos como o Primeiro e o Segundo Anhanguera, foram importantes na construção de uma rota alternativa em direção a Goiás, com o objetivo de encontrar novas jazidas, conhecidas como “estrada dos goiases”, conforme aponta Rossetto (2006, pp. 141-144). O autor

---

<sup>7</sup> Para Gomes (2020) o termo Guerra é utilizado de forma incorreta, pois se trata de uma disputa de dois grupos diferentes e não um movimento contra o rei; além disso devido as proporções, para ele o melhor termo deveria ser um “Levante”.

descreve essa rota da seguinte maneira:

Partindo de São Paulo, o “caminho geral dos Goiases”, ou “estrada dos Goiases” seguia rumo geral Norte, margeando, a Leste, a encosta da serra da Mantiqueira, atravessando os atuais municípios de Jundiá, Mogi-Guaçu, Casa Branca, e Franca, entre outros, até o atual município de Uberaba, de onde defletia a Oeste, atingindo a região das minas de Goiás. (ROSSETTO, 2006, pp. 143).

Para Rossetto (2006), a abertura da estrada é construída com o objetivo da travessia até Goiás sem que atravessasse a cidade de São Paulo. Além disso, podemos perceber a importância dessa estrada para o desenvolvimento urbano dos locais às margens dessa nova rota. Ao mencionar a cidade de Uberaba como um dos pontos da travessia dessa rota, podemos lembrar que a cidade de Uberlândia nasce como distrito de Uberaba.

A primeira fazenda que se tem conhecimento nessa região é a Fazenda São Francisco, que pertenceu ao primeiro morador a se fixar, João Pereira da Rocha, dono da fazenda em 1818:

*Figura 8– Fazenda São Francisco*



Uberabinha, início do século XX, Fazenda São Francisco. Arquivo Público de Uberlândia

De acordo com Bosí (2004, p.104), formou-se um povoado às margens do córrego São Pedro com diversas fazendas. Nesse contexto, João Rocha teve um papel crucial no desenvolvimento desse povoado. De acordo com os registros, além da sua contribuição econômica para a cidade, João Pereira da Rocha foi também um facilitador para a vinda da Família Carrejo, vendendo suas terras em boas condições para a família em 1832. De acordo com o Museu

Virtual de Uberlândia<sup>8</sup>, eles foram responsáveis pela instalação do primeiro núcleo habitacional de colonizadores e, por conseguinte, o desenvolvimento do povoado. Sobre isso, o historiador Antônio Pereira relata a importância da família na Revista Flash, Ano I, Número 10, Setembro de 1988, conforme vemos abaixo:

Figura 9 – Reportagens sobre a Família Carrijo

**HISTÓRIA**

**flash**  
Pesquisa e Texto: Antônio Pereira da Silva

**A FAMÍLIA**

**CARRIJO**

ão só as facilidades concedidas pelo governo movimentaram famílias da zona mineira de maior densidade demográfica para o desértico Sertão da Farinha Podre. A imaginação e a expectativa de riqueza foram estimuladas pelo padre Leandro Rabello Peixoto e Castro que escreveu ao Governador da Capitania de Minas Gerais dizendo que viu, aqui, "o mais fértil terreno d'América", uma produção agrícola de "duzentos e cinquenta por um, e chega a trezentos", e mais, "fumo com folhas de cinco palmos", "pé de algodão que um homem subiu por ele acima, até a altura de quatorze palmos", e, assim, passou por ananazes, melancias, milho, madeira, etc. Padre Rabello tinha estado em Campo Belo (Campina Verde) e, para lá, abalou-se LUIZ ALVES CARREJO, vindo de Santana do Jacaré, Sul de Minas. Pretendendo trazer os outros irmãos, permutou, em 1832, suas terras por parte da Fazenda Rio das Velhas, Freguesia de Santo Antônio de Uberaba, de José Diogo da Cunha. Durante três anos LUIZ se empenhou com os irmãos, que ainda tinham os perigos naturais da região. Por fim, um dia chegaram à Fazenda da Conceição, sede da sesmaria de Olhos d'Água. Eram três: ANTÔNIO, casado com MARIA EUFRÁSIA DE JESUS; FRANCISCO, casado com JOAQUINA RODRIGUES e FELISBERTO, casado com LUIZA ALVES MARTINS. Os irmãos CARREJO trouxeram grande quantidade de víveres, animais domésticos, sementes e instrumentos agrícolas.

Adquiriram terras e LUIZ, que possuía maior área, vendeu aos irmãos seus excessos ficando cada um com área semelhante: LUIZ, com a Fazenda Olhos d'Água; FRANCISCO, com a Fazenda da Lages; FELISBERTO instalou-se na Tenda, e ANTÔNIO foi para a Fazenda do Marimbondo. Consta que FELISBERTO, o mais pobre, teve que vender uma equinha para compor o seu pagamento. As fazendas formavam um grande bloco do lado esquerdo do Rio das Velhas. Isso se deu em 1842.

Junto à sede de FELISBERTO se construiu uma pequena tenda de ferreiro de JOAQUIM MARTINS CARREJO, seu filho. Daí veio o nome da Fazenda. Um tanto pela atração desse estabelecimento, outro tanto pelo carisma de FELISBERTO, um dos poucos instruídos na

área, por sua facilidade em resolver pequenas questões e também por reunir periodicamente em sua casa para o Terço-já que só havia igreja na Aldeia de Santana do Rio das Velhas (Indianópolis), com cerimônias muito espaçadas-ergueram-se residências próximas, formando o que se chamou "povoado dos Carrejos", segundo o historiador Tito Teixeira. Essa aglomeração estimulou a vocação pedagógica do patriarca que instalou, em sua casa, uma sala de aula. Segundo a fonte já citada, FELISBERTO adquiriu alguns alqueires à margem direita do Uberabinha onde instalou diversas famílias que viviam "à sua sombra". Esse seria o primeiro núcleo habitacional dentro da área onde, futuramente, seria Uberabinha, correspondendo hoje, ao Bairro Tabajaras.

Sintetizando as esperanças do vilarejo, FELISBERTO foi nomeado administrador das obras e da manutenção de uma capela a ser construída por aqui. Numa reunião de moradores, nomearam FELISBERTO e Francisco Alves Pereira, filho de João Pereira da Rocha (primeiro entrante), seus procuradores. E eles requereram

Vital José Carrijo e famílias: Vaiteno, Elvedá, Hilda, Durval, Ossaldo, Orivaldo, Geraldo, Valdo, Alaor, Lourival, Maria, Vital, Ana Lulza, Válder e Joaquim.

Felisberto Alves Carrejo

Felisberto Carrejo, o fundador de Uberlândia.

Arquivo do Arquivo Público Municipal, Acervo do Arquivo Público Municipal, Acervo do Arquivo Público Municipal.

<sup>8</sup> Família Carrejo: Fundadores de Uberlândia. Museu Virtual de Uberlândia. Disponível em: <https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/familia-carrejo-fundadores-de-uberlandia/>. Acesso em 13 de maio de 2024.





## HISTÓRIA



A atual Fazenda da Tenda, a primitiva ficava a uns cem metros atrás dela nada mais restando.

acima:  
Descendentes diretos de Felisberto A. Carrejo, Arlindo Jacinto e Maria, residentes na Tenda.

e de ser professor, foi eleito primeiro Juiz de Paz do Distrito de São Pedro de Uberabinha, criado em 1852, e foi Louvado Provincial. Faleceu em 1872 sendo sepultado na sacristia da capela. Seus filhos foram: JOSÉ, MARCELINO, FRANCISCO, JOAQUIM, ISABEL e ANA FRANCISCA. Consta que um de seus filhos foi o fundador de Mineiros, em Goiás.

O padre JOSÉ MARTINS CARREJO oficiou na capela entre 1853 e 1858 sem qualquer documento que o nomeasse. Foi o redator do pedido da população ao Governo da Província para elevação do Distrito a Freguesia. Depois de nomeado o vigário, o padre CARREJO esteve em São Francisco Sales, Santa Juliana, Santa Maria e Indianópolis onde possivelmente faleceu.

Até os primeiros momentos da cidade, os CARREJO tiveram atuação destacada. A 14 de março de 1891, quando da Instalação da Vila, estiveram presentes MANOEL PEREIRA CARRIJO, JOAQUIM PEIXOTO CARREJO e JOSÉ PEIXOTO CARREJO. Também no Termo de Instalação da Comarca de São Pedro de Uberabinha, a 25 de março de 1892, assinaram ANGELINO ALVES FERREIRA CARREJO, JOSÉ ALVES BARBOSA, JOSÉ FERREIRA CARREJO e ELIAS ALVES BARBOSA. Entre os sorteados para servir na primeira sessão do júri, a 22 de março de 1892, constam os nomes de ANGELINO ALVES CARREJO e JOSÉ PEIXOTO CARREJO SOBRINHO. Quando a 7 de março de 1892 se instalou a primeira Câmara Municipal, tomaram posse o primeiro Agente Executivo (prefeito) Augusto César, o vice, os Vereadores Gerais, os Vereadores dos Distritos e o Conselheiro JOAQUIM CARREJO PEIXOTO DA CUNHA.

Com o desenvolvimento urbano e a fixação dos CARREJO na zona rural, eles desapareceram dos fatos marcantes da nossa história. Nesse largo período, as terras foram muitas vezes divididas e, de um modo geral, se reduziram a pequenos sítios. Entretanto, lá pela 3ª ou 4ª geração, começam a se deslocar para o centro urbano e, novamente, despontam aqui e ali participando do desenvolvimento da cidade. Os primeiros a tomar tal medida foram os da Tenda e do Marimondo. VITAL CARRIJO, já idoso, deixou a zona rural e sua numerosa família se espalhou por diversas atividades urbanas. Em 1955, os clubes esportivos patrocinaram o concurso "Rainha do Esporte" e a vencedora foi a jovem NEUZA CARRIJO, filha de OROZIMBO MACHADO CARRIJO, representando o Uberlândia Esporte Clube. Em 1965, GE-

RALDO CARRIJO é um dos fundadores do Lions Clube Felisberto Alves Carrejo.

A família CARRIJO misturou-se com outras que, em alguns casos, assumiram o nome familiar: PEIXOTO, RODRIGUES, GOMES, BARBOSA. Dessas, destaca-se o ramo BARBOSA que evoluiu muito economicamente. JOAQUIM, JOSÉ e GERALDO ALVES BARBOSA, ligados ao LUIZ CARREJO, mudaram-se para Brasília nos seus princípios e montaram uma rede de hotéis luxuosos de onde partiram para indústrias, agricultura, criações etc. De sua descendência são, entre outros, o Desembargador MARCOS ELIAS BARBOSA e a ex-Coletora Estadual TERESINHA LISIEUX.

Diversos CARRIJO abraçaram a carreira do ensino. São muitas as professoras, pedagogas, orientadoras, supervisoras. Há quem atinja o nível universitário: DURVAL CARRIJO é advogado e professor na Faculdade de São José do Rio Preto; VALTENO também; SÔNIA MARA é veterinária e professora universitária. Na sua grande maioria, em Uberlândia, eles se repartem entre comerciantes, industriais, engenheiros, advogados, médicos, professores, porém, a maioria permanece fiel ao trabalho rural. Algumas empresas dos CARRIJO de destaque: CEREALISTA CARRIJO, COLCHÕES CARRIJO, CASA DE COURO CARRIJO, COURLÂNDIA etc.

Há ainda a destacar LUIZ HUMBERTO CARRIJO, jornalista da conhecida revista "Exame"; OSWALDO CARRIJO, convocado para a FEB servindo por três anos no litoral brasileiro; MARCOS ANTÔNIO CARRIJO BORGES, engenheiro da CBC (Varginha), com especialização na Mitsubishi (Japão) e na França; OSMAR CARRIJO, atual Presidente do Moinho Sete Irmãos, foi Presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia nos exercícios de 1978/79, ocasião em que se definiu a questão do patrimônio da entidade separando-o definitivamente da Associação Rural.

Na Tenda ainda existem dois descendentes diretos de FELISBERTO, ARLINDO JACINTO FERREIRA, casado com sua prima MARIA. O padre VALTER CARRIJO é preocupado com suas origens. Visitou muito a Velha Santana do Jacaré, entretanto, nada mais resta, por lá, dos CARRIJO. Os últimos registros desse nome, lá, datam de 1818.

**Fontes:** Tito Teixeira, Jerônimo Arantes, Hilda Carrejo, Anuário Eclesiástico nº 4, Arquivo Público Municipal, Nicodemos de Macedo

Nessa reportagem, o autor aponta dois aspectos importantes para o desenvolvimento do povoado. O primeiro é o estímulo da imigração de famílias para a região: com a fertilidade do solo, famílias da zona mineira viram uma possibilidade de enriquecimento com a agricultura. Uma dessas famílias é a Carrejo, em destaque Felisberto Carrejo, que comprou à margem direita do "Uberabinha" alguns alqueires que seriam destinados a "diversas famílias que viviam à sua sombra".

Sobre isso, o trabalho de Luís Augusto Bustamante Lourenço (2010) faz um estudo a respeito das estruturas das fazendas mineiras, os tipos de cultivo e a sua relação com o crescimento urbano. Ele afirma que:

A estratégia dos fazendeiros de Minas, diante do novo quadro que se esboçava no final do século XVIII, continuou sendo a busca da auto-suficiência e diversificação. A primeira visava reduzir ao mínimo os custos de produção, e a segunda, garantir flexibilidade diante de possíveis mudanças nas conjunturas de mercado e segurança nos períodos de retração. Esse perfil diversificado caracterizava a fazenda mineira, que Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy entendem ser uma categoria específica do espaço econômico de Minas do século XIX. Nesse sentido, segundo os autores: a típica grande fazenda mineira caracterizava-se por pauta produtiva diversificada, inclinava-se para a mais ampla autosuficiência, para a menor dependência possível de fatores externos e para a maior flexibilidade na alocação de seus fatores produtivos (LOURENÇO, 2010, p. 185).

Lourenço (2010) afirma que as fazendas que foram construídas nesse povoado eram voltadas para a produção de alimentos para “auto suficiência” e também para suprir a demanda das regiões vizinhas, com o declínio do ciclo do ouro. Esse tipo de cultivo nos ajudará a compreender como a cidade de Uberlândia se desenvolveu como um importante entreposto comercial no início do século XIX, com a instalação de indústrias voltadas para o suprimento dos mercados internos da região sul e sudeste do Brasil. Com esse viés, Lourenço (2010, pp. 187-189) reproduz o inventário realizado na Fazenda de São Francisco em 1870:

Figura 10 - Inventário dos bens da Fazenda São Francisco

Quadro 2: Uberabinha, 1870: inventário dos bens da Fazenda São Francisco.

Ferraria	Agricultura
Tenda de ferreiro com seus pertences	3 alavancas
2 arrobas e 22 libras de ferro em barra	9 machados
Fôrma de fundir pratos de estanho	7 foices
Carpintaria	12 enxadas
Ferramenta de carpinteiro	4 cavadeiras
Transporte	15 libras de arroz
26 bois carreiros	Pecuária
1 carro ferrado e arriado	Ferramenta de ferrar
1 carretão	4 ferros de marcar
27 cavalos e éguas	19 vacas
4 burros e bestas	6 marruás
Beneficiamento	34 novilhas e bezerras
Engenho de cana movido por bois	Tecelagem e fiação
Engenho de serra	1 descarçador de algodão
Monjolo	6 rodas de fiar
Moinho	1 tear com seus pertences
Rego d'água	

Fonte: elaborado a partir dos dados contidos no inventário de Felicíssima Cândida Pereira, 07/11/1870. Arquivo Público de Uberaba, caixa 102.

Esse inventário reproduzido pelo autor em sua obra tem o intuito de demonstrar as diversas atividades desempenhadas nas fazendas mineiras, tais como: produção de fubá de milho, farinha de mandioca, rapadura, açúcar, queijo, algodão, fiação, tecelagem e atividades de serralheria e carpintaria e outros.

O segundo aspecto importante é a construção da Capela de Nossa Senhora do Carmo, que também foi um terreno doado por Felisberto Carrejo.

Figura 11– Igreja da Matriz<sup>9</sup>



**Uberlândia: Lugares e Memórias. Cartilha da Secretaria da Cultura. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>. Acesso em: 17/03/2024**

Sabemos que, para o desenvolvimento urbano, a construção da capela cumpre um

<sup>9</sup> Em 2018, a Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira foi transferida para o novo complexo cultural da cidade, o Centro Municipal de Cultura.

aspecto muito importante. Pois as cidades coloniais brasileiras normalmente se desenvolvem ao redor dessas capelas, conforme aponta Parente (1998, p. 195.):

Tanto o aglomerado que surgia espontaneamente, ou mesmo planejado, era norteado pelo local onde seria construída a capela que mais tarde se transformaria em matriz.

Para o autor, a igreja mostra o seu poder de influência na construção das cidades quando ela assume papéis de aspectos culturais, civis e políticos. É nesse viés que se apresenta a construção da primeira capela no povoado de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, e que, a partir do crescimento populacional, social e econômico, no ano de 1852, através da Lei nº 602, o povoado foi elevado a Arraial de São Pedro de Uberabinha, subordinado ao município de Uberaba. Com isso, pouco tempo depois da criação da capela, em 1861, ela se tornou matriz. Em termos práticos, a ampliação da igreja simboliza uma evolução de classe que altera o que o burgo pode fazer em nível de organização social.

A partir da década de 1950, o Arraial começa a desenvolver as primeiras atividades comerciais, voltadas principalmente para comercialização dos produtos advindos das fazendas, conforme vemos na cartilha Lugares e Memórias da Secretaria da Cultura da Prefeitura de Uberlândia (2020, p.22 - 23):

Figura 12– Largo do Comércio século XX

## Praga Dr. Duarte

*“Naquela praça Drº Duarte... ali é que chegava os carros de boi, né. Não tinha calçamento, não tinha nada. Os carros de bois trazia coisas pra vender, melancia, mamão, uma coisa qualquer, eles paravam ali, sabe, ali naquele local...”*

**José Rezende Ribeiro – Juquita.**  
Projeto Depoimento – SMCultura - 1991

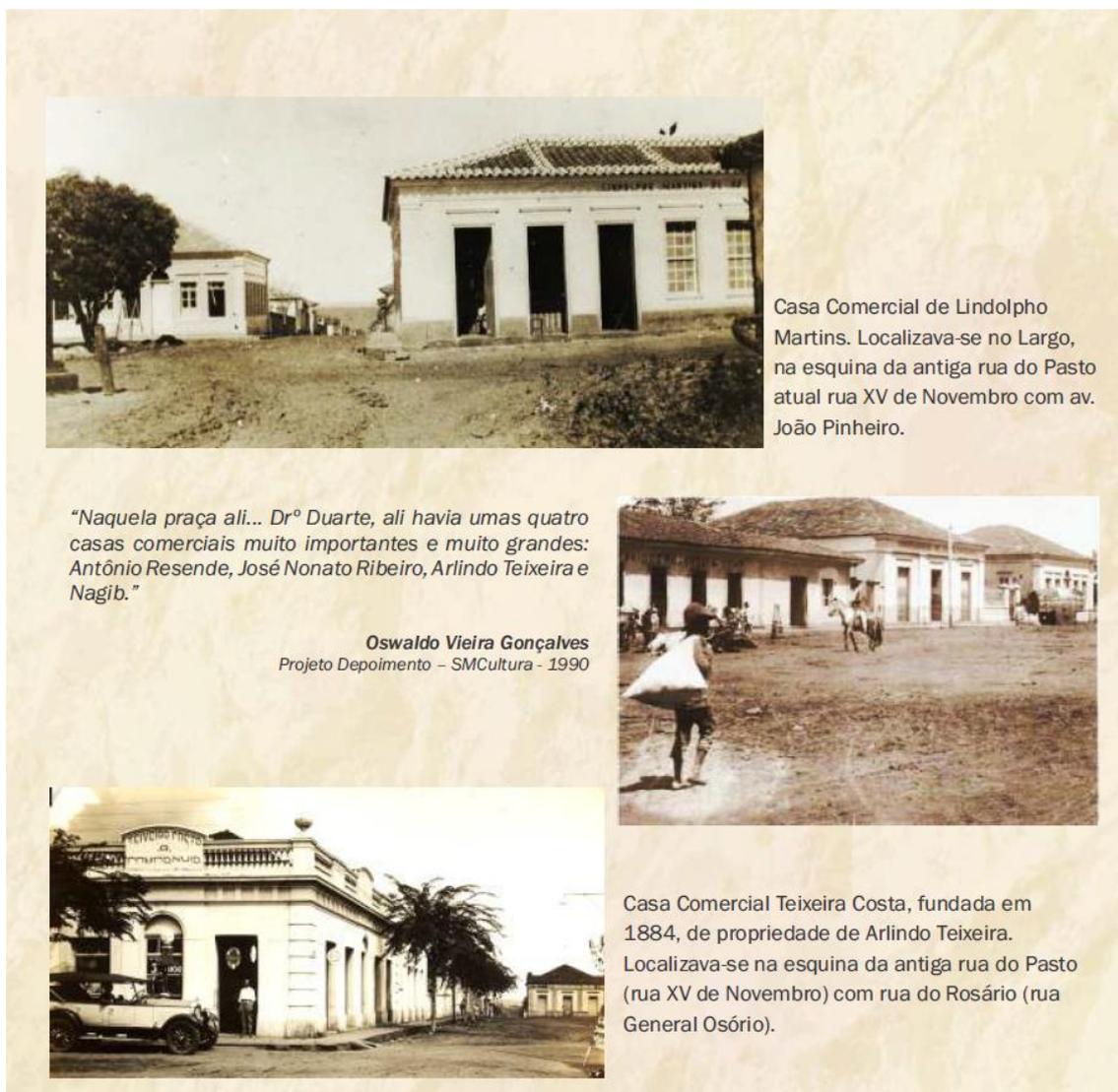


Largo do Comércio, atual praça Dr. Duarte, início do século XX.

Neste local concentravam-se os mais importantes estabelecimentos comerciais de Uberabinha (Uberlândia). Era ponto de chegada e saída de carros de bois carregados com mercadorias, que vinham das cidades da região.

**Uberlândia: Lugares e Memórias. Cartilha da Secretaria da Cultura. Disponível em:**  
<https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>. Acesso em: 17/03/2024

Figura 13– Largo do Comércio século XX



Casa Comercial de Lindolpho Martins. Localizava-se no Largo, na esquina da antiga rua do Pasto atual rua XV de Novembro com av. João Pinheiro.

*“Naquela praça ali... Drº Duarte, ali havia umas quatro casas comerciais muito importantes e muito grandes: Antônio Resende, José Nonato Ribeiro, Arlindo Teixeira e Nagib.”*

Oswaldo Vieira Gonçalves  
Projeto Depoimento – SMCultura - 1990



Casa Comercial Teixeira Costa, fundada em 1884, de propriedade de Arlindo Teixeira. Localizava-se na esquina da antiga rua do Pasto (rua XV de Novembro) com rua do Rosário (rua General Osório).

**Uberlândia: Lugares e Memórias. Cartilha da Secretaria da Cultura. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>. Acesso em: 17/03/2024**

Após o crescimento urbano e a formação das primeiras atividades comerciais, o Arraial é elevado à categoria de vila com a denominação de São Pedro de Uberabinha, pela Lei Provincial n.º 3.643, de 31-08-1888. É desmembrado de Uberaba, sede do antigo distrito de São Pedro de Uberabinha. Após três anos, é elevado à condição de município com a denominação de Uberabinha, pela Lei Estadual n.º 23, de 14-03-1891.

No setor econômico, temos importantes avanços no início do século XIX, com o surgimento de empresas como o Matadouros, Charqueadas, Curtumes, empresas de Sacarias, Beneficiamentos de Arroz e outros (COCOZZA; OLIVEIRA, 2013). Além disso, em 1894, temos ainda a construção da Estação Mogiana, que será um importante instrumento para o escoamento de mercadorias até São Paulo.

Figura 14– Estação Mogiana



**Uberlândia: Lugares e Memórias. Cartilha da Secretaria da Cultura. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>. Acesso em: 17/03/2024**

Diante de todo esse desenvolvimento, há um aumento significativo do crescimento populacional, conforme demonstra Luiz Carlos do Carmo (2021, pp. 52-54) entre 1900 e 1940, conforme quadro abaixo:

Figura 15– Crescimento populacional em Uberlândia 1900 a 1940

**Crescimento populacional da cidade de Uberlândia e cidades vizinhas entre 1900 a 1940**

Cidade	População 1900	População 1940	Var. Crescimento
Araxá	34.017	14.679	- 56,84%
Patrocínio	49.893	29.098	- 41,68%
Prata	14.063	14.073	+ 0,07%
Monte Carmelo	16.602	21.973	+ 21,44%
Patos de Minas	28.477	53.233	+ 86,93%
Uberaba	20.818	58.984	+ 183,33%
Uberlândia	11.856	42.179	+ 255,76%

Fonte: IBGE, adaptado.

O quadro demonstra que, em 1900, a cidade de Uberlândia era a cidade menos populosa, comparado com as cidades vizinhas. Entretanto, a década de 40 mostra um crescimento imigratório das cidades vizinhas devido ao crescimento econômico da cidade, advindo da posição de entreposto comercial, impulsionado tanto pelas fábricas instaladas no bairro periférico Patrimônio, quanto pela importância de escoamento de serviços, pessoas e produtos da Ferrovia Mogiana. É importante ressaltar que Carmo (2021) demonstra como os trabalhadores negros nessas fábricas trabalhavam em atividades pesadas e degradantes, e que, ao mesmo tempo, foram muito importantes para o desenvolvimento da cidade.

Diante disso, é importante compreender como o bairro Patrimônio surge nesse contexto de crescimento urbano e econômico da cidade de Uberlândia no início do século XIX. O trabalho realizado por Luis Carmo (2021) sobre os tipos de trabalho exercido por trabalhadores negros no contexto do pós-abolição no Bairro Patrimônio aponta para a contribuição desses no desenvolvimento econômico e cultura da cidade de Uberlândia.

### 2.1.2 O Bairro Patrimônio: trabalho e cultura afro-brasileira

Em 1883, a Igreja Nossa Senhora da Abadia recebeu de doação do casal José Machado Rodrigues e sua esposa Jacinta Francisca da Silva 12 alqueires de terras à direita do córrego São Pedro, formando assim o Bairro Patrimônio da Nossa Senhora da Abadia. Essas terras foram vendidas a preços irrisórios para famílias pobres e negras, que, segundo

Antônio de Paduá Bosi (2004 p.114): “tal lugar atravessa todo o século XX como sendo um bairro ocupado somente por moradores pretos.”

O bairro que era distante 2 km do perímetro urbano, era habitado normalmente por famílias de ex-escravos, que trabalhavam nas fazendas localizadas perto do córrego São Pedro (RODRIGUES, 2008). Sendo que nesse período de 1883 a 1888 o distrito de Uberabinha (após a emancipação de 1888 passou-se a chamar Uberlândia) contava com 547 escravos e 3.483 homens livres. (BOSI, 2004, p. 107).

A instalação do Matadouro Municipal em 1894 e a criação da Charqueada Ômega em 1922, no Bairro Patrimônio, representaram importantes passos para o crescimento econômico da cidade e, por conseguinte, para melhorar a infraestrutura do bairro (BOSI, 2004). Segundo Silva (2010), tais empresas utilizavam a mão de obra negra do bairro, descendentes de escravizados, ou ex-escravizados, pois, de acordo com o pesquisador: “a maioria da população rejeitava esse tipo de atividade, sendo essa desempenhada pelos trabalhadores negros, que ao se tornarem ‘livres’ precisavam meios para garantir sua sobrevivência”. (SILVA et al, 2010. pp. 104-105, Apud SILVEIRA, 2003).

Corroborando essa concepção, Bosi (2004) afirma que os trabalhos na charqueada, fabricação de banha, calçamento das ruas, beneficiamento do arroz, do curtume, transporte de mercadoria e trabalhos domésticos eram considerados “funções de preto”. Para o autor, a formação do trabalhador livre no pós-abolição apresenta dois aspectos: o liberto com dificuldades de encontrar meios para se sustentar e, para isso, ele se sujeita a “trabalhos duros”; e os empresários que precisam repensar as relações de trabalho com essa nova classe trabalhadora. Além disso, Bosi, ao analisar os jornais da época, demonstra a falta da mão de obra para desempenhar tais atividades, exercidas habitualmente apenas por negros. Isso demonstra, por outro prisma, uma certa resistência desses indivíduos a certos tipos de trabalhos degradantes. Para demonstrar isso, Bosi (2004, p.108) apresenta a seguinte reportagem da época:

### **Estas pretas!**

Fui um fervoroso adepto da liberdade dos pretos; folguei imensamente com a extinção dessa mancha negra que aviltava o meu amado Brasil; achei e acho ainda boa, justa, santa, a lei de 13 de Maio de 1888.

Entretanto sempre pensei que essa lei devia ter dado aos pretos uma liberdade com restrições; devia libertando-os, impor-lhes a obrigatoriedade do trabalho.

A falta dessa cláusula foi conveniente e prejudicial: trouxe,

naquele tempo grandes prejuízos à lavoura e, ainda hoje ocasiona inconvenientes aos trabalhos domésticos, pois é raro encontrar-se um preto, ou uma preta, que seja assíduo no serviço, ou mesmo que se queira sugerir a elle.

As sras. Morenas (chamal-as de pretas é uma grave offensa!) então são intoleráveis!

Querem andar muito bem vestidas, melhor ainda do que as patroas, serem tratadas com muitas atenções, não gostam de serviços grosseiros...

Vou contar-lhes um facto para provar o que digo:

Uma sra. tem uma lavandeira que lhe lava a roupa em determinados dias. Num destes a preta não procurou a roupa, a sra. mandou chamal-a

- Já vou! Respondeu ella.

Não foi. No dia seguinte a sra. manda de novo chamal-a

- Ora diga a sua mãe, pequena, que não vou, porque chego lá, custam a abrir a porta e fico me queimar no sol! E demais não gosto de carregar mala de roupa pela rua! Ella que mande trazer a roupa, que eu lavo.

Ah! Se eu fosse autoridade tiraria as cócegas a essas morenas entusiasmadas...

Tições!

(Estas pretas. *Jornal O Progresso*. Anno VIII, nº363, de 04/10/1914, p.01).

Essa reportagem demonstra como os trabalhadores negros eram vistos de forma pejorativa no início do século XIX. Os jornais da época normalmente traziam uma conotação de “que os trabalhadores são sempre acusados de um comportamento lascivo, displicente, ocioso e pouco “respeitável”, em relação à família uberabinhense.” (BOSI, 2004, p.109). No entanto, o fato de a empregada doméstica se recusar a ser tratada de forma indigna demonstra uma forma de resistência à opressão exercida pela classe dominante.

Além disso, essa segregação dos trabalhadores negros possui duas perspectivas: a primeira é a de que a formação de uma comunidade negra trabalhadora funcionaria como um mecanismo de proteção e defesa desenvolvida pela comunidade, possibilitando também surgir manifestações culturais e religiosas próprias de suas matrizes africanas; a segunda é a de que o poder da classe dominante, ao criar segregações sociais no espaço urbano, por meio de um projeto de urbanização que separa lugares de ricos e de pobres, criou o bairro Fundinho, conhecido como lugar da elite, e os lugares de pobres como o bairro Patrimônio.

Nesse aspecto, o que nos interessa dizer é que os trabalhadores negros foram

essenciais para o crescimento econômico da cidade de Uberlândia, pois, a partir de 1910, a cidade tornara-se exportadora de carne suína, bovina e seus derivados, além de ser a maior importadora de sal para o Triângulo Mineiro e Goiás. Esse desenvolvimento da cidade e, por conseguinte, do bairro, seria as contradições apontadas por Michel de Certeau e Lewis Mumford, chamados ora de detritos, ora de função negativa, pois o período da pós-abolição, apesar de ter gerado novas relações de trabalho, manteve a opressão, a imposição de trabalhos degradantes e duros. A forma como eram tratados esses ex-escravos é um resquício escravista que, como se sabe, perdurou até o final do século XIX. Os efeitos do pós-abolição são os “detritos” que fundamentam o aparecimento da cidade. Diante disso, Carmo (2021) faz a seguinte afirmação:

De longa data, sabe-se que a sociedade brasileira exclui, segrega e violenta os homens e mulheres negros(as), mas reforço que os anos de 1940, 1950 deveriam combinar elementos de preocupação com a produção, com a qualidade técnica de cada trabalhador, supostamente, independentemente de sua tez...

A pesquisa mostra que os espaços de trabalho e as atividades laborais, as “funções de preto” estavam articuladas a uma combinação envolvendo o processo de desenvolvimento econômico e de crescimento urbano de Uberlândia, e eram atividades inseridas no contexto produtivo, de ligação dessa localidade e sua produção com áreas e mercados distantes. E não eram, como por vezes se supõe, os marginais da economia da época, não se constituindo em meros arranjos de sobrevivência, para os ali alocados.

Essas atividades podem ser resumidas em dois grupos básicos. Um grupo abriga os curtumes, as charqueadas, as fábricas de banha, as maquinhas de beneficiar arroz e a movimentação das sacarias, atividades diretamente relacionadas com a feição produtiva do momento, ou em uma relação direta com os mais importantes ciclos produtivos dessa economia. O outro grupo é formado por atividades relacionadas ao processo de crescimento urbano, infraestrutura e embelezamento da cidade: o calçamento de ruas, o trabalho nas pedreiras e nas olarias.

Já em 1948, o relatório da Comissão dos Estudos Econômicos...havia: 17 máquinas de beneficiar arroz, 3 charquearas; 3 curtumes; 3 fábricas de banha de porco; 6 cerâmicas (tijolos e artefatos de barros); 4 fábricas de paralelepípedos e preparos de pedra em geral...”.

Desse modo, é possível estimar que, nesse período, envolvidos com as máquinas de beneficiar arroz, havia cerca de 200 a 210 trabalhadores; com o charque e seus derivados, cerca de 750; com as atividades dos curtumes, entre 90 a 120; com as fábricas de banha, cerca de 65, com o calçamento de ruas, entre 90 e 100; com as pedreiras, cerca de 60; com as atividades de sacaria, entre de 60 a 80, e nas olarias, cerca de 60. Isso posto, é possível pensar entre 1395 e 1415 postos ocupados por uma maioria significativa de trabalhadores negros junto ao mercado de trabalho (com base nos jornais e relatos utilizados) compreendidos principalmente entre os anos de 1946 e 1958. (CARMO, 2021, pp. 40-43)

O livro de Luiz Carlos do Carmo, “História das funções de preto” retrata as condições de trabalho realizadas na região central do Brasil, e menciona especificamente os trabalhadores do Bairro Patrimônio nesses locais de trabalho. De acordo com o autor:

Assim, analisando as complexas relações de trabalho, principalmente a partir dos relatos das condições de trabalho do período, e com base nos diversos depoimentos acerca do isolamento do trabalhador negro, aos poucos vão se desvelando preconceitos diversos: visavam manter a relação de exploração dos trabalhadores imposta pelos grupos de proprietários e configurada até então, e também permitir o mínimo de alteração, concessão e mudanças no conjunto de vantagens do trabalhador branco sobre o negro... De modo geral, os termos utilizados para falar sobre as condições de trabalho como “funções de preto são rudes, penosos, difíceis – serviço bruto, serviço pesado, cansativo, entre outros. (CARMO, 2021, p. 76)

As atividades realizadas pelos trabalhadores negros lotados nessa bairro eram bem precárias: trabalhos insalubres, baixos rendimentos, contratos temporários e carga horária extensiva. Veremos alguns relatos apresentados pelo autor:

1. Relato do senhor A. R. contando a sua trajetória de trabalho no interior da charqueara Omega, no Bairro Patrimônio:

O serviço todo era penoso, não tinha, assim. Era muito difícil. Você vê assim, uma pessoa, gente da nossa cor ter um serviço assim, ainda. Até hoje é difícil. Você vê, na época de 1945/ 50/60, era difícil. Então o serviço que tinha era esse, serviço penoso, quando não era charqueara, era fábrica de banha, era mexer com pedra, fazer calçamento... E não tinha um branco sequer, esse era um serviço de nego... era uma “função de preto”...

Eles estendiam a carne ali, às 2 horas da tarde eu começava a recolher aquela carne do varal, eu ia catando aqueles cavaco que caía, sempre arreventava, eu catava aquilo e lavava... Olha, eu começava às 7 horas, parava às 5 horas. Com 15 anos, eu mudei, comecei na matança, ajudando lá, trabalhava de praieiro. Praieiro é lava, ia com a lata, pegava água, ia lavar aquele sangue que caía. Depois eu aprendi trabalhar na faca, disposta. Se tinha que ir às 3 horas da madrugada, naquele tempo fazia frio, nós naquele tanque gelado, que daqui [com a mão na altura da cintura] ficava gelado, que era descalço. Trabalhava o dia inteiro descalço. Antigamente era assim... (CARMO, 2021, pp. 77-78)

2. Relato do senhor A. F. sobre a Charqueara Omega, no Bairro Patrimônio:

Sabe o que a gente fazia pra poder enfrentar aquela vida de lavar a carne às 3h da madrugada? Com aquele frio, que só vendo, chegava ter uma fumaça sobre os tanques, tirava a roupa, trabalhava ali naquele frio lavando as carnes do dia anterior. Às 7h a gente saía, passava um cordão

no corpo, é um cordão pra tirar a manteiga, ia pra casa, chegando em casa a gente tomava um café, misturado com muito fedegoso, era o que valia, era o que valia a gente, e fé, fé em Deus. (CARMO, 2021, p.81)

3. Relato do senhor F. E sobre as condições de trabalho em cortumes:

Não sei se você sabe, mas até hoje, só trabalha em cortume quem não consegue trabalho em outro lugar. Naquela época, era pior, se você largasse o curtume ia fazer o quê?

Hoje, a pessoa vai pro curtume até melhorar a situação, depois vai caçar outra coisa, porque é um cheiro muito ruim, muito forte, tem que ter estômago. Naquela época não tinha máscara não, não tinha luva, era tudo ali, na força. (CARMO, 2021, pp.83-84)

Além das péssimas condições de trabalho, Carmo (2021) também menciona os salários de cada atividade desempenhada por esses trabalhadores.

Sobre os vencimentos dos trabalhadores negros em atividade nas “funções de preto”, é possível dividi-los em dois grupos. No primeiro, agrupo atividades que possibilitavam uma melhor remuneração. No segundo, analiso as poucas atividades em que a remuneração não saía do mesmo modo que as demais daquela economia...

Dessa forma, o conjunto de atividades do período, composto pela atuação junto às charqueadas, às sacarias, às máquinas de beneficiar arroz, e o calçamento de ruas, o trabalho de extratação de pedras nas pedreiras são atividades lembradas como possibilitadoras de se auferir um bom rendimento.

Assim, observa-se que as “funções de preto” permitiam construir as possibilidades efetivas de ganhar a vida. Em algumas dessas atividades, obtinham-se os melhores salários. E, a partir daí, conseguir os intentos, os objetivos de uma vida perseguidos por boa parte de uma geração de trabalhadores negros, o que significava para esse grupo de pessoas a motivação para trabalhar. (CARMO, 2021, pp. 88-89)

Com isso, quando vemos os tipos de atividades encontradas no bairro Patrimônio, a atividade melhor remunerada era a da charqueada do Frigorífico Ômega, porém, o trabalho era sazonal (janeiro a julho), conforme relata Silva (2010, p.105). No restante do ano, os trabalhadores precisavam se encaixar nas outras atividades menos rentáveis, ou ficavam desempregados.

Acontece que, embora as condições de trabalho sejam tão precárias, esses cidadãos se submetiam a essas condições devido à falta de oferta de empregos e para fugir dos preconceitos da sociedade, conforme aponta Carmo (2021, pp. 98-99):

As negociações, os acordos forjados não lhe permitiram uma melhor forma para se inserir nesse universo de trabalho, e minimamente viabilizar a manutenção da vida, bem como para se afastarem de determinadas práticas consagradas do histórico relacionamento ético

local e , assim, uma vez semelhantes, ter-se-ia um elemento para além dos salários das outras atividades – respeito. (CARMO, 2021, pp. 98-99)

Além disso, o autor aponta para a formação de uma rede de apoio e amizades que ajudaram a superar as dificuldades financeiras e sociais que esse grupo enfrentava. Pois, como o Bairro Patrimônio era associado a um bairro formado pela classe baixa e principalmente por descendentes de ex-escravizados das fazendas ali próximas, havia estereótipos voltados para esses moradores, que dificultavam a sua convivência em uma sociedade preconceituosa e seletiva. Portanto, havia, entre a comunidade que morava ali, laços que iam além do trabalho, e que, por isso, frutificaram também em diversas manifestações culturais e religiosas, que denotavam formas de resistências e expressões que marcavam a sua cultura herdada por seus antepassados. Nesse sentido, Silva (2010) afirma:

Essa concentração de trabalhadores negros em uma dada área permitiu que os moradores desenvolvessem uma identidade própria, onde pudessem agir conforme suas tradições e costumes, fortalecendo o grupo e mantendo a dignidade individual (SILVA et al, 2010, p.5).

Pensando nisso, surge um outro ponto importante para ser explorado: o patrimônio material e imaterial como lugar de memória e preservação da história da cidade, advindos dessa relação entre os trabalhadores. Para pensar sobre esses lugares, a dissertação da Mestre em Ensino de História Walkiria Maria de Freitas (2022), sobre o patrimônio cultural tombado de Viçosa (MG), traz importantes reflexões.

Ao fazer o levantamento historiográfico sobre a história social a partir de 1980, ela demonstra como a consagração do patrimônio cultural de um local é imbuído de conflitos que privilegiam a narrativa dos poderosos. Cabe ao historiador analisar tais conflitos e procurar trazer à tona outras vozes e identidades escondidas nos escombros da cidade.

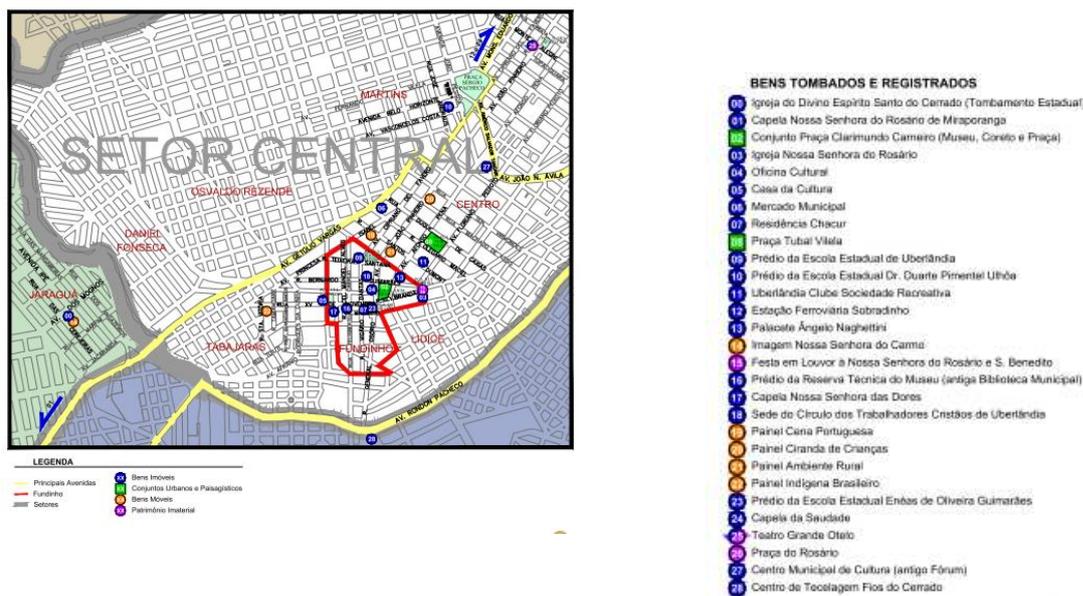
Nesse mesmo sentido, a pesquisa de Santiago Junior (2021) demonstra como os monumentos/artefatos precisam ser repensados e historicizados para que possam ganhar significado para a comunidade. Ele demonstra como alguns monumentos foram construídos pela elite política a fim de suscitar narrativas de colonização da América, e que, nos últimos anos, têm sido repensadas por comunidades que foram violentadas. É preciso tecer uma outra narrativa e trazer novas reflexões sobre a construção de identidades, histórias e memórias que sejam importantes também para outros indivíduos.

Pensando nessa discussão, o documentário “Contaçon de história do Bairro

Patrimônio” produzido por dois técnicos administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Leocídio da Silva e Luiz Rogério Rodrigues, traz à tona uma narrativa de um dos moradores do bairro, chamado Mestre Bolinho, sobre manifestações culturais e religiosas que se tornaram um importante patrimônio cultural da cidade, tais como: o samba, a Folia de Reis, a Congada, a escola carnavalesca Tabajaras e atualmente o espaço para shows “Terreirão do Samba”.

É interessante notar que a Secretaria da Cultura de Uberlândia elaborou uma cartilha, cujo título é “Patrimônio Cultural – Que bicho é esse?”, para servir de apoio para professores, alunos, pesquisadores e pessoas da comunidade sobre a temática da história, memória, cultura e patrimônio local. Porém, conforme mostra a imagem abaixo, o documento apresenta apenas o patrimônio da região central da cidade, e não destaca o bairro Patrimônio, demonstrando assim a disputa de narrativas que privilegiam o discurso da elite local (MACEDO, et al, 2020, p.8 e 9).

Figura 16 – Mapa dos bens tombados em Uberlândia



No mapa acima, vemos que os patrimônios imateriais da cidade de Uberlândia estão localizados nos bairros centrais, ligados a setores da elite. Isso demonstra o interesse desses setores em memorizar aquilo que é de interesse desse grupo. Para Souza e Freitas (et al, 2021), as escolhas dos bens patrimoniais estão imbuídas de disputas de memória e esquecimento e, por isso, os grupos mais poderosos definem os bens a serem patrimoniados.

Conforme já mencionado, o que nos interessa são as memórias produzidas pelos

moradores do bairro Patrimônio. O bairro, embora possua diversos monumentos, construções antigas, manifestações culturais e religiosas, não foi reconhecido como um bem patrimonial da cidade. O Frigorífico Ômega, o Matadouro Municipal, as casas populares, construções e os terrenos dos ex-escravos têm sido vendidos, destruídos e remodelados no sentido de contemplar os projetos urbanísticos do poder público. Até mesmo as manifestações culturais têm sido reprimidas ultimamente, conforme relata Mestre Bolinho no documentário produzido pela UFU em 2017. De acordo com o morador, existe uma exigência da prefeitura de finalizar todas as festas até as 22 horas, impossibilitando que a Folia de Reis e a Congada, típicas da região, ocorram conforme as tradições do local. Nesse sentido, o local conhecido como “Terreirão do Samba” permanece como um local de resistência e manifestação da cultura local, tais como apresentação do samba, ensaio da escola carnavalesca Tabajaras e manifestações culturais das religiões de matrizes africanas, conforme relata Mestre Bolinho (2017).

Portanto, foi no convívio do trabalhador e no cotidiano do bairro que as manifestações culturais nasceram como forma de lazer, cultura e resistência. Era nas horas livres eles rememoravam sua cultura, por meio das diversas manifestações religiosas que misturavam a sua fé católica com aspectos da cultura africana.

Um exemplo disso é o Sr. Geraldo Miguel, conhecido como Charqueara. Ele trabalhou durante muito tempo no frigorífico Omega como salgador e secador de carne de varal. Em um dos relatos, Luiz Carlos do Carmo (2021, pp. 92-93) conta que ele trabalhava “70 horas sem parar”. Porém, ele ocupava também uma outra posição social muito importante como dançarino de gunga e de bastão do Terno Moçambique de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (atual Moçambique Pena Branca). Com 90 anos, ele se tornou o capitão do Terno<sup>10</sup>, e depois passou o bastão para o seu filho Luiz Carlos Miguel – o Pico. Em 2002, quando Larissa Oliveira Gabarra escreve seu artigo “Congado de Uberlândia: Relíquia e Memória”, o Senhor Charqueara tinha 102 anos, e tinha um papel muito importante na festa, pois trazia vários elementos “remanescentes de uma memória facilmente canalizada para o coletivo”, tais como um sino nas mãos e um medalhão no pescoço. Esses adereços referenciam a época da diáspora negra da cultura africana em ocasiões especiais (GABARRA, 2006, p. 414).

A Folia de Reis também era uma festa popular realizada no bairro desde o início

---

<sup>10</sup> Cada grupo de congo recebe o nome de Terno e se localiza em residência tipo colônias de casa, a fim de que seus participantes morem no mesmo local.(KINN, 2006)

do século XX. O principal grupo era chamado de “Folia Pena Branca”, O primeiro Capitão foi Adolfo Atanásio, que, após o falecimento na década de 50, passou o posto para Enercino João da Cruz. Enercino está na Folia desde os 13 anos de idade – hoje tem mais de 65.

Atualmente, a Folia Pena Branca sai no Natal e encerra sua “viagem” no dia 6 de janeiro, mas todos pousam em casa. Saem às 7 horas da manhã e ficam liberados às 10 da noite. Gira ali pelo Patrimônio mesmo. Antigamente, não. Eles saíam à meia-noite do dia 25 de dezembro e só voltavam no dia 6 de janeiro. Pousavam onde chegavam ao anoitecer. O Patrimônio tinha poucos moradores e as Folias iam para outros bairros e até para a zona rural. Quando chegavam nas fazendas, era aquela festa. Pousavam na própria sede ou nos paióis, dependendo do espaço disponível. Mas, antes do descanso, tinha catira, pagode, truço, comilança etc. Antes de sair, bem cedinho, o pessoal se reúne na casa do Capitão. Rezam o terço e tomam uma bebida mística feita de cachaça e raízes que servem para fechar o corpo.

(A Folia Pena Branca - Diário de Uberlândia, Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/coluna/4555/-a-folia-pena-branca>. Acesso em 13/02/2024).

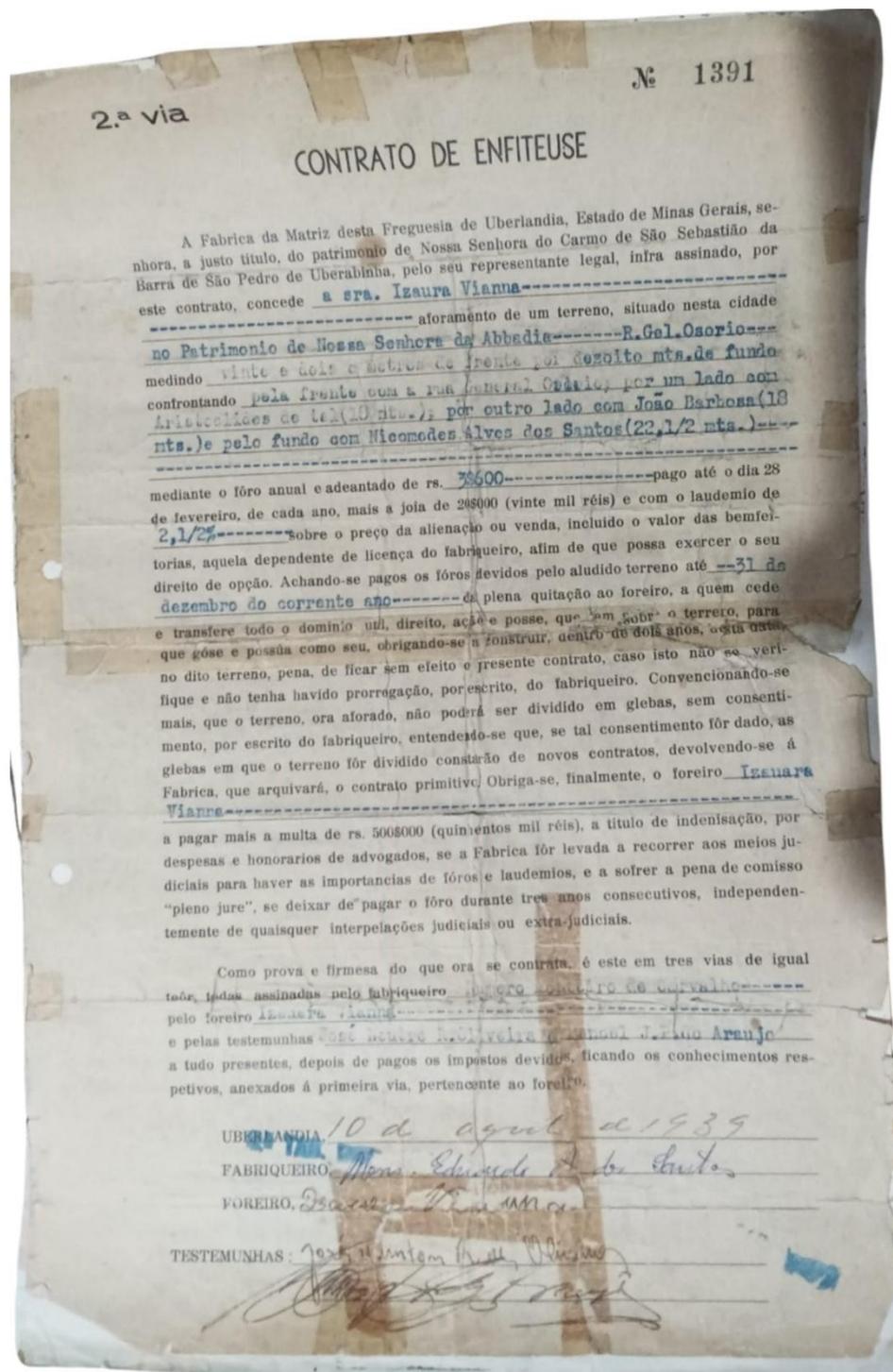
Essas festas religiosas surgiam no bairro a partir do convívio diário dos seus moradores, tanto no trabalho como nos tempos de lazer. E, com isso, a relação com a Igreja e com a herança da cultura afro-brasileira se manifestava de diversas formas. Outro ponto a ser ressaltado nessa articulação entre os trabalhadores, cidadãos e devotos é a questão da moradia. E, nesse sentido, de acordo com a literatura disponível sobre o bairro, existiram pelo menos três formas de se conseguir um terreno/casa no bairro entre o final do século XIX e início do século XX: termos de aforamento pela Igreja e por meio de programas de casas populares. É importante dizer que devido aos postos de trabalhos localizados no bairro Patrimônio e nas suas redondezas, o bairro começou a receber um processo migratório de pessoas negras a fim de conseguir uma oportunidade de trabalho. Para Carmo (2021), muitas vezes, esse processo migratório era ajudado por parentes que já viviam ali, e, por ter uma rede de apoio, facilitava a instalação e a disposição em ajudar a arrumar um local de trabalho.

O contrato de aforamento, ou enfiteuse, é um contrato utilizado muito no Brasil Imperial. Ele tem a prerrogativa de permitir ao proprietário passar o direito de posse com a obrigação de pagamento anual de pensão ao proprietário (GOMES, 2008). Conforme já mencionamos, após a doação de terra do Sr. Felisberto Carrejo para a construção da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, começaram a ser oferecidos esses tipos de contratos para moradores da região. Com o nascimento do bairro, a paróquia passou a ceder lotes a foreiros por meio de enfiteuses (LOURENÇO, 1986, p. 17). Essas terras se tornaram um

patrimônio religioso pertencente à igreja, que, na época, era sediada pela Diocese de Uberaba. Tais terras não poderiam ser comercializadas, e, portanto, como uma tentativa de obter lucro, a igreja aforava (dava poder de uso) a moradores por meio do contrato de enfiteuse. É importante dizer que essas terras só poderiam ser registradas pela Lei das Terras de 1850.

O interessante a mencionar é que foi possível identificar esse tipo de contrato ainda no ano de 1940, conforme documento encontrado em posse de uma das moradoras do bairro Patrimônio. Mesmo em meio ao desenvolvimento da cidade, devido à construção das indústrias e da ferrovia, conforme já demonstramos, ainda é possível verificar que a Igreja possuía influências políticas e sociais sob a cidade. Além disso, o valor que foi cobrado no documento, cerca de 60 mil réis, representava na época cerca de 25% do salário mínimo que deveria ser pago apenas uma vez ao ano, pois, segundo o Decreto-Lei 2162 de 1940, o salário mínimo era de 240 mil réis. Pensando que essas terras eram destinadas a moradores de baixa renda, o valor cobrado estava dentro do orçamento da família.

Figura 17– Contrato de aforamento



Documento cedido por Maria Helena Viana da Silva, herdeira do terreno.

Sobre isso, os autores Thalita Asperti Travençolo e Denise Fernandes Geribello (2023, p.325) fazem uma associação sobre a concessão dessas terras e os tipos de atividades desempenhadas no bairro. Elas afirmam:

Se nos arredores da Matriz de Nossa Senhora do Carmo já havia um

certo número de regras para a construção de edificações (UBERLÂNDIA, 1903), as quais acabavam por restringir a ocupação dessa região a pessoas de certo poder aquisitivo mais elevado, no Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia não só não havia restrições de construção, como a taxa a se pagar para a Paróquia era mais barata. Além disso, a presença de postos de trabalho na região, como matadouro, frigorífico, fábrica de banha e chácaras, fez com que se consolidasse quase como vila operária. (TRAVENÇOLO; GERIBELLO 2023, p.325)

As autoras afirmam que a paróquia concedia esses contratos a preços mais baixos no Bairro Patrimônio do que quando cedia para os bairros mais centrais, onde a igreja se situava. Além disso, isso também demonstra que as pessoas que queriam habitar esse local eram pessoas de baixa renda, e que encontravam nesse tipo de contrato uma forma de conseguir sua moradia.

Outro aspecto que ajudou a construção do Bairro foi o Programa Popular de Habitação na década de 1950, que serviu quase exclusivamente para os trabalhadores do Frigorífico Ômega, chefiado por João Naves de Ávila. Sobre isso, Renato Jales Silva Júnior (2013, pp.75-82), ao utilizar-se de fontes de jornais da época, demonstra como se deram as articulações políticas para liberação de quase 200 casas no Bairro Patrimônio.

A Fundação de Casa Popular surgiu como uma política habitacional nacional, a fim de beneficiar trabalhadores que moravam perto das indústrias, e foi sob esse prisma que o Prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha aprovou na Câmara esse projeto habitacional. Ao ser escolhida Uberlândia como uma das cidades que seriam financiadas pelo projeto de habitação nacional, o prefeito doa o terreno perto do Manancial de São Pedro, e, com isso, se constroem as primeiras 80 casas sob financiamento federal. O fato de tais casas serem destinadas quase exclusivamente aos trabalhadores do Frigorífico Ômega revela a influência de um dos proprietários, a saber, João Naves de Ávila, que tinha muito poder político.

Portanto, compreender como o bairro Patrimônio da cidade de Uberlândia dialoga com conceitos importantes para o ensino da história será crucial para a construção do nosso objeto de estudo. Para isso, historicizar tanto a construção dessa comunidade, quanto os elementos culturais nela envolvidos são de extrema importância, visto que a relação dos trabalhadores e os momentos de lazer dos devotos construíram uma identidade que se expressa em todos esses âmbitos da vida social. Constatamos que há uma relação estreita entre o mundo do trabalho, as manifestações culturais, programas sociais e de moradia na construção do bairro Patrimônio.

### 3. PROPOSIÇÃO DIDÁTICA: UM SITE DEDICADO AO PROFESSOR DESIGNADO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Mestrado Profissional do Ensino de História nos estimula a ultrapassar os limites da pesquisa acadêmica, e transformar toda a pesquisa em uma contribuição para a comunidade externa, atingindo professores e alunos, promovendo a qualidade do ensino nas escolas. Foi com esse intuito que decidi construir um site/blog, a fim de transpor todo o conhecimento apreendido durante as pesquisas, para sequências didáticas que alcançam todo o período do Ensino Médio. O principal objetivo é alcançar meus colegas professores contratados/designados da cidade de Uberlândia, trabalhadores de escolas estaduais. Sabemos que, embora existam na internet infinitas possibilidades de pesquisa, e que até mesmo o governo estadual oferece materiais didáticos de apoio aos professores, muitas vezes o professor designado se sente perdido para um início repentino de assumir turmas, e precisa de um material melhor organizado para conseguir iniciar o seu período de docência. Pensando nisso, nessa seção iremos analisar o que o Estado de Minas Gerais tem oferecido de recursos didáticos, para em seguida apresentar a proposta do site/blog desenvolvido a partir das pesquisas realizadas.

#### 3.1 O que o Estado de Minas Gerais tem oferecido de recursos didáticos para o professor designado de História

Com a Reforma do Ensino Médio, os livros de história foram agrupados em um único material das ciências humanas, a fim de passar a ideia de que haveria uma interdisciplinaridade maior entre as disciplinas de história, filosofia, sociologia e geografia. Quando entramos, por exemplo, no site da ciências humanas da Moderna, vemos disponíveis os volumes que serão trabalhados a cada ano do Ensino Médio. Os autores criam livros temáticos para que as matérias possam oferecer o mesmo assunto de forma integrada, normalmente limitado a 2 ou 3 páginas, bem como as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas de acordo com o plano de curso de cada matéria. Com essa simplificação, os conteúdos são esvaziados e tratados de forma superficial.

Outro aspecto é a inclusão de materiais didáticos para os professores, que, além dos livros didáticos, também são oferecidos “materiais de apoio à prática educativa”, incluindo obras pedagógicas, jogos, materiais para reforço e materiais destinados à gestão escolar, entre outros. Para os autores Vania Cardoso da Motta e Roberto Leher, essa

prática de apostilamento é uma tentativa de tornar o professor dependente desses materiais para que ele não faça as adequações metodológicas (LEHER; MOTTA, 2017, pp. 248-249). Além disso, tais materiais também seguem a lógica de preparar os alunos para os exames de larga escala, favorecendo cada vez mais as empresas que trabalham no ramo. Os autores salientam:

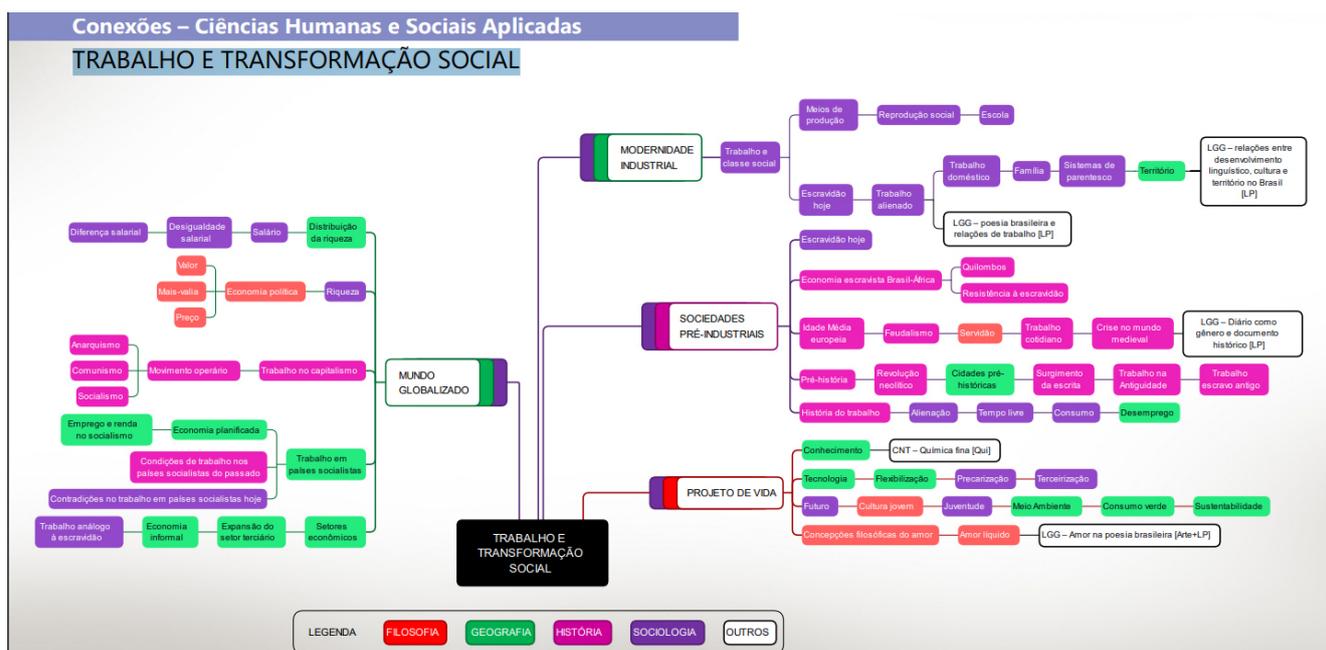
O Programa Nacional de Livro e Material Didático pode vir a ser mais um mecanismo de expansão do mercado de apostilas, com isso, consolidar a precarização da formação e do trabalho docente, como fator de coisificação da atividade educativa; de alienação, ao revelar-se como atividade que foi transformada em labor, sacrifício, objetificação, devido à sobreposição de sua dimensão quantitativa em relação à qualitativa (LEHER; MOTTA, 2017 p.249).

Um dos livros didáticos utilizados em 2021, cujo título é “Trabalho e Transformação Social”, da editora Moderna, nos serve como exemplo do que estamos tentando demonstrar: um precário material é ofertado a professores espremidos entre o tempo escasso para a preparação de aulas e as péssimas condições financeiras para adquirir material de pesquisa. No site da editora, é possível verificar esses diversos materiais disponíveis para professores alunos: obras literárias, formação continuada, obras didáticas, projetos integradores, projeto de vida e direções pedagógicas (PNLD MODERNA, 2021).



Em obras didáticas, podemos acessar o livro e o infográfico informando como cada área irá trabalhar com o material.

Figura 18 - Infográfico com temas do material didático “Trabalho e transformação social”



MODERNA. PNLD. 2021. Link: <https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/conexoes>. Acesso em 19/01/2024.

O infográfico acima apresenta os temas encontrados dentro do material didático “Trabalho e transformação social”. O livro disponibilizado é para atender as turmas do Primeiro Ano do Ensino Médio. Nele, podemos encontrar quatro unidades para serem trabalhadas pelas disciplinas de Filosofia (cor vermelha), Geografia (cor verde), História (cor rosa), Sociologia (cor roxa), e pelos itinerários formativos (cor branca). Na primeira unidade, “Trabalho e Projeto de Vida”, e na terceira unidade, “Modernidade Industrial”, não há matérias vinculadas ao ensino de história; na segunda unidade, “O trabalho nas sociedades pré – industriais”, o professor de História é direcionado a trabalhar com temas como: economia escravista (quilombos e resistência a escravidão), Idade Média e feudalismo, pré história e história do trabalho. Na quarta unidade, “Mundo Globalizado”, pede-se ao professor que explore o trabalho no mundo capitalista.

O professor pode baixar o livro e verificar como aplicar o seu conteúdo de forma interdisciplinar. No entanto, o livro disponibilizado no site como “manual do professor” não oferece um suporte teórico para que possa-se trabalhar em sala de aula. Para demonstrar melhor, vamos utilizar o tema “Economia e escravidão na África e no Brasil”, da segunda unidade. As únicas orientações dadas ao professor sobre o tema são explicações pontuais sobre a matéria e os exercícios propostos no livro do aluno, sem aprofundar o tema debatido, conforme vemos na imagem recortada da página 50 do livro:

Figura 19 - “Manual do professor” como trabalhar o tema “Economia e escravidão na África e no Brasil”

### **Contraponto: Formas da escravidão moderna (p. 73)**

1. Segundo o autor, é difícil superar a escravidão moderna porque ela se reveste de diferentes formas, combinando dois elementos essenciais: certa desordem econômica e fatores locais, como tradição e corrupção. Esses elementos fazem recrudescer formas de exploração tanto tradicionais – como a escravidão por dívidas – quanto novas, inclusive, associadas à globalização – como a extrema exploração nas empresas de terceirização industrial.
2. Espera-se que os estudantes respondam afirmativamente. No texto, fica claro que houve avanços nos âmbitos legal e moral no que se refere a não aceitação do trabalho escravo. No entanto, se legalmente ele passou a ser proibido, infelizmente na realidade continuou existindo como um resquício do passado, revelando a persistência da mentalidade escravista, na qual se opera a lógica da exploração e da dominação. Daí se depreende o fato de que o processo de mudança das mentalidades é mais lento do que o tempo do acontecimento político (o marco legal do fim da escravidão).

*Essas atividades mobilizam as Competências Gerais 1 e 10, e as Competências Específicas 1, 5 e 6 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as seguintes Habilidades a elas relacionadas: CE1 (EM13CHS103); CE5 (EM13CHS503); CE6 (EM13CHS601).*

### **Foco no texto (p. 75)**

1. Resposta pessoal, em parte. Um dos pontos a serem pesquisados pelo estudante deve estar ligado às conquistas das comunidades quilombola, no âmbito da lei, como o direito à propriedade da terra e à preservação de suas tradições culturais. O estudante deve verificar, contudo, que os povos quilombolas enfrentam desafios para concretizar tais direitos, principalmente ao considerar o interesse do mercado sobre suas terras.
2. Na África, os quilombos eram ocupações de populações migrantes bantu em regiões desabitadas. No Brasil, o conceito foi associado ao local que abrigava população de pessoas escravizadas que fugiam, além de libertos e indígenas que buscavam sobreviver à margem da sociedade escravista. Essa atividade favorece a discussão sobre os saberes e fazeres trazidos pelos africanos escravizados ao Brasil, valorizando a cultura afro-brasileira. A experiência prévia dos africanos com os quilombos na África foi o que permitiu que essa estratégia de ocupação e sobrevivência se difundisse por todo o território do Brasil.

Se achar conveniente, oriente os estudantes a pesquisar outras informações sobre as comunidades quilombolas que vivem na região onde moram, valorizando a diversidade cultural e o respeito às diferenças.

*Essas atividades mobilizam as Competências Gerais 1 e 10, e as Competências Específicas 1, 5 e 6 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as seguintes Habilidades a elas relacionadas: CE1 (EM13CHS101, EM13CHS103); CE5 (EM13CHS503); CE6 (EM13CHS601).*

Por isso, o professor temporário principalmente precisa de um material de apoio bem organizado com planos de aulas direcionados e que dialoguem com os desafios do ensino médio. Nossa Dissertação pretende seguir a linha de raciocínio do campo de pesquisa “mundos do trabalho”, pensando nesses desafios da precariedade do trabalho desenvolvido pelo professor de História, cuja ótica neoliberal tem tanta influência; e, ao

mesmo tempo, desenvolver um produto voltado para a reflexão sobre o trabalho na era imperial a partir de um estudo de um dos bairros mais antigos da cidade de Uberlândia.

### 3.2 O que propomos para o professor designado de História de Minas Gerais: o Blog: <https://uberlandiaeposabolicao.blogspot.com/>

Diante de toda a dificuldade do professor designado para dar aulas no ensino médio de História no Estado de Minas Gerais, elaboramos um site onde podemos trabalhar com a história da cidade de Uberlândia, focalizando no desenvolvimento do bairro Patrimônio a partir da ótica historiográfica do mundo do trabalho. Pois, ao compreender a história dos trabalhadores lotados nesse bairro periférico, formado por descendentes de ex-escravizados, conseguimos perceber a importância dessa população na construção urbana, econômica e social da cidade de Uberlândia.

Para pensarmos sobre a história do mundo do trabalho, o texto de Marcel Van der Linden (2009), “História do trabalho: o Velho, o Novo e o Global”, nos ajuda a pensar como o tema do trabalho tem sido debatido nas últimas décadas pela historiografia. O autor aponta principalmente as diferenças entre a antiga abordagem para a nova História Social do Trabalho. Podemos elencar algumas características marcantes e como isso foi trabalhado na construção do material, tais como: ênfase nas experiências dos trabalhadores, inclusão de grupos marginalizados, as contribuições culturais e religiosas, e algumas transformações estruturais.

Segundo Linden (2009), a nova abordagem historiográfica procura dar mais ênfase às condições de trabalho e suas experiências no cotidiano do que apenas uma visão econômica, eurocêntrica e política. Diante disso, estudamos alguns relatos dos trabalhadores negros em atividades laborais que eram destinadas quase exclusivamente para eles, devido à segregação racial do período do pós-abolição na cidade de Uberlândia. Tais relatos são importantes para compreendermos a contribuição desses trabalhadores no desenvolvimento econômico e urbano da cidade de Uberlândia, bem como entender as condições insalubres que esses cidadãos foram submetidos para que conseguissem se sustentar.

Nesse sentido, Linden faz a seguinte afirmação:

Ainda assim, não se pode negar que a Nova História do Trabalho dos anos 1970 e 1980 introduziu uma drástica renovação da disciplina. Não apenas os processos de trabalho e cultura cotidiana, mas também as relações de gênero, etnia, raça e idade finalmente ganharam a atenção

que mereciam, ao lado das estruturas domésticas, sexualidade e políticas informais. A Nova História do Trabalho assinalou uma genuína revolução intelectual (Linden, 2020, p. 12).

Por isso, quando pensamos no trabalho do pós-abolição, não focamos apenas no labor, mas também no que esses moradores construíram a partir da convivência no trabalho e no dia-a-dia. Ao explorarmos as contribuições culturais e religiosas que a comunidade desenvolveu a partir de suas sociabilidades, estamos constatando que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, eles conseguiram um lugar de fala que denota resistência, autonomia e uma contribuição social sólida. Essas vozes que saem pelas ruas, seja na congada ou na folia de Reis, apontam para a liberdade de expressão, e para o protagonismo desses moradores na formação da cidade.

Então, a formação da cidade na nova historiografia sobre o mundo do trabalho vai além dos seus aspectos econômicos e administrativos, e, portanto, quando analisamos as transformações urbanas ocorridas na cidade de Uberlândia, também percebemos como ela está vinculada ao contexto da pós-abolição e desses trabalhadores, que se tornaram peça central no escoamento de mercadorias para o Triângulo Mineiro, São Paulo e Goiás. A posição de entreposto comercial que Uberlândia alcançou nas primeiras décadas do século XX é fruto do suor dos trabalhadores e de todas as suas manifestações.

Portanto, o material desenvolvido abarca três temas importantes, sendo que cada um desses temas é destinado a um nível de escolaridade do Ensino Médio. O desafio proposto é abarcar as habilidades e competências exigidas pela Base Nacional Comum Curricular e presentes nos Planos de Curso do Currículo Referência de Minas Gerais, a fim de tornar o material didático produzido e disponibilizado no site, utilizável e associado com as realidades dos professores de história no planejamento de suas aulas.

Para o 1º Ano do Ensino Médio, foi elaborado um material de apoio visando o Patrimônio Material e Imaterial de Uberlândia, bem como aqueles que estão vinculados aos trabalhadores negros do bairro Patrimônio. Com isso, a competência e habilidade a ser desenvolvida, segundo o Plano de Curso, será:

**Competência 1:** analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes

pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

**Habilidade (EM13CHS104):** analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. História, memória e cultura.

Para o 2º Ano do Ensino Médio, abordamos a formação da cidade de Uberlândia, buscando compreender o desenvolvimento urbano, econômico e social. Com isso, ao analisarmos os postos de trabalho, percebemos como a cidade de Uberlândia está associada a contextos gerais do ciclo do ouro e depois do pós-abolição. É importante destacar o desenvolvimento do bairro Patrimônio diante desse cenário. A competência e habilidade a ser desenvolvida, segundo o Plano de Curso, será:

**Competência 2:** analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

**Habilidade (EM13CHS205):** analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis. Para alcançar o pleno desenvolvimento da habilidade, é importante que o(a) estudante seja capaz de:

- Descrever o processo de formação das primeiras cidades, identificando as permanências da estrutura social colonial no Brasil contemporâneo;
- Explicar os objetivos dos diferentes tipos de expedições exploratórias, associando o bandeirantismo à descoberta do ouro e à formação de núcleos urbanos no interior;
- Identificar outras atividades econômicas coloniais paralelas à produção açucareira;
- Caracterizar as diferentes formas de resistência à escravidão;
- Diferenciar a noção de movimento separatista das Revoltas Nativistas e da resistência indígena;

Para o 3º Ano do Ensino Médio, abordamos o contexto histórico da pós-abolição ao estudarmos sobre as condições insalubres dos trabalhadores negros, os aspectos habitacionais e os tipos de resistências encontrados em jornais da época. A competência e habilidade a ser desenvolvida, segundo o Plano de Curso, será:

**Competência 5:** identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e

violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

**Habilidade (EM13CHS503):** identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las com base em argumentos éticos. A comunidade negra após a abolição da escravidão. Para alcançar o pleno desenvolvimento da habilidade, é importante que o(a) estudante seja capaz de:

- Reconhecer que, após a abolição da escravidão no Brasil (13 de maio de 1888), não houve uma preocupação político-social para integrar a população negra à sociedade, para que pudesse, de modo digno e humano, continuar colaborando com o desenvolvimento do Brasil. Eles tornaram-se libertos, mas sem as mínimas condições sociais, já que não possuíam trabalho e nem moradia. Foram marginalizados e segregados à periferia sem as mínimas condições sanitárias.

Portanto, o objetivo do trabalho é desenvolver Planejamentos de Aulas no contexto do Pós-Abolição, envolvendo a cidade de Uberlândia e o bairro Patrimônio, sob a ótica historiográfica da nova História Social do Trabalho. Pensando nisso, foi criado um site/blog, onde está disponibilizado o material.

O Site/Blog pode ser acessado neste link:

<https://uberlandiaeposabolicao.blogspot.com/>

Ao procurar uma melhor alternativa sobre o desenvolvimento de um local virtual para disponibilizar o material, encontrei uma alternativa de desenvolver um site dentro de um domínio de um blog. Para fazer isso, foi necessário desenvolver uma linguagem de marcação por meio de HTML, a fim de estruturar e formatar o conteúdo da página. Com isso, ao utilizarmos uma estrutura de site dentro do blog, foi possível separar melhor os conteúdos e as formas de apresentação da página.



Página principal do blog: <https://uberlandiaeposabolicao.blogspot.com/>.

Quando entramos na página, visualizamos 04 abas na parte superior: Materiais Didáticos, História de Uberlândia, Apresentação e Material Complementar. A página principal foi definida como os materiais didáticos, por isso, quando entramos no blog, já é possível visualizar todos os planos de aulas separados, que poderão ser utilizados como aula isolada ou por meio de uma sequência temática de 4 a 5 aulas. Esta seção está destinada aos planos de aulas para os professores de História, a fim de atender principalmente aqueles que precisam de acesso rápido, seguro e com qualidade, para que em poucos minutos consigam aplicar em uma aula de História. O objetivo é ajudar o professor que tem pouco tempo de preparação de plano de aula.

Ainda, o professor poderá utilizar algum mecanismo de transmissão para oferecer aos alunos a experiência de assistir os vídeos dentro do planejamento de aula. Além disso, no intuito de separar por ano de escolaridade, o professor poderá ver do lado esquerdo os seguintes ícones para a distinção dos anos de escolaridades:



Na segunda aba, contamos a história da cidade de Uberlândia, abarcando o surgimento dos primeiros bairros e a modernização da cidade até os dias atuais. Com isso, iremos abordar como o território do arraial do Uberabinha foi ganhando destaque até ganhar status de cidade (SILVA, 2019). Para o autor, a cidade está localizada dentro da lógica do bandeirismo da era do ciclo do ouro, quando o interior de Minas

Gerais encontra destaque para as descobertas das minas de ouro.



---

## História de Uberlândia

Na terceira seção, está disponibilizado um breve relato da dissertação e o link para acessá-la, a fim de que o professor possa também ter acesso às reflexões mais aprofundadas sobre o tema, bem como uma discussão sobre o trabalho precarizado do professor designado.



## Apresentação



### FERRAMENTAS DIDÁTICAS PARA O(A) PROFESSOR(A) DESIGNADO(A) DE MINAS GERAIS. Ensino de História, Mundos do Trabalho e Patrimônio Cultural em Uberlândia

#### RESUMO:

Este trabalho objetivo reflete sobre as condições precárias dos contratos temporários de ensino de História das escolas públicas estaduais em Uberlândia/Minas Gerais e desenvolve ferramentas didáticas para auxiliar-lhos(as) a trabalhar com mais qualidade em temas importantes no Ensino Médio. Para isso, critica as políticas públicas neoliberais mercantilistas-privatistas que surgiram na década de 90 do século XX que procuram sucatear a educação pública e promover as Organizações da Sociedade Civil. Posto que esse(a) profissional não possui tempo hábil para o planejamento de suas aulas, é necessário ter um material de apoio de fácil acesso e bem organizado para que ele sirva de suporte no planejamento de suas aulas e, por conseguinte, primar pela qualidade da educação. O material didático volta-se para o ensino patrimonial, a fim de estabelecer uma relação entre História - memória - patrimônio e temas importantes ministrados no Ensino Médio. Metodologicamente, no primeiro momento é realizado um levantamento bibliográfico sobre as condições de trabalho do(a) professor(a) temporário(a), dialogando com a legislação vigente no Estado de Minas Gerais. Em seguida, desenvolve-se uma proposta de um material didático para que os(as) professores(as) possam trabalhar com conceito de patrimônio histórico e cultural da cidade de Uberlândia, a partir da história de um dos primeiros bairros da cidade, o Bairro Patrimônio. Conclui-se que a precarização do trabalho docente no Estado de Minas Gerais guarda semelhanças com as condições de vida de ex-escravizados no pós-abolição, apesar da distância temporal e dos contextos históricos que os separam.

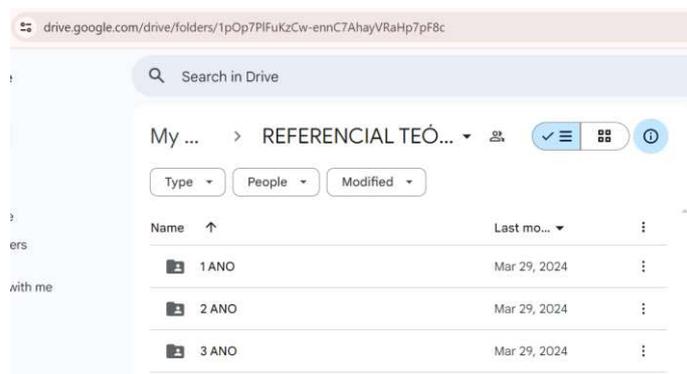
Portanto, nesse site você encontrará materiais didáticos para trabalhar no Ensino Médio sobre a formação da cidade no período do pós-abolição em Uberlândia-MG, bem como as manifestações religiosas e culturais que surgiram nessa época, e estão associadas aos trabalhadores do bairro Patrimônio. Além disso, serão disponibilizadas referências teóricas vistas na construção da dissertação do Mestrado Profissional de Ensino de História (ProfHistória).

Por fim, na última aba, estão disponibilizados diversos textos que utilizei como bibliografia no trabalho. Separei esse material por ano de escolaridade, para que o professor possa complementar sua aula com uma discussão mais aprofundada. Por isso, ao clicar no ícone será direcionado para o Google Drive, que pretendo atualizar sempre na medida que for alimentando o site com outros planos de aulas.



## Material Complementar

Nesta página você encontrará as principais referências teóricas que deram subsídio para a construção das atividades pedagógicas. Com isso, além da dissertação que trabalhei com os temas de forma mais aprofundados, você poderá acessar os materiais complementares de acordo com a escolaridade.



Portanto, esse trabalho procura contribuir para preencher uma lacuna no ensino de História nas escolas estaduais de Minas Gerais localizadas na cidade de Uberlândia. Os professores conseguirão apresentar temas importantes do ensino médio, aproximando-se da realidade dos alunos e da comunidade. O intuito é promover uma aprendizagem significativa, fomentando a identidade da comunidade onde o estudante está inserido.

### 3.3 Demonstração do Blog

Logo abaixo separamos uma seção com todos os print's do blog construído, como evidência do produto elaborado.



Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 1: CONCEITOS – O PÓS ABOLIÇÃO E A CIDADE DE UBERLÂNDIA



AULA 1: CONCEITOS - O PÓS ABOLIÇÃO EA CIDADE DE UBERLÂNDIA Nessa atividade, objetiva-se conhecer as dificuldades sofridas no Brasil pelos negros durante o pós-abolição, percebendo que as experiências foram múltiplas, e portanto iremos...

[Leia Mais →](#)

aula-1-conceitos-o-pos-abolicao-e

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 2: OS TIPOS DE TRABALHO NO PÓS ABOLIÇÃO EM UBERLÂNDIA E NO BAIRRO PATRIMÔNIO



AULA 2: OS TIPOS DE TRABALHO NO PÓS ABOLIÇÃO EM UBERLÂNDIA E NO BAIRRO PATRIMÔNIO Nessa atividade, conheceremos as condições de trabalho no pós-abolição, bem como compreenderemos como os trabalhadores negros foram...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 3 – O BAIRRO PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DO PÓS ABOLIÇÃO



AULA 3 – O BAIRRO PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DO  
PÓS ABOLIÇÃO      Nessa atividade  
veremos mais sobre o Bairro Patrimônio e sua...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 4 – CONCESSÃO DE TERRAS POR MEIO DE ENFITEUSE NO BAIRRO PATRIMÔNIO



AULA 4 – CONCESSÃO DE TERRAS POR MEIO DE  
ENFITEUSE NO BAIRRO PATRIMÔNIO      Nessa  
atividade analisaremos o processo de aforamento no Bairro  
Patrimônio, por meio de análise de um contrato na década de  
1940. Na década...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 5 – TIPOS DE RESISTÊNCIAS NO PÓS ABOLIÇÃO NO BAIRRO PATRIMÔNIO.



AULA 5 – TIPOS DE RESISTÊNCIAS NO PÓS ABOLIÇÃO  
NO BAIRRO PATRIMÔNIO.      Nessa atividade  
analisaremos uma notícia de jornal do início do século XIX  
sobre algumas atitudes que expressam um nível de  
resistência dos trabalhadores negros no Bairro  
Patrimônio. DOCUMENTO...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 1: CONCEITOS SOBRE FORMAÇÃO DA CIDADE



AULA 1: CONCEITOS SOBRE FORMAÇÃO DA CIDADE

Nessa atividade, objetiva-se conhecer os principais conceitos explorados pelo historiador Lewis Mumford (1965) em seu livro "A cidade da História", a fim de conhecer os elementos...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 2: O BANDEIRANTISMO E AS NOVAS ROTAS NO TRIÂNGULO MINEIRO



AULA 2: O BANDEIRANTISMO E AS NOVAS ROTAS NO TRIÂNGULO MINEIRO

Nessa atividade será trabalhado os primeiros contatos entre os bandeirantes e povos indígenas...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 3 – O ARRAIAL DE NOSSA SENHORA DO CARMO E SÃO SEBASTIÃO DA BARRA DE SÃO PEDRO DO UBERABINHA



AULA 3 – O ARRAIAL DE NOSSA SENHORA DO CARMO E SÃO SEBASTIÃO DA BARRA DE SÃO PEDRO DO UBERABINHA

Nessa atividade veremos como se formou o Arraial e os...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 04 – A VILA DE SÃO PEDRO DE UBERABINHA À FORMAÇÃO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA



AULA 04 – A VILA DE SÃO PEDRO DE UBERABINHA À FORMAÇÃO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Nessa atividade será visto o desenvolvimento urbano, econômico e político da cidade de Uberlândia. O objetivo é conseguir escrever...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 1: CONCEITOS: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL



AULA 1: CONCEITOS O objetivo desta atividade é conhecer as definições de Patrimônio Cultural: Material e Imaterial, para que, a partir disso, o aluno consiga encontrar objetos e vestígios...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

No comments

## AULA 02 – PATRIMÔNIO CULTURAL EM UBERLÂNDIA



AULA 02 – PATRIMÔNIO CULTURAL EM UBERLÂNDIA

O objetivo desta atividade é compreender os diversos Patrimônios Culturais de Uberlândia, bem como entender as forças políticas que escolheram aquilo que é...

[Leia Mais →](#)

Escrito em maio 20, 2024 por  
Marcus

🗨️ No comments

## AULA 03 - PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL



AULA 03 - PATRIMÔNIO MATERIAL E  
IMATERIAL O objetivo desta atividade é compreender  
as manifestações culturais e religiosas que surgiram...

[Leia Mais →](#)



## História de Uberlândia

A fazenda São Francisco foi sede da Sesmaria de João Pereira da Rocha, o primeiro entrante (entradas e bandeiras) a fixar residência nesta região. A cidade de Uberlândia se formou em terras desmembradas desta família, que aportou por essas placas no início do século XIX, aproximadamente em 1818. Naqueles anos, este sertão era um espaço ermo que os tropeiros denominaram de "O Sertão da Farinha Podre". Por volta de 1835, vieram os irmãos Luiz, Francisco, Antônio e Felisberto Carrejo, que fizeram parte de João Pereira, parte de suas terras para formar as respectivas propriedades de Olhos D'Água, Lage, Marimondo e Tenda; ainda hoje elas permanecem na zona rural do Município. Felisberto Alves Carrejo tornou-se proprietário da Fazenda da Tenda e lá abrigou suas atividades profissionais.

Apesar das benfeitorias feitas no local, Felisberto transferiu sua residência para 10 alqueires de terra de cultura, nas imediações do Córrego Das Galinhas (Avenida Getúlio Vargas), adquiridas de D. Francisca Alves Rabelo, então viúva de João Pereira da Rocha. Naquela ocasião, esta parte de terra já era habitada por um pequeno número de pessoas, este local, atualmente, corresponde ao Bairro Tabajaras. Como símbolo de uma comunidade que se pretendia organizada e civilizada, os moradores pediram ao Bispo a permissão para a construção de uma Capela Curada, a ser dedicada a Nossa Senhora do Carmo.

Ela foi idealizada em 1846 e construída em adobe e barro, nas formas mais simples em termos desenvolvimentos. Para viabilizar a sua construção, os procuradores da obra entraram em entendimento com D. Francisca Alves Rabelo e dela adquiriram, pela quantia de quatrocentos mil réis, cem alqueires de terras de cultura e campo, entre os Córregos Das Galinhas e São Pedro. Todo o Patrimônio foi doado a Nossa Senhora do Carmo e, atualmente, corresponde à parte central da cidade de Uberlândia. O Arraial recebeu, então, o nome de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha. Como o cotidiano das pessoas era pontuado pela vida religiosa, a Capela abrigava à sua volta uma faixa de terreno que ficou conhecida como "Campo Santo", nela foram sepultados os primeiros habitantes da Vila. O pequeno burgo era despertado pelo insistente sino da igreja, que determinava o amanhecer..., o ranger do carro de boi e das carroças marcando a rotina do dia..., o arebol do entardecer..., as noites que se arrastavam em silêncio..., em um espaço que, de forma pragmática, foi sendo moldado segundo uma intencionalidade estética da urbanística moderna, acoplada às necessidades dos modos de viver que iam se impondo. O "Patrimônio da Santa" foi sendo continuamente remodelado, racionalizado, impregnado de sinais que

foram conferindo significados à paisagem. A Praça da Matriz, a cartografia dos primitivos caminhos e trilhas do Arraial, a construção de casas comerciais ou residenciais, os códigos de postura regulamentando as questões de ordem social e econômica do Município, são todos testemunhos de um passado inscrito no território urbano. As pequenas e tortuosas ruas que entrecortavam o Município se formaram ladeadas pela sequência das casas, quintais e antigos muros que emprestaram à geografia urbana o seu sentido. Pelos idos de 1861, pouco tempo após sua inauguração, a capelinha foi ampliada e transformou-se na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, abrigando até 1941 as principais atividades religiosas da cidade. Quando os braços da moderna Estrada de Ferro Mogiana alcançaram estas plagas em 1895, o espaço urbano passou por grandes transformações. Uma "cidade nova" foi desenhada em 1898 pelo engenheiro da Mogiana, o inglês James John Mellor.

Em oposição às pequenas e tortuosas ruas do Fundinho, foram traçadas seis largas e simétricas avenidas, avançando o cerrado e indo ao encontro da Estação. Estas avenidas foram abertas a partir do ponto onde terminavam as construções da "cidade velha", sendo que os terrenos da Praça Clarimundo Carneiro delimitavam este espaço. São Pedro de Uberabinha não era um lugar conhecido, nem o maior ou o mais antigo, mas se tornou, em pouco tempo, ponto de referência na região. Uberabinha era um lugar que, a cada dia, se dedicava de forma mais intensa ao comércio. O Largo do Comércio, hoje denominado praça Dr. Duarte, era um ponto estratégico para as trocas comerciais. No Largo das Cavalhadas, hoje praça Coronel Carneiro, também existiram casas comerciais que abasteciam a cidade e a região com artigos locais ou vindos de outras paragens.

Um lugar que tinha nos nomes das ruas e marcação do sentido de suas vidas. Rua das Pitangas, Rua do Pasto, Rua da Direita, Rua da Chapada, Rua do Rosário, Rua São Pedro, Rua Boa Vista, Largo da Cavalhada, entre outras, são exemplos que nos permitem pensar a história desta sociedade atrelada às questões relativas à memória e ao esquecimento. Uberabinha passou a se chamar Uberlândia em 1929 e as raízes da cidade estão no bairro conhecido hoje como Fundinho. Os primeiros registros históricos da cidade de Uberlândia nos ajudam a entender como o seu espaço urbano foi sendo cotidianamente pensado, inventado e construído. Uma história que, desde o início, foi escrita com os símbolos da ordem, progresso e modernidade.

Os indícios desta história sobrevivem em ruínas. Na cadência dos passos, os lugares se apresentam significativos e possuidores de registros escondidos. É impossível pensar que não houvesse transformações, porém necessário se faz conhecer as múltiplas histórias que foram, ao longo do tempo, sendo apagadas, esquecidas, demolidas e (re)escritas.

# Apresentação



## FERRAMENTAS DIDÁTICAS PARA O(A) PROFESSOR(A) DESIGNADO(A) DE MINAS GERAIS. Ensino de História, Mundos do Trabalho e Patrimônio Cultural em Uberlândia

### RESUMO:

Este trabalho objetivo reflete sobre as condições precárias dos contratos temporários de ensino de História das escolas públicas estaduais em Uberlândia/Minas Gerais e desenvolve ferramentas didáticas para auxiliar-lhos(as) a trabalhar com mais qualidade em temas importantes no Ensino Médio. Para isso, critica as políticas públicas neoliberais mercantilistas-privatistas que surgiram na década de 90 do século XX que procuram sucatear a educação pública e promover as Organizações da Sociedade Civil. Posto que esse(a) profissional não possui tempo hábil para o planejamento de suas aulas, é necessário ter um material de apoio de fácil acesso e bem organizado para que ele sirva de suporte no planejamento de suas aulas e, por conseguinte, primar pela qualidade da educação. O material didático volta-se para o ensino patrimonial, a fim de estabelecer uma relação entre História - memória - patrimônio e temas importantes ministrados no Ensino Médio. Metodologicamente, no primeiro momento é realizado um levantamento bibliográfico sobre as condições de trabalho do(a) professor(a) temporário(a), dialogando com a legislação vigente no Estado de Minas Gerais. Em seguida, desenvolve-se uma proposta de um material didático para que os(as) professores(as) possam trabalhar com conceito de patrimônio histórico e cultural da cidade de Uberlândia, a partir da história de um dos primeiros bairros da cidade, o Bairro Patrimônio. Conclui-se que a precarização do trabalho docente no Estado de Minas Gerais guarda semelhanças com as condições de vida de ex-escravizados no pós-abolição, apesar da distância temporal e dos contextos históricos que os separam.

Portanto, nesse site você encontrará materiais didáticos para trabalhar no Ensino Médio sobre a formação da cidade no período do pós-abolição em Uberlândia-MG, bem como as manifestações religiosas e culturais que surgiram nessa época, e estão associadas aos trabalhadores do bairro Patrimônio. Além disso, serão disponibilizadas referências teóricas vistas na construção da dissertação do Mestrado Profissional de Ensino de História (ProfHistória).



## Material Complementar

Nesta página você encontrará as principais referências teóricas que deram subsídio para a construção das atividades pedagógicas. Com isso, além da dissertação que trabalhei com os temas de forma mais aprofundados, você poderá acessar os materiais complementares de acordo com a escolaridade.



Minha unidade > REFERENCIAL TEÓRICO



Tipo Pessoas Modificado

Nome ↑	Proprietário	Última ... ▼	Tamanho do	
1 ANO	me	Mar 29, 2024	—	⋮
2 ANO	me	Mar 29, 2024	—	⋮
3 ANO	me	Mar 29, 2024	—	⋮
MATERIAL PROPOSTO	me	Jun 27, 2024	—	⋮

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, vimos as condições de trabalho de sujeitos sociais em temporalidades diferentes, buscando compreender a sua ocorrência tanto nos espaços escolares na cidade de Uberlândia e no Estado de Minas Gerais na atualidade, quanto a exploração da mão de obra de trabalhadores descendentes de ex escravizados no início do século XX em Uberlândia. Olhando para esses cenários, podemos perceber algumas semelhanças, continuidades e rupturas na utilização da força de trabalho de cidadãos, que contribuíram e contribuem para a formação e desenvolvimento urbano, econômico e político nos espaços que eles ocupam. O interessante a perceber é que, quando iniciamos a pesquisa, tínhamos a expectativa de compreender apenas o trabalho dos docentes designados no Estado de Minas Gerais. Porém, vimos que a análise das condições de vida desses profissionais se apresentava apenas na superfície, aos olhos do conhecimento do senso comum; quando fomos desenrolando o novelo da exploração da força do trabalho e de suas condições precárias, percebemos como há toda uma rede de acontecimentos que servem a uma lógica do capital, que os exploradores utilizam para alcançar seus lucros em detrimento da utilização dos recursos humanos em diferentes épocas e espaços. Portanto, percebemos uma proximidade entre as condições de trabalho do professor designado e as condições dos ex escravizados residentes no Bairro Patrimônio no início do século XX.

No primeiro momento, ao buscarmos compreender as condições de trabalho do professor designado, o que nos causou estranheza foi a utilização da mão de obra temporária no Estado de Minas Gerais para suprir uma demanda na educação pública. Há mais de 60% dos professores das escolas estaduais mineiras que se encontram nessa situação, o que foi chamado de “super designação” por Amorim (2018). Esses profissionais aceitam essa condição de um vínculo empregatício tão frágil por não conseguirem ser efetivados em concursos públicos, e, com isso, são submetidos a condições extremamente precárias no trabalho: fragilidade no tipo de vínculo empregatício, direitos trabalhistas incertos, salários abaixo do piso da classe, falta de ferramentas de apoio, e alta carga de serviços administrativos devido à quantidade de turmas exigidas para completar o cargo assumido.

Com o estudo realizado, percebemos que há, por trás desse cenário, uma articulação política para sucatear e privatizar a educação pública no Brasil desde 1990.

O contrato temporário é apenas um dos fatores que surgem como uma artimanha para a efetivação do projeto neoliberal no Brasil. Na verdade, existe uma gama de políticas públicas mercantilistas-privatista que têm procurado sucatear e levar à privatização todos os serviços básicos e essenciais da vida cotidiana, entre estes a educação básica.

Com a aprovação da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Básicas na década de 1990, seguiu-se, paulatinamente, uma direção neoliberal já estruturada em outros países capitalistas, como os Estados Unidos e outros países europeus. Nesse contexto, viu-se o surgimento das Organizações da Sociedade Civil e grandes empresas para assumir a responsabilidade de oferecer e legislar sobre a educação, segundo seus interesses, e submeter a educação pública também à lógica do capital. Essa lógica procura tornar cada vez mais predatória a relação entre produção e produtividade, elevando a exploração da força de trabalho ao máximo para dar lucro aos donos do capital, diminuindo os custos, e, por conseguinte, precarizando as condições de trabalho do ser humano, visto apenas como uma mercadoria numa “sociedade do descartável” (ANTUNES, 2001, p. 38). O resultado disso é “desregulamentação, flexibilização, terceirização” do trabalho, “onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital.” (ANTUNES).

Na educação, portanto, vemos dois movimentos que apontam para isso: o primeiro é utilizar o sucateamento da estrutura escolar da educação básica pública, por meio da terceirização da mão de obra, da permissão da educação a distância, da má formação dos professores, dos apostilamentos como ferramentas pedagógicas, da falta de recursos para superar as dificuldades da evasão escolar e das dificuldades de aprendizagem dos alunos; paralelo a isso, temos o surgimento de políticas públicas que, no primeiro momento, procuram diminuir o senso crítico dos alunos ao mudar a carga horária das disciplinas das humanas e impossibilitar discussões na salas de aulas, como projetos como o Novo Ensino Médio e a Escola Sem Partido. Além disso, temos nos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) uma orientação para formar os estudantes para o “mercado de trabalho”, ou seja, para suprir a necessidade da mão de obra barata e disponível para obedecer a essa lógica do capital. A partir disso, temos a tendência de privatizar a gestão das escolas públicas para que cada vez mais essa lógica seja entranhada também no estilo de gestão, fazendo com que as escolas sejam geridas como empresas, e, com isso, estarem submetidas a indicadores de produtividade de acordo com essa noção. Sem contar que essas organizações

empresariais possuem grandes interesses em adentrar para o mercado educacional, não apenas pelo lucro possível de ser alcançado com essas parcerias público-privadas, mas também como um meio de difusão dos seus ideais para a formação da classe trabalhadora.

Diante disso, vimos como o Ensino de História é afetado devido às transformações políticas ocorridas no Brasil. Para isso, procuramos retratar desde a década de 1970 os ciclos de progressos e retrocessos de acordo com os interesses de quem detém o poder. Nesse sentido, o interessante a notar é que os anos 1990 são marcados por uma mudança nas concepções do Ensino da História, ao final do período ditatorial, quando começa a ser estimulada a criticidade e a busca por uma historiografia mais recente; entretanto, nesse mesmo período, conforme já mencionamos, temos a abertura para a participação das organizações empresariais e da sociedade civil de forma mais ativa na educação. Veremos as consequências disso mais tarde no Ensino da História, principalmente a partir da formulação do Novo Ensino Médio em 2016, quando a disciplina volta a perder espaço no cotidiano escolar, com a diminuição da carga horária; bem como a concepção de um ensino mais superficial, sem criticidade, voltado para a concepção tecnicista.

Vemos essa lógica do capital também relacionada aos trabalhadores negros na cidade de Uberlândia entre o final do século XIX e início do XX. Com o crescimento da cidade, principalmente após a construção da Ferroviária Mogiana, grandes empresários viram uma opção de construir indústrias voltadas para exportação de carne, charquearas e atividades comerciais como o trabalho em sacarias e em curtumes. Tais atividades cresceram no Bairro Patrimônio em Uberlândia, com intencionalidades claras. Esse bairro é formado por trabalhadores negros, descendentes de ex escravizados, de baixa renda, moradores de um bairro afastado do centro urbano e sem infraestrutura. Esses trabalhadores viram nessas atividades comerciais uma possibilidade de ganho, mesmo com condições tão precárias. E, ao mesmo tempo, os empresários viram uma oportunidade de explorar essa mão de obra acessível àquelas condições. Mesmo assim, apesar de todas as dificuldades que esses cidadãos enfrentavam no início do século XX, a saber, o preconceito, o desemprego e as condições insalubres; eles conseguiram formar uma rede de apoio que frutificou em diversas manifestações culturais e sociais. Então, nos horários de lazer, escolhiam as festas, como a de Folia de Reis e a Congada, como formas de expressar a sua religiosidade e a rememoração cultural ligadas aos seus antepassados.

Nesse sentido, observamos que, embora esses trabalhadores tenham sido essenciais para o desenvolvimento econômico e urbano da cidade de Uberlândia, não temos nenhum bem registrado como patrimônio cultural material desses moradores. Pelo contrário, o bairro passa por uma repaginação desde os anos 1970, e, pela especulação imobiliária, temos o desmonte do bairro para suprir mais uma vez a necessidade de quem detém o poder. Muitos desses moradores venderam seus terrenos e foram morar na periferia da cidade, e, com isso, mesmo tendo sido registradas as manifestações culturais como patrimônio imaterial de Uberlândia, tais festas são perseguidas pelos novos moradores por causa do barulho que é acometido. Portanto, as manifestações culturais têm desaparecido junto com esses moradores mais antigos. É claro que isso também é fruto de intencionalidades por parte do governo da cidade, pois aquilo que é lembrado ou esquecido tem, na verdade, o interesse de quem escolhe os tipos de patrimônios culturais importantes para aquela sociedade.

Por fim, como modo de contribuir com os professores designados em Uberlândia, foi proposto um blog que relaciona as atividades desempenhadas pelos trabalhadores negros do Bairro Patrimônio com o contexto do pós-abolição, para que os professores consigam oferecer um ensino mais perto da realidade dos seus alunos. Além disso, foi disponibilizado para esses profissionais um material de apoio, que fundamentou a pesquisa do tema proposto. Assim, os profissionais da educação poderão ampliar as discussões na sala de aula para além das atividades propostas no blog.

Portanto, o presente trabalho procurou estabelecer uma conexão das condições de trabalho dos professores não concursados no Estado de Minas Gerais com os trabalhadores negros do Bairro Patrimônio em Uberlândia. A lógica da exploração da mão de obra e, por conseguinte, as condições precárias oferecidas para esses profissionais, fazem parte da ideologia de um capitalismo predatório que procura tirar proveito das pessoas para suprir os interesses empresariais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## Fontes digitais

AGÊNCIA Câmara de Notícias, 20/03/2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1045654-camara-dos-deputados-aprova-nova-reforma-do-ensino-medio/#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados%20aprovou,estudantes%20%C3%A0%20realidade%20das%20escolas>. Acesso em 18/05/2024.

ALBERTO, C. Secretaria cria site de consulta das vagas de designação disponíveis nas escolas estaduais. Jornal IOF MG, 2001. Disponível em: [http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158006/noticiario\\_2016-01-20%203.pdf?sequence=1](http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158006/noticiario_2016-01-20%203.pdf?sequence=1). Acesso em: 03/06/2023.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula; BARREIROS, Brenda Borges Cambraia. "Superdesignação" de professores na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação v. 23, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230053>

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. "Superdesignação" de professores. Revista Brasileira da Educação Básica, v. 4, n. 19, jul.-set. 2019. Disponível em: <http://rbeducacaobasica.com.br/vocabulario-da-educacao-superdesignacao-de-professores/>. Acesso em: 03 Jun. 2023.

BORGES, D. o Engenho de Santana. Disponível em: <https://oengenhodesantana.blogspot.com/>. Acesso em: 03/06/2023.  
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 Jun 2023.

CONJUR. PGR questiona lei de MG sobre contratação temporária de professores sem concurso: A declaração de inconstitucionalidade da Lei frente a situação dos servidores estaduais exonerados. dez/2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-dez-13/pgr-contesta-contratacao-temporaria-professores-concurso>. Acesso em: 03/06/2023.

HAESBAERT, Rogério. Ciclo de Webnários– GT Resistências no Território, 19 de out. de 2020, disponível em: <https://youtu.be/7BzI-BTpaKg>. Acesso em: 03/06/2023.

G1 GOIÁS. Professora demitida após deputado criticá-la por usar camiseta com frase com frase de artista plástico. 06/06/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/06/professora-e-demitida-apos-deputado-critica-la-por-usar-camiseta-com-frase-de-artista-plastico-renomado-seja-marginal-seja->

heroi.ghtml . Acesso em 16/05/2024.

G1 MG. Servidores de MG dentro da Lei 100 serão desligados em 31 de dezembro: A declaração de inconstitucionalidade da Lei frente a situação dos servidores estaduais exonerados. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/12/servidores-de-mg-dentro-da-lei-100-serao-desligados-em-31-de-dezembro.html>. Acesso em: 03/06/2023.

G1. Novo ensino médio: saiba quais mudanças passam a valer em 2022. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2022/01/12/novo-ensino-medio-saiba-quais-mudancas-passam-a-valer-em-2022/>. Acesso em 01 de Julho de 2024.

JR, J. P. HisTOOrias. Disponível em: <https://historias.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 03/06/2023

MACÊDO, G.; CRUZ, G. Professora é demitida após deputado criticá-la por usar camiseta com frase de Hélio Oiticica: 'Seja marginal, seja herói'. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/06/professora-e-demitida-apos-deputado-critica-la-por-usar-camiseta-com-frase-de-artista-plastico-renomado-ghtml>. Acesso em: 03/06/2023.

SILVA, M. F. da; BENEVIDES, S. C.; PASSOS, A. Q. da S. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP), 26/07/2017, Montevidéu., 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Montevidéu,, 26/07/2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6919>. Acesso em: 03/06/2023.

SANTOS, E.; CALGARO, F.; TENENTE, L. Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/16/novo-ensino-medio-ajustar-ou-revogar-entenda-em-7-pontos-o-debate-que-envolve-alunos-e-mec.ghtml>. Acesso em: 03/06/2023.

SEE/MG - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Planos de Curso CRMG. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 03/06/2023.

SEE/MG - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Calendário Escolar 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/calendario-escolar-2023/>. Acesso em: 03/06/2023.

SEE/MG - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Trilhas de Futuro Educadores – 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/trilhas-de-futuro-educadores-2023/>. Acesso em: 16/05/2024.

STF Portal. STF amplia prazo para Minas Gerais regularizar contratos temporários no ensino público: A declaração de inconstitucionalidade da Lei frente a situação dos servidores estaduais exonerados. 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=492442&ori=1#:~:txt=Por>. Acesso em: 03/06/2023.

SOUZA, Ana Carolina M de; BAUER, Caroline S.; FREITAS, Eduardo P.; et al. História e Patrimônio Cultural. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902319. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902319/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PONTES, B. A quem interessa a Reforma do Ensino Médio? São paulo, JULHO 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/26/>. Acesso em: 03/06/2023. <https://doi.org/10.53782/224> .

Uberlândia: Lugares e Memórias. Cartilha da Secretaria da Cultura. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>. Acesso em: 17/03/2024

Uberlândia: Portal da Transparência do Terciero Setor. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/terceiro-setor/>. Acesso em: 20/04/2024

## Bibliografia

ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

ASSIS, C. V. S. D. Lei Complementar Nº 100/07 Do Estado de Minas Gerais:: A declaração de inconstitucionalidade da Lei frente a situação dos servidores estaduais exonerados. 2016. 50 p. Dissertação (CURSO DE DIREITO) — FACULDADE DE CARANGOLA – DOCTUM.

BECK, U. Un nuevo mundo feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelona: Paidós, 2000.

BITTERN COURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. Cortez: 2.ed. São Paulo. 2008.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. ESTUDOS AVANÇADOS 32 (93) PP. 127-149, 2018. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>

BOSI, Antônio de Paduá. Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe

trabalhadora de Uberabinha, MG (1888-1915). *Revista de História Regional* 9(1): 105-135, Verão 2004.

Brasil, 2016. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2017.

Brasil, 2017. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.773>

CAINELLI, CLIVIA MARTINS DE OLIVEIRA MARTINS. Professores contratados por tempo determinado: sentimentos de um inquilinato docente. UNINOVE, São Paulo, 2016.

CALVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v. 7, nº 13, p. 272-292 - 2018. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.393>

CARMO, Luiz Carlos do. História das funções de preto: segregação, sonhos e trabalhadores negros na região central do Brasil. 01. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021. v. 1000. 172p . <https://doi.org/10.24824/978652510044.9>

CASTEL, R. El ascenso de las incertidumbres. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

DE CERTEAU, Michel - A Invenção do Cotidiano, Artes de Fazer, (Terceira Parte – Práticas de Espaço - capítulo VII. “Caminhadas pela cidade”. Petrópolis, Vozes, 1988, pp. 169-191

DUTRA, Lucas Evencio Soares. O Projeto Trilhas de Futuro - Minas Gerais está avançando no caminho certo? V ENEPCP. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS, Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990.

FONSECA, C. C. D. O. P. D. O adoecer psíquico no trabalho do professor de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública no Estado de Minas Gerais. 2001. 230 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção — Universidade Federal de Santa Catarina, Belo Horizonte.

FONSECA, Thaís Niveia de Lima e. História & ensino de História. 2. Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GALDINO, Gabriel. Trabalho precário na América Latina: as contribuições dos estudos da sociologia do trabalho sobre precariedade para o contexto da região. *Revista latino americana de antropología del trabajo* N°8 julio-septiembre 2020.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S; ANDRÉ, M. E. D. de A. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MOTTA, Vânia C.; PUTZKE, Camila. Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado. *Revista Práxis Educativa*. V.12, n.3, 2017. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i3.003>

GEILSON FERNANDES DE OLIVEIRA, «HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015. 80 p.», *Horizontes Antropológicos*, 52 | 2018, 375-382. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832018000300017>

GERIBELLO, DENISE FERNANDES; TRAVENÇOLO, THALITA ASPERTI. O Velho Patrimônio De Uberlândia-Mg. I Congresso Patrimônio Cultural: Identidades e Imaginários – CPCidi. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU.USP. Maio, 2023.

GOMES, M.J. “Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica”, in Antônio Mendes, Isabel Pereira e Rogério Costa (editores), *Actas do VII Simpósio Internacional de Informática educativa*, Leiria: Escola Superior de Educação de Leiria, pp.311-315, 2005.

GOMES, L. F. O que se entende por enfiteuse?. In: Jusbrasil. [S. l.], 2008. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1061040/o-que-se-entende-por-enfiteuse>. Acesso em: 24 Abril . 2024.

GOMES, Thayse. Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente. Dissertação de Mestrado. 2017. P. 302. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. A vida como mestra da história, a vida como mestra da escola. *Revista História Hoje*, v. 11, nº 22, p. 33-54 -2022. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v11i22.861>

HERINGER, Helimara Moreira; SILVA, Juvêncio Borges. Educ. Soc., Congresso brasileiro de processo coletivo e cidadania. In.: Lei Complementar nº 100/2007: A atuação do STF e a proteção dos direitos coletivos dos concursados de Minas Gerais. P. 27-43. ,n.4., out/2016. Anais.

HIRATA, Helena. Precarização do trabalho, gênero e subjetividade. Dans *Travailler* 2020/2 (nº 44), P. 159 à 170 Éditions Martin Média. <https://doi.org/10.3917/trav.044.0159>

LIMA, D. L. S. D. Cultura e Educação: Contribuição à valorização do patrimônio afro-brasileiro na cultura potiguar. 2019. 193 p. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. Bairro Patrimônio: Salgadores e moçambiqueiros. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista projeto História*, SP, n. 17, 1998

FONSECA, Thaís Nívia de Lima E. História & ensino de história. (Coleção História &... Reflexões). Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo Autêntica, 2007.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTA, Vânia C. "Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil". Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate. V. 9. N.1, p. 14-24, 2017. <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21792>

LEITE, M. S. S. A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural:: Produção de um guia didático-histórico. 2018. 144 p. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) — UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO.

LINDEN, Marcel Van Der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2009v1n1p11>

MACEDO, Ana Paula Rezende; MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Patrimônio Cultural: que bicho é esse. Secretaria Municipal de Cultura: Edição Atualizada, 2020.

MARTINS, R. F.; ARAUJO, A. L. G. D.; AMORIM, M. A. Vínculo de trabalho & Adoecimento docente: Análise das licenças dos professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Fundação João Pinheiro (FJP). Educação em Revista, Belo Horizonte, v.38.e26976, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-4698-26976>

MODERNA. PNLD. 2021. Link:<https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/conexoes>. Acesso em 19/01/2024.

OSCAR, Sérgio Cândido de. O ensino médio na rede estadual mineira: um estudo sobre a abrangência das políticas educacionais estaduais. PUC: Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Vitor Lins. O ensino de história no contexto do novo ensino. VII Congresso Nacional de Educação. Universidade Estadual da Paraíba, 2020.

OLIVEIRA, C. E. D. Patrimônio Cultural: memória e identidade no Bairro Pedregal em Cuiabá-MT. 2020. 88 p. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.

PARENTE, TEMIS GOMES. O papel da igreja nas formações das cidades. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. N.17. Recife, UFPE. 1998. PP.195-200.

PRIORE, Mary Del. Reforma do Ensino Médio: um futuro incerto para o ensino da História. Disponível em: <https://historiahoje.com/reforma-do-ensino-medio-um-futuro-incerto-para-o-ensino-da-historia/>. Acesso em: 10 nov.2022.

PROST, A. Como a história faz o historiador?. Anos 90, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 7-22, 2000. DOI: 10.22456/1983-201X.6792. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6792>. Acesso em: 7 jul. 2022. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6792>

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>

RODRIGUES, Geisiane Martins. Viver as transformações do fundinho: Anseio de preservação e reconstrução de memórias. UFU: Uberlândia, 2008.

ROCHA, A. Ensino de História e educação patrimonial. Disponível em: <https://aleticia16.wixsite.com/edupatrimonial>. Acesso em: 03/06/2023.

ROSSI, P. et al. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, e0223456, 2019 <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019223456>

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução SEE nº 4657/2021. Julia Sant'Anna. Belo Horizonte, 12 de novembro de 2021.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução SEE nº 4784/2022. Julia Sant'Anna. Belo Horizonte, 10 de Janeiro de 2023.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução SEE nº 4234/2019. Julia Sant'Anna. Belo Horizonte, 22 de novembro de 2019.

SILVA, Daniela Belo; SILVA, Elcione Maria; BATISTA, João Aurélio; SANTOS, Marcela Catarina. Configuração Urbana do Bairro Patrimônio em Uberlândia-MG: Levantamento Histórico e contemporaneidades. *Revista fato & versões* N.3 V.2 p.98-111. 2010.

SILVA, Richard Augusto da. *Uberland: a cartografia artística sobre o imaginário social da cidade de Uberlândia/MG/Brasil*. 2019. 83 p. Dissertação (Programa de pós-graduação em artes) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

SOARES, Leandro Alves. A relação entre o número de professores designados e os resultados educacionais na rede estadual de Minas Gerais. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: Belo Horizonte, 2020.

SCHÜTZ, J. A.; COSSETIN, V. L. F. Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o "novo" Ensino Médio brasileiro. *Educação Unisinos*, v. 23, n. 2, abril-junho 2019. <https://doi.org/10.4013/edu.2019.232.01>

TAVARES, T. A. N. M. Uma abordagem para o ensino de História a partir do Museu do Ceará O blog como ferramenta didática para compartilhamento de propostas pedagógicas. 2018. 133 p. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - PROFHISTÓRIA) — UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA.

TOKARNIA, M. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 03/06/2023

RAVAGNANI, Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos; ALMEIDA, Fernanda de Moura. Políticas Neoliberais No Ensino Público Mineiro: Avanço Ou Retrocesso?. In. SOUZA, Raquel Aparecida; RICHTER, Leonice Matilde; SOUZA, Vilma Aparecida. O estado e as políticas educacionais no tempo presente. Campinas, SP : Mercado de Letras, 2022. <https://doi.org/10.29327/570293.1-7>